

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM HISTÓRIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: HISTÓRIA, PODER E PRÁTICAS SOCIAIS

FORMAÇÃO E ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DA CLASSE
DOMINANTE AGRÁRIA: A SOCIEDADE RURAL DO OESTE DO PARANÁ

IRENE SPIES ADAMY

Marechal Candido Rondon

Março de 2010

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM HISTÓRIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: HISTÓRIA, PODER E PRÁTICAS SOCIAIS

IRENE SPIES ADAMY

FORMAÇÃO E ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DA CLASSE
DOMINANTE AGRÁRIA: A SOCIEDADE RURAL DO OESTE DO PARANÁ

Dissertação apresentada como pré-requisito de conclusão do Programa de Pós-Graduação Mestrado em História, Área de Concentração: História, Poder e Práticas Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Paulo José Koling

Marechal Cândido Rondon,

31/08/2010

IRENE SPIES ADAMY

***FORMAÇÃO E ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DA CLASSE
DOMINANTE AGRÁRIA: A SOCIEDADE RURAL DO OESTE DO PARANÁ***

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Paulo José Koling (UNIOESTE – Orientador)

Prof^a. Dr^a. Sonia Regina de Mendonça (UFF)

Prof. Dr. Davi Felix Schreiner (UNIOESTE)

Prof. Dr. Gilberto Grassi Calil (UNIOESTE)

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

(Biblioteca da UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR., Brasil)

Adamy, Irene Spies

A221f Formação e organização política da classe dominante
agrária: a Sociedade Rural do Oeste do Paraná / Irene Spies
Adamy. - Marechal Cândido Rondon, 2010
172 p.

Orientador: Prof. Dr. Paulo José Koling

Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual
do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Cândido Rondon, 2010.

1. Sociedade Rural do Oeste do Paraná. 2. Cascavel (PR) -
Conflitos agrários. 3. Cascavel (PR) - Classe dominante
agrária. 4. Sociologia rural. I. Universidade Estadual do
Oeste do Paraná. II. Título.

CDD 22.ed. 307.72

981.62

CIP-NBR 12899

Ficha catalográfica elaborada por Marcia Elisa Sbaraini Leitzke CRB-9/539

DEDICATÓRIA

Ao meu amado companheiro Alécio pelas idéias, críticas e apoio.

Ao meu filho Henrique Augusto, que me “ensinou” a ler Gramsci, ao som de Guns n’ Roses no seu violão.

Ao meu filho Eduardo Augusto, que com sua generosidade imensa, transcreveu entrevistas e discursos que enriqueceram meu trabalho.

Sem eles, “talvez não visse flores por onde eu vim e vivesse na escuridão” (Herbert Vianna/Paulo Sergio Valle).

AGRADECIMENTOS

Ao professor Paulo José Koling pelas orientações marcadas pela sua sabedoria. Sem sua ajuda não teria sido possível desatar tantos nós.

A meus pais e irmãos pela vida compartilhada, em especial à Terezinha pelo apoio técnico.

Aos amigos leozil, Flaviane, Viviam, Fabiana e Soninha pelos bons momentos vividos e desafios superados.

À amiga Sonia Flach pelas longas e divertidas conversas.

Às amigas Ana Carolina, Ana Karina, Ana Lucia, Clarice e Roseli pelas ótimas idéias trocadas em nossas “reuniões PDE”.

Aos colegas, amigos e todos que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho.

Aos que, através de suas entrevistas, colaboraram com este trabalho.

Além da Máscara

Pouca Vogal (Composição: Humberto Gessinger)

Agora que a terra é redonda
E o centro do universo é outro lugar
É hora de rever os planos
O mundo não é plano, não pára de girar...

Num piscar de olhos tudo se transforma
Tá vendo? Já passou.
Mas ao mesmo tempo
Esse mundo em movimento parece não mudar
É igual ao que já era, de onde menos se espera
Dali mesmo é que não vem

Visão de raio-x, o x dessa questão
É ver além da máscara.
Além do que é sabido
Além do que é sentido
Ver além da máscara.

RESUMO

Este estudo refere-se à formação e organização política da fração agrária da classe dominante na região Oeste do Paraná, a partir de sua entidade de classe, a Sociedade Rural do Oeste do Paraná. A origem desta fração de classe encontra-se em dois momentos distintos: o primeiro, quando da ocupação e (re)ocupação da terra, cujo processo interferiu diretamente na estrutura fundiária do município de Cascavel, marcada pela presença do latifúndio, base material sobre a qual se assenta o poder econômico e político dos agropecuaristas; e, o segundo, quando da modernização conservadora implantada no campo brasileiro durante as décadas de 1960, 1970 e 1980, que contribuiu para consolidar o latifúndio e o poder de seus proprietários. Porém este poder não é absoluto e incontestado. Ainda na década de 1980, o MST assumiu sua condição de movimento social em nível nacional, na luta por reforma agrária e por um novo modelo de uso da terra e de produção para a agricultura brasileira, desencadeando conflitos e confrontos, não poucas vezes marcados pela violência e morte. Neste enfrentamento, os grandes proprietários rurais tiveram na SRO o seu espaço de organização, mobilização e liderança nas ações efetivadas, revelando seu caráter classista e conservador. Portanto, este trabalho busca analisar, a luz da teoria de Antonio Gramsci, como esta fração de classe vem se organizando e reorganizando, a fim de manter sua condição hegemônica.

PALAVRAS CHAVES: Sociedade Rural do Oeste do Paraná, Terra, Poder, Hegemonia, Conflitos Agrários.

ABSTRACT

The present study refers to the formation and organization of the Agrarian fraction of the upper class in the West of Paraná. It also analyzes its union, called Rural Society of the West of Paraná (SRO). The formation of that fraction happened in two different moments: the first one happened when the land was occupied, a process that interfered directly in the land titling issue. The city of Cascavel is influenced by the presence of large land properties and by the economic and political power of their owners. The second moment refers to the conservative modernization of the Brazilian fields, which contributed to the consolidation of the agricultural land-owners' power. However, this process is not absolute and undisputed. In the decade of 1980, the Brazil's Landless Rural Workers' Movement (MST) appears as a movement in national basis, struggling for the Agrarian Reform and for a new model for the production and use of the land in Brazilian agriculture, which caused conflicts and confrontations, many of them involving violence and death. The SRO is a space for the land-owners to establish their leadership and to organize themselves in order to maintain their hegemonic condition, revealing their conservative way of thinking. Therefore, the present study intends to analyze the SRO organization and its moves to maintain its power, according to the theory written by Antonio Gramsci.

KEYWORDS: Rural Society of West of Paraná, Cascavel, Land, Power, Hegemony, Agrarian Conflicts.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 01: A contraposição entre o antigo e o novo no registro da história oficial de Cascavel	40
Imagem 02: Avenida Brasil: 1956 e 2002	40
Imagem 03: A colonização, o tropeirismo em 1955e a agricultura atual	40
Imagem 04: O primeiro prédio da Prefeitura e o Paço Municipal atual	40
Imagem 05: O passado de posseiros (1953) e a legalidade de hoje	41
Imagem 06: Madeireira Ouro e Prata Ltda, na década de 1960, em Cascavel	54
Imagem 07: Anúncio comemorativo dos 50 anos da Indústria e Comércio de Madeiras Bresolin	56
Imagem 08: Limites do município de Cascavel (1951 – 2010)	62 62
Imagem 09: Mapa dos municípios da região Oeste do Paraná	71
Imagem 10: Imagem de satélite do município de Cascavel	
Imagem 11: Anúncio do prêmio Francisco Sciarra	103
Imagem 12: Meneghel a bordo de moderna colheitadeira	121
Imagem 13: Carta divulgada na “Parada da Paz Social” em 07/09/2006	126
Imagem 14: Confronto entre a SRO e o MST na BR 277 em 2007	128
Imagem 15: Agressão à sem terras na BR 277 em 2007	1128
Imagem 16: Violência contra MST na BR 277 no ano 2007	1128
Imagem 17: “Tratoração” na Avenida Brasil em Cascavel	138
Imagem 18: Charge ilustrativa da disputa entre Meneghel (SRO) e Requião (Governo do Estado) pela liberação dos transgênicos.	156

LISTA DE QUADROS DEMONSTRATIVOS

Quadro 01: Grandes proprietários rurais do município de Cascavel e suas áreas de atuação	64
Quadro 02: Relação dos presidentes da SRO (1980-2010)	74,75
Quadro 03: Relação dos fundadores da SRO e suas contribuições	83
Quadro 04: Dirigentes e membros da SRO e suas funções públicas	91, 92 e 93
Quadro 05: Demonstrativo da programação do I seminário de agroecologia promovido pela SRO durante a 30ª Expovel/2009	101

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 01: Pecuária de corte no município de Céu Azul – Paraná	50
Fotografia 02: Grande propriedade rural localizada às margens da Rodovia 467, próximo à Cascavel	66
Fotografia 03: Cascavel e o entorno rural	70
Fotografia 04: Relação campo/cidade em Cascavel – 2010	70
Fotografia 05: Pecuária no entorno de Cascavel – 2010	70
Fotografia 06: Ato público dos ruralistas em Cascavel – 2008	139
Fotografia 07: Monumento da SRO pela resistência dos produtores em defesa do direito à propriedade privada	144
Fotografia 08: Monumento em homenagem a Valmir Mota de Oliveira.	157
Fotografia 09: Inscrição no monumento “Keno Vive	157

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Estrutura fundiária de Cascavel em 1960 por faixa de domicílio	59
Tabela 02: Transformações na estrutura fundiária em Cascavel (1975 -1995)	61
Tabela 03: Transformações na demografia de Cascavel entre as décadas de 1970 e 2000	67
Tabela 04: Distribuição da população de Cascavel quanto ao seu domicílio: 1970 e 2000	68
Tabela 05: Variável do efetivo do rebanho bovino em Cascavel (1974 – 1983)	86
Tabela 06: Relação entre as atividades econômicas e o seu PIB em Cascavel	89
Tabela 07: Conflitos por terra no Brasil	130
Tabela 08: Anuário Estatístico do crédito agrícola (2002 – 2009)	149

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Transformações na estrutura fundiária em Cascavel quanto a área dos estabelecimentos rurais, entre as décadas de 1975 e 1995	63
Gráfico 02: Processo de deslocamento da população rural e o crescimento urbano de Cascavel de 1970 a 2000	67

LISTA DE SIGLAS/ABREVIATURAS

ABAG	Associação Brasileira de Agribusiness
ABCAR	Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural
ACARPA	Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná
ACIC	Associação Comercial e Industrial de Cascavel
ANC	Assembléia Nacional Constituinte
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
BRAVIACO	Companhia Brasileira de Viação e Comércio
CDL	Câmara dos Diretores Lojistas
CGN	Central Gazeta de Notícias
CNA	Confederação Nacional da Agricultura
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COOPAVEL	Cooperativa Agroindustrial de Cascavel
COTRIGUAÇU	Cooperativa Central Regional Iguazu Ltda
CTG	Centro de Tradições Gaúchas
DEM	Partido Democratas
DGTC	Departamento de Geografia Terras e Colonização
DIAP	Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar
EMATER	Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
EXPOESTE	Exposição Feira do Oeste
EXPOVEL	Exposição Feira Agropecuária Comercial e Industrial de Cascavel
FAEP	Federação de Agricultura do Paraná
FAO	Fundação das Nações Unidas para Agricultura
FPCI	Fundação Paranaense de Colonização e Imigração
IAPAR	Instituto agrônômico do Paraná
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IMAPAR	Industrial Madeireira do Paraná
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
ITCG	Instituto de Terras Cartografia e Geociências do Paraná
MARIPÁ	Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S/A
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MF	Módulo Fiscal
MLST	Movimento de Libertação dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MPR	Movimento dos Produtores Rurais
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil

OCB	Organização das Cooperativas do Brasil
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PDE	Programa de Desenvolvimento Educacional da Secretaria de Estado da Educação do Paraná
PIB	Produto Interno Bruto
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
PP	Partido Progressista
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PPB	Partido Progressista Brasileiro
PRP	Partido Republicano Progressista
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSC	Partido Social Cristão
PSD	Partido Social Democratas
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT do B	Partido Trabalhista do Brasil
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTC	Partido Trabalhista Cristão
SEAB	Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Paraná
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SNA	Sociedade Nacional da Agricultura
SRB	Sociedade Rural Brasileira
SRO	Sociedade Rural do Oeste do Paraná
SRP	Sindicato Rural Patronal de Cascavel
UDR	União Democrática Ruralista
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas

SUMÁRIO

	Página
INTRODUÇÃO	14
CAPITULO 1: TERRA E PODER NA HISTORIOGRAFIA: POSSIBILIDADES DE ANÁLISE	31
1.1 - ALCEU SPERANÇA E A “HISTÓRIA OFICIAL DE CASCAVEL”	39
1.2 - TERRA E PODER NO OESTE DO PARANÁ: OUTRA POSSIBILIDADE DE ANÁLISE	49
CAPÍTULO 2: A SOCIEDADE RURAL DO OESTE DO PARANÁ: O PARTIDO DE UMA FRAÇÃO AGRÁRIA DA CLASSE DOMINANTE NO OESTE DO PARANÁ	73
2.1 - A EXPOVEL	94
CAPITULO 3: A SOCIEDADE RURAL DO OESTE DO PARANÁ E A LUTA DE CLASSES EM CASCAVEL	106
3.1 - A SRO FORTALECENDO A LUTA CONTRA A REFORMA AGRÁRIA	106
3.2 - A SRO E O AGRONEGÓCIO	147
CONSIDERAÇÕES FINAIS	161
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	166

INTRODUÇÃO

Apresentando a temática

A história mais recente da região Oeste do Paraná foi marcada pelas disputas relacionadas à ocupação, à posse e à propriedade da terra. Processo esse que teve sua origem já no início dessa ocupação/colonização, dirigida e/ou fomentada, onde Estado e iniciativa privada fundiam e mesclavam seus interesses e seus objetivos.

É recorrente na historiografia regional e/ou que trata da região¹ destacar a atuação do Estado no sentido de colonizar essa área de fronteira, garantindo sua integridade e integração ao território nacional, a exemplo da “marcha para o Oeste”, durante o Governo Vargas².

Por outro lado, a historiografia sobre a colonização de Cascavel destaca justamente a ausência do Estado em momentos importantes da ocupação do território, o que inclusive, seria o fator desencadeador dos conflitos entre posseiros e colonizadores.

Estas abordagens têm apresentado o Estado como instituição a serviço do bem comum, sem considerar os sujeitos que nele atuam, seus interesses e seus vínculos de classes. Então, cabe questionar quem é o Estado nesse processo? Qual ou quais grupos sociais ocupavam os cargos públicos de poder na sociedade política, podendo assim dar direcionamento ao processo em curso? Como e porque os interesses das empresas colonizadoras foram garantidos pelo Estado?

Um olhar mais atento tem possibilitado perceber que o Estado não apenas viabilizou e legitimou formas de ocupação da terra em conjunto com a iniciativa privada, para promover a nacionalização efetiva deste território. Eram os proprietários de grandes extensões de terra ou

¹ Para Jean Chesneau (1995) a análise da historiografia consiste na abordagem da relação entre autoria, saber histórico e a posição diante das relações concretas no tempo e lugar (modo de produção dominante), conforme cita: “Resgatar de cada etapa do passado a relação específica entre o saber histórico e o modo de produção dominante, tal deveria ser a verdadeira função da historiografia (ou da história da história) (CHESNEAUX, 1995, p. 36). Neste sentido, entendemos por historiografia regional e/ou da região o conjunto do conhecimento produzido que teve por objeto, abordagem ou temática esta formação histórico-social. Por vezes o regional é entendido como metodologia autônoma contraposta com o nacional ou geral, mas não seguimos esta perspectiva.

² Para uma leitura introdutória sobre o assunto, confira Ruy Christovan Wachowicz (1985, 1987), Ivo Oss Emer (1991), Valdir Gregory (2002) Sérgio Lopes (2002), Vander Piaia (2004). Alguns aspectos desta produção foram analisados nesta pesquisa.

representantes das empresas colonizadoras que ocupavam o Estado e que usavam esse espaço ampliado de poder em favor da efetivação de seu projeto de colonização, justificado a partir do discurso da integração e nacionalização da região.

Nas áreas que formaram o município de Cascavel, a (re)ocupação da terra foi realizada a partir da imposição dos interesses destes grupos, que tinham no Estado seu representante legal e legitimador, a exemplo do que ocorreu durante os governos de Moysés Lupion (1947-1951;1956-1961)..

Porém, a (re)ocupação e titulação da terra, em Cascavel, não resultou de um processo único e seguiu critérios que priorizavam e privilegiavam o favorecimento político e a força econômica de quem a reivindicava ou de quem era sócio, o que possibilita, ainda hoje, o questionamento da legalidade de algumas propriedades. Questionamento esse, que tem dado legitimidade às ocupações de terra efetivadas pelos trabalhadores rurais sem terra na região, e viabilizado experiências de resistência e conquista da terra.

A formação de uma estrutura fundiária marcada pela criação e manutenção de grandes propriedades rurais foi decisiva para a formação de uma fração agrária da classe dominante no Oeste do Paraná, principalmente em Cascavel, com forte organização política e representatividade junto ao Estado restrito em vários níveis e instituições.

O objetivo deste trabalho é apresentar os resultados da pesquisa que analisou a formação da classe dominante agrária na região Oeste do Paraná e a sua organização política em uma das suas entidades de classe, a Sociedade Rural do Oeste do Paraná (SRO), a qual representa, mais especificamente, o setor agropecuarista. Para tanto, foi imprescindível e requisito conhecer o processo de sua formação histórica, sua consolidação e os embates que fomentou e articulou para manter sua condição hegemônica.

A motivação em torno do objeto da pesquisa surgiu durante o ano de 2007, quando participava do Programa de Desenvolvimento Educacional, da Secretaria de Estado da Educação do Paraná – PDE. Naquele momento, os embates entre os trabalhadores rurais sem terra e os grandes proprietários rurais manifestavam-se com muita intensidade e a presença da Sociedade Rural do Oeste (SRO) era constante. Ocupações de terra e ações violentas em tentativas para desocupá-las, fechamentos de rodovias, ocupações de Praças de Pedágio em rodovias da região, confrontos entre lideranças e representantes da Sociedade Rural e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Via Campesina, a ocupação da área experimental da empresa Syngenta Seeds, no vizinho município de Santa Teresa do Oeste, a criação do Movimento dos Produtores Rurais (MPR) e o confronto entre

representantes da SRO e da Via Campesina, na BR 277, em novembro de 2006, quando várias pessoas foram feridas, são indicativos dos antagonismos de classe presentes nestes embates e do caráter fundamental da terra para a manutenção orgânica (material e social) das classes e das relações entre classes.

As contradições e as práticas evidenciavam e demonstravam a complexidade social. Porém, quando apresentadas, principalmente pela imprensa, limitavam-se ao “denuncismo” das supostas arbitrariedades cometidas, ora pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), ora pelos latifundiários, sem que houvesse a preocupação em compreender as raízes históricas dos conflitos.

Este trabalho é resultado também da tentativa de uma filha e irmã de agricultores em compreender, por que trabalhadores rurais, proprietários ou não, tantas vezes somaram forças com os latifundiários, respaldando lutas e reivindicações que não lhes favoreciam. Ou seja: como um pequeno número de proprietários conseguia estabelecer o domínio sobre as relações econômicas e políticas na região, estabelecendo o consenso em torno de seu projeto de sociedade?

Os estudos acadêmicos e reflexões, de modo geral, contribuíram para a compreensão da luta dos trabalhadores sem terra pela reforma agrária, na medida em que buscaram compreender ações coordenadas pelo MST e a dinâmica interna do movimento. Estes estudos, de significativa importância, evidenciavam que havia (e há) nestas lutas sociais o confronto. Por um lado, a ação dos trabalhadores pela ampliação do direito de acesso à terra; por outro, a histórica, insistente e constante organização dos grandes proprietários rurais interessados em impedir que a reforma agrária fosse realizada.

Esta organização se dá tanto ao nível das instâncias jurídicas e governamentais, quanto das entidades de classe, na sociedade civil, através de seus diversos instrumentos de pressão e convencimento, como é o caso da SRO que por vezes até antecipa posições e “verdades” diante da questão agrária para o conjunto da sociedade, difundindo, assim, o seu consenso

Para compreender as complexas relações de poder que permeiam uma sociedade, é fundamental investigar como determinados grupos sociais ou frações de classe se organizam na sociedade civil, disputam e conseguem garantir nela sua presença hegemônica e como inscrevem seus projetos de classe junto à sociedade política e aos demais segmentos, classes sociais e organizações da sociedade civil.

Considerando que as pesquisas realizadas até o momento, priorizaram a organização e a luta dos trabalhadores, por terra e pela reforma agrária, neste trabalho enfocaremos os

sujeitos históricos do outro lado do conflito, para compreender o contraponto desta relação, ou seja, a organização dos latifundiários para impedir alterações significativas na estrutura fundiária e no modelo de produção. Em outras palavras, podemos dizer que isto é a luta de classes como ela é, a ontologia na história: a ordem e a contraposição ao capital enquanto relação de classes (MÉSZÁROS, 2002).

Durante o projeto de estudo do PDE iniciei as leituras e pesquisas sobre as classes dominantes no campo brasileiro e com esta proposta ingressei no Programa de Pós-Graduação em História da Unioeste, avançando nesta problemática para tratar de um caso concreto. Na medida em que as reflexões e as pesquisas avançavam, percebia que a SRO, além de ser a entidade representativa dos grandes proprietários rurais (agropecuáristas), esta se estruturava numa rede de relações de poder econômico, político e ideológico, através da qual mantinha sua condição hegemônica.

A Sociedade Rural do Oeste do Paraná (SRO), desde a sua criação em agosto de 1980, teve efetiva participação em momentos específicos da história regional, apresentando-se como sujeito organizador e articulador dos agropecuaristas em defesa da propriedade privada da terra, da modernização da agropecuária, para obtenção de subsídios e financiamentos públicos a juros baixos, para renegociação da dívida agrícola e no estabelecimento de políticas agrícolas favoráveis ao desenvolvimento tecnológico. Suas lideranças têm assumido firme posição contrária à reforma agrária, nos moldes reivindicados pelos movimentos sociais de luta pela terra.

A formação da fração agrário-pecuarista da classe dominante na região Oeste do Paraná, mais especificamente no município de Cascavel, encontra suas origens em momentos distintos: no processo de privatização legal e ilegal das terras devolutas e na grilagem de terras de posseiros, desencadeado com a nova colonização ocorrida a partir da segunda metade do século XX, cujo modelo contribuiu para a formação de uma estrutura fundiária marcada por grandes propriedades rurais, e no modelo de modernização conservadora da agricultura, desencadeado a partir da década de 1960, que dispensou meeiros, arrendatários e assalariados, acelerou o processo de expropriação de pequenos agricultores, contribuindo para o aumento na concentração da terra na região. Da mesma maneira, durante a década de 1980, crise da agricultura e a expansão da pecuária bovina contribuiu para o aumento da concentração de propriedades.

O estabelecimento e a difusão de valores e concepções de mundo que buscam legitimar e justificar a sua condição de grandes proprietários foi e continua sendo fundamental para a fração agrária da classe dominante no Oeste do Paraná.

A imprensa local e regional tem contribuído efetivamente neste processo e por essa razão também merecem a análise historiográfica proposta por Jean Chesneau (1995), uma vez que se percebe uma forte relação entre o que foi publicado nos jornais locais e o que se busca difundir como a *história oficial de Cascavel*, na clara intenção de construir uma determinada memória sobre os *sujeitos que fizeram a história do município*.

O referencial teórico e a problemática das fontes

Para uma compreensão mais concreta deste processo acima citado, é fundamental a contribuição teórica de Antonio Gramsci (1995). Para ele, a construção do conhecimento deve partir da realidade social e política, das relações de força produzidas e objetivadas entre os grupos sociais e das tensões entre os projetos existentes nas diversas organizações políticas em luta pela hegemonia.

De acordo com Gramsci, hegemonia é um conceito chave para o entendimento das relações de poder em uma sociedade, que, segundo ele, não se resumem apenas ao uso da força ou da coerção, mas também do convencimento, formadores de consenso. Portanto, é no terreno da cultura que os diferentes grupos disputam a hegemonia, referentes a visões de mundo, aos valores, conceitos éticos e padrões de comportamento. Na sociedade ocidental contemporânea, o consenso é construído, fundamentalmente, a partir dos sujeitos coletivos organizados em aparelhos privados de hegemonia na própria sociedade civil e, através da sua inserção no Estado restrito, promovem e generalizam a visão de mundo das classes dominantes e/ou dirigentes. Sobre este tema Josep Fontana situou a contribuição gramsciana para a abordagem da construção da hegemonia.

Uma das contribuições mais interessantes de Gramsci é a sua reflexão sobre os mecanismos pelos quais uma classe pode exercer a dominação sobre as outras, estabelecendo a sua hegemonia não somente pela coerção, como também mediante o consenso, transformando a sua ideologia de grupo num conjunto de verdades que se supõem válidas para todos e que as classes subalternas aceitaram (FONTANA, 1998, p.238).

Para ser dominante, uma classe social necessita ter o controle sobre os meios de produção e para ser dirigente precisa ter o seu projeto aceito e vivido pela maioria da

sociedade. A hegemonia se manifesta, assim, como o conjunto das forças sociais, políticas e culturais ativas em uma sociedade.

A condição hegemônica de uma classe ou fração de classe, não é total, única e consolidada. Paralelamente, constituem-se formas de ação política e culturas alternativas ou opostas que podem significar a manifestação daquilo que o processo hegemônico não pode controlar, transformar ou até incorporar.

A construção ou manutenção da hegemonia não representa, portanto, a aceitação unânime de um projeto dominante. Este é um processo conflituoso e para constituir-se ou manter a sua condição, é fundamental, para as classes ou frações de classe em disputa, que os seus sujeitos coletivos organizados, insiram seus intelectuais orgânicos junto à sociedade política ou ao Estado restrito.

Para Gramsci, os intelectuais orgânicos são aqueles que, vinculados diretamente a um modo de produção, a uma formação social e histórica, elabora, organiza e difunde um conjunto de valores e de cultura, comprometidos com uma determinada classe ou fração de classe hegemônica ou na construção de uma contra hegemonia. O intelectual orgânico, portanto, é aquele que surge no interior do grupo que organiza e tem consciência de seu lugar social no mundo da produção e nele organiza a sua classe, dominante ou subalterna.

Segundo Gramsci, pensar a sociedade política separadamente da sociedade civil significa desconhecer a natureza do Estado capitalista. Não é o Estado que constrói a sociedade civil. Mas, é no âmbito da sociedade civil, organizada em suas corporações ou aparelhos privados de hegemonia, que se constrói e/ou se disputa a hegemonia. É, fundamentalmente, na correlação de forças existentes na sociedade civil que se constitui e se dá configuração ao Estado. O *Estado ampliado*, portanto, é dinâmico e relacional, resultado e resultante das lutas de classe que atravessam tanto a sociedade civil, quanto o próprio Estado.

Para Sonia Mendonça, (1998, p. 22) compreender o Estado, significa pensá-lo sempre a partir de uma dupla questão:

- a) Como as frações da classe dominante se organizam e se consolidam para além da produção, na sociedade civil;
- b) Como as agências ou órgãos públicos contemplam projetos e/ou atores sociais oriundos dos Aparelhos Privados de Hegemonia.

Considerando esta abordagem, o Estado não é nem sujeito nem objeto, mas parte constituinte das relações sociais. É a própria condensação destas relações sociais, que o atravessam, incorporando nele os conflitos e disputas vigentes na formação histórico-social.

Para manter seu projeto hegemônico, é fundamental para as classes dominantes inserir nas instituições da sociedade civil e, principalmente, da sociedade política, os seus representantes de classe, implantar e universalizar seu projeto social, enquanto senso comum e consenso social.

Neste sentido, direcionou-se o estudo acerca do processo de constituição e organização da SRO, para o qual foram consultados documentos oficiais da entidade (Estatuto Social, Atas de Assembléias), matérias publicadas na imprensa, discursos de suas lideranças e de seus representantes (bancada ruralista) em atos públicos, a construção de monumentos, a sua relação com outras entidades de classe, além de entrevistas realizadas com ex-diretores e pessoas a ela vinculadas em diferentes momentos históricos.

Assim, a partir do referencial teórico gramsciano, abre-se uma nova possibilidade de compreensão da história recente da região Oeste do Paraná e, principalmente, de Cascavel, a partir de outro olhar sobre a relação terra e poder. Entende-se esta produção historiográfica (saber histórico, autoria e posição social), como uma prática social e um ato político, uma vez que as relações de força existentes, produzidas e objetivadas entre os grupos e classes sociais bem como as tensões, os conflitos e as disputas de projetos sociais antagônicos evidenciam que no conhecimento produzido, os autores expressam intencionalidade tornando a escrita da história, também um campo de disputa.

A dificuldade de acesso ou a inexistência de fontes primárias foi um dos desafios enfrentados durante a realização da pesquisa e da análise histórica. A pesquisa de campo realizada junto aos arquivos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e na I Vara Criminal de Cascavel tiveram objetivos distintos.

No *primeiro*, buscou-se fazer um levantamento efetivo das propriedades com área superior a 270 hectares (aqui classificadas como grandes propriedades), seu histórico dominial e sua localização geográfica, o que de imediato se mostrou inviável pela falta de dados específicos disponíveis e pela controvérsia existente desde o início do processo de titulação, uma vez que, sendo faixa de fronteira, as áreas que compunham o município de Cascavel, deveriam ter sido escrituradas pela União. Porém, o governo do Estado do Paraná o fez, principalmente nas áreas concedidas a Braviaco³, gerando litígio entre o Estado e a União, sobreposição de títulos e questionamentos sobre a legitimidade de propriedades

³ Companhia Brasileira de Viação e Comércio (BRAVIACO), última empresa concessionária da antiga Brasil Railway Company que tinha assumido os contratos da construção do ramal ferroviário Guarapuava-Foz do Iguaçu.

efetivadas. A regularização destes títulos ainda não foi concluída pelo INCRA, o que dificulta o acesso e a análise deste processo.

No *Fórum*, o objetivo era fazer um levantamento de processos envolvendo conflitos pela posse da terra nas décadas de 1950 e 1960, a fim de confirmar depoimentos e afirmações presentes nos livros de Alceu Sperança, mas os prédios da sede da Comarca passam por ampla reforma e reestruturação, o que impossibilita, neste momento⁴, a consulta aos arquivos.

Diante desta situação fez-se a opção pelos dados estatísticos dos censos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nos anos de 1960, 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995, com o objetivo de demonstrar que, ao contrário do que se afirma sobre a região Oeste do Paraná, esta é, sim, marcada pela existência de grandes propriedades rurais, que nela assentam a base material (condição de classe) de seu poder, sendo que muitas destas propriedades apresentam problemas no histórico dominial (apropriação, grilagem, expropriação, favorecimento, dentre outros). Os censos do IBGE são importantes para que se possa compreender como e quando as transformações na estrutura fundiária foram mais significativas.

Na revisão da historiografia foi fundamental a realização da análise crítica da produção historiográfica de Alceu Sperança, uma vez que suas obras têm fundamentado as abordagens acerca da História de Cascavel, ligada ao poder público e sua oficialidade, às Redes de Ensino estaduais e do município e outras instituições de poder, assim como pesquisas vinculadas à academia, transmitindo e reproduzindo àquela visão da história e da sociedade local.

Alceu Sperança é jornalista, escritor e considerado como referência obrigatória para os pesquisadores da história de Cascavel. É referenciado também como o memorialista da cidade. As suas narrativas têm fundamentado as análises sobre a história de Cascavel em matérias especiais publicadas em jornais e revistas locais, na elaboração de materiais didáticos destinados aos alunos da Rede Municipal de Ensino, em artigos científicos publicados e também em pesquisas acadêmicas de ensino superior.

⁴ Documentos deste período foram destruídos pelo incêndio no Fórum, o que limita significativamente, o acesso aos dados deste período. No dia 12/12/1960 o prédio da Prefeitura de Cascavel tinha sido destruído com incêndio. A frequência destes fatos envolvendo prédios de Fóruns, Prefeituras, Câmara de Vereadores e Delegacias neste período ou nas décadas seguintes foi comum no Oeste do Paraná e pelo visto a causa não era o tipo de material utilizado para a construção (madeira), tampouco resultados de intempéries.

Por sua vez, Celso Formighieri Sperança⁵, foi o primeiro Secretário Municipal da Educação de Cascavel tendo sido exonerado pelo então Prefeito José Neves Formighieri, por desavenças políticas. Celso Formighieri Sperança fundou o primeiro jornal de Cascavel, “O Correio d’Oeste”. Em 1953, recebeu os equipamentos gráficos, como presente do então governador do Estado, Moysés Lupion. A instalação deste jornal e também do jornal “A Verdade”, que substituiu o primeiro, tinha por objetivo difundir as idéias e os candidatos do Partido Social Democrata (PSD) na região. Também seria o veículo para fazer oposição aos grupos políticos então majoritários no país e no Paraná, formados pelo Partido Republicano e pelo Partido Trabalhista Brasileiro. No primeiro capítulo desta dissertação fez-se uma avaliação mais específica sobre a participação deste autor na elaboração da “história de Cascavel”. Celso Formighieri Sperança é pai do escritor Alceu Formighieri Sperança.

Das fontes de imprensa

Buscar em fontes do passado a compreensão para questões postas no presente é um processo árduo, complexo e ao mesmo tempo social e politicamente comprometido. É necessário considerar diferentes expressões de linguagem utilizadas pelos diferentes sujeitos sociais no sentido de construir e dar significado a sua existência.

As fontes não podem ser percebidas como reflexo do real, como expressão pura e fiel da objetividade histórica ou da cientificidade metódica. Nesse sentido, está a dificuldade em se trabalhar com fontes da imprensa, uma vez que, para o senso comum, ela estaria relacionada com um forte compromisso com a verdade e a imparcialidade, através da suposta divulgação dos fatos como eles realmente se apresentaram. Este é o discurso construído pelos próprios meios de comunicação e é clichê do jornalismo profissional. No dizer de Bourdieu (2009), é o poder simbólico que a mídia produz sobre si para ser consumido por eles mesmos e os outros.

A partir da concepção de Gramsci podemos pensar a imprensa enquanto uma das fontes para a história política, considerando-a tanto como fonte documental, que dá voz a sujeitos sociais, como atuação dela mesma, enquanto um sujeito social capaz de intervir e mediar relações sociais. Através do uso de jornais como fonte histórica, pode-se entrar no universo das relações sociais e de poder, que inclui os próprios meios de comunicação, assim

⁵ O Museu Histórico de Cascavel recebeu o nome de Celso Formighieri Sperança.

como os vínculos sociopolíticos e econômicos, que seus proprietários e funcionários estabelecem com a sociedade.

Gramsci, ao apresentar a imprensa como agente partidário e ao propor um conjunto de conceitos e categorias para a interpretação crítica do papel desenvolvido pelos seus instrumentos nos processos históricos, abriu novas perspectivas para os estudos da História Política. Desconstruiu também a visão de que a imprensa seria um quarto poder, com a responsabilidade social de vigiar as instituições políticas, sendo comprometida com a verdade dos fatos e a liberdade de expressão e de opinião, pairando acima da sociedade e/ou sendo seu porta-voz ungido.

Compreende-se que os diversos meios de comunicação constituem-se, portanto, “em meios para organizar e difundir determinados tipos de cultura, articulados de forma orgânica com um determinado agrupamento social mais ou menos homogêneo, de um certo tipo e, particularmente, com uma certa orientação geral” (GRAMSCI, 2004, p.32).

De acordo com Gramsci, podemos entender os jornais como aparelhos privados de hegemonia, formadores de opinião, de consenso e os seus leitores como público alvo de suas idéias centrais. Sua análise permite compreender como certos valores, conceitos e visões de mundo, bem como aspirações de classe, são apresentados e compartilhados por todos, ou pela maioria. Porém, deve-se reservar a devida proporção deste processo, pois ele não se dá de modo homogêneo, integral e absoluto. Cada leitor, a partir de sua condição teórica e social, absorve e interpreta o que lê.

Os jornais expressam as relações de poder e de força existentes em uma sociedade. A imprensa é um dos instrumentos pelos quais determinados grupos sociais buscam construir e conservar sua hegemonia e registrar, legitimar a sua história e a sua memória, difundindo seu projeto e criando consenso em torno de seus valores e visão de mundo.

A SRO não possui e não necessita de um veículo ou instrumento de comunicação, pois importantes jornais locais, com circulação regional, periódicos, emissoras de rádio e de televisão, possuem vínculos estreitos com a fração de classe por ela representada. Esta posição partidária de classe se manifesta pela afinidade ideológica expressada em seus editoriais e materiais jornalísticos. Além disso, é importante considerar que a SRO não precisou criar seu próprio veículo porta-voz, exceto a página da EXPOVEL, na internet, pois entre os proprietários de jornais, emissoras de rádio e televisão encontram-se agropecuaristas membros ou não da SRO, a exemplo do jornal *Gazeta do Paraná* de propriedade da família Formigheri, dos Jornais *O Paraná* e *Hoje*, atualmente de propriedade de Alfredo Kaeffer, a

Rádio Capital Oeste do Grupo Scanagatta, a emissora de televisão *TAROBÁ* de propriedade do grupo Mufatto.

A primeira edição do jornal *Gazeta do Paraná* entrou em circulação em 23 de novembro de 1991. Seu proprietário e diretor-geral é Marcos Formighieri e a direção administrativa é realizada pelo seu filho Guilherme Formighieri, responsáveis também pelo portal de notícias CGN, a *Central Gazeta de Notícias*, inaugurado em 28 de novembro de 2006.

Marcos Formighieri é filho de José Neves Formighieri, o primeiro prefeito de Cascavel. Foi vereador eleito em 1964 pelo PTB. Em 1969 concorreu novamente, então pela Arena, porém não foi eleito. Em 1976 é novamente eleito vereador, pelo MDB, quando era prefeito Jacy Miguel Scanagatta, a quem fez oposição. Foi eleito presidente do Diretório Municipal do PMDB de Cascavel em 28 de novembro de 2005. Em 2006 foi candidato não eleito, à deputado estadual.

O referido jornal integra a rede “*Diários do Paraná*” lançada em outubro de 2009. A rede é formada ainda pelo *Jornal da Manhã* (Ponta Grossa), *Tribuna do Norte* (Apucarana), *Diário do Sudoeste* (Pato Branco) *Diário de Guarapuava* e a *Central Gazeta de Notícias* (CGN).

No exemplar de lançamento afirmava-se que a inauguração se transformara em “ato de caráter político”, destacando a presença do então governador do Estado do Paraná, Roberto Requião, o vice-governador Mário Pereira, o secretário nacional de comunicação Joel Rauber, além de deputados, prefeitos, vereadores, jornalistas e empresários.

Sendo apresentado como um jornal de opinião, o seu diretor-geral, ocupa espaço privilegiado na capa do periódico, para diariamente, manifestar opinião pessoal acerca de temas ligados a disputas políticas, ações do governo federal, estadual e municipal. Com regularidade, tece severas críticas as ações do MST e manifesta apoio aos proprietários rurais.

Sobre a importância da criação da Gazeta, Marcos Formighieri, afirmou que,

com a Gazeta, a imprensa escrita do Paraná saiu da letargia mantida às custas de verbas públicas e passou a exercer o papel que cabe aos meios de comunicação, como o de noticiar, ter opinião e ser a primeira a fazer jornalismo investigativo no Estado. (FORMIGHIERI, 2009, p. 6)

Segundo pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE), cujo resultado foi publicado na Edição Comemorativa dos 18 anos, o jornal tem atualmente 39.850 leitores, somente em Cascavel.

Outro jornal de circulação regional é “*O Paraná*”, fundado em 1976, pelo então candidato à prefeito Jacy Miguel Scanagatta, com intenções claras de servir ao projeto eleitoral do seu proprietário que, através do jornal, atacava o então prefeito Pedro Muffato com acusações de má gestão e desvio de verbas públicas.

No seu exemplar de lançamento publicou matéria, sem indicação de autoria, sobre a história da colonização de Cascavel, sob o título “Cascavel, a capital do Oeste”, o processo de ocupação da terra e os conflitos gerados pela inoperância do Estado e corrupção de seus funcionários.

Nas edições da primeira semana mereceram destaque as ações de regularização fundiária realizadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em convênio com o Governo do Estado e a atuação da Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná (ACARPA)⁶ que foi apresentada como o “baluarte do progresso do Oeste”.

Passando por dificuldades financeiras, o jornal foi vendido em 1978 para André Costi, um dos administradores das empresas de Scanagatta, juntamente com o jornalista Emir Sfair. Sendo o mais antigo jornal de Cascavel ainda em circulação, passou por várias reformulações e atualmente pertence a Alfredo Kaefer, empresário do agronegócio, do setor de serviços e deputado federal (2006-2010).⁷

O jornal *Hoje*, por sua vez, foi criado por um grupo de cinco jornalistas, liderados por Sefrin, que abandonando o jornal *O Paraná*, pretendiam criar um jornalismo independente, desvinculado de favorecimentos e compromissos político-eleitorais. Assim como o jornal *O Paraná*, o jornal *Hoje* é atualmente de propriedade de Alfredo Kaefer, tendo circulação regional e estadual, com tiragem diária entre 14.000 e 15.000 exemplares.

A emissora de televisão *Tarobá* foi criada em 1979 e teve entre seus fundadores o empresário João Milanez e o então prefeito Jacy Miguel Scanagatta. Em 1982, o grupo Muffato, dos irmãos Pedro e José Carlos, o Tito, associou-se à empresa. Com a morte de Tito seus filhos assumiram a direção das empresas e em 2003 assumiram a direção geral da emissora.

⁶ Criada em dezembro de 1959, a ACARPA - Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná, foi uma entidade civil, sem fins lucrativos, filiada à Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural - ABCAR e vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento - SEAB. Em 1977 a ACARPA foi extinta e iniciou-se o processo de criação da Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural, a EMATER. Em 2005, esta passou a assumir a condição de Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural.

⁷ Jacob Alfredo Stoffels Kaefer foi eleito deputado federal em 2006, pelo PSDB, com a soma de 158.659 votos. Nas Eleições de 2010, foi reeleito para o cargo de Deputado Federal pelo PSDB com 102.345 (1,80%) dos votos.

Portanto, a imprensa local tem sido instrumento importante pelo qual interesses políticos, eleitorais e econômicos se expressam. O seu comprometimento político e os vínculos diretos com a fração agrária da classe dominante no Oeste do Paraná se evidenciam pela seleção das matérias, imagens, colunas de opinião, bem como nos editoriais e na publicidade, tornando dispensável a criação de um veículo de comunicação próprio.

Das fontes orais

Os relatos orais, enquanto memórias envolvem lembranças, seletividade, esquecimentos, revisões, distorções, omissões e interesses e por isso devem ser alvo de rigorosa pesquisa e interpretação, para que possam contribuir com o trabalho do historiador. As fontes orais e seus autores (sujeitos/narradores) devem ser confrontadas e complementadas com outras fontes, sendo submetidas às mesmas críticas, assim como ao mesmo esforço e compromisso interpretativo do historiador.

As fontes orais têm se apresentado como uma possibilidade viável para compreender as ações de sujeitos individuais e coletivos em diferentes formações sociais e culturais. Para Ferreira:

Uma avaliação mais detida do campo do que tem sido chamado de história oral nos permite detectar duas linhas de trabalho que, embora não excludentes e entrecruzadas em muitos casos, revelam abordagens distintas. A primeira delas utiliza a denominação história oral e trabalha prioritariamente com os depoimentos orais como instrumentos para preencher as lacunas deixadas pelas fontes escritas. Essa abordagem tem-se voltado tanto para os estudos das elites, das políticas públicas implementadas pelo Estado, como para a recuperação da trajetória dos grupos excluídos, cujas fontes são especialmente precárias. (FERREIRA, 2002, p. 327)

Todo discurso está carregado de intencionalidade, pois expressa relações de poder, condição e posição de classe (BOURDIEU, 2009) que estão subjacentes na construção e na compreensão da realidade. Mas, as fontes não falam por elas mesmas. É necessário questioná-las quanto a sua viabilidade e até mesmo quanto a sua capacidade de indicar posições diante dos problemas propostos.

As entrevistas realizadas tiveram o objetivo de produzir fontes orais contendo informações que abordassem mais objetivamente o processo de criação da SRO, através do relato das experiências dos sujeitos diretamente envolvidos no processo. Se por um lado estas

fontes orais, obviamente, não retratam o passado, nem desenham um tempo cristalizado, pois sua produção é reelaboração seletiva da memória no presente (POLLAK, 1989; PORTELLI, 1986), por outro, ampliam a possibilidade de diálogo, reflexão e questionamento dos sujeitos sociais e das demais fontes historiográficas. Além disto, por tratar-se de fontes de memória viva tem a força da *Clio* vivida por seus narradores, mas também estão condicionadas ao crivo da historicidade.

Neste sentido, foi importante a colaboração de Olimpio Giovanelli, médico veterinário que em 1980 era chefe do Núcleo Regional da SEAB e que integrou o comitê de fundação da SRO. Atualmente é instrutor do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR).

A opção por entrevistar Giovanelli decorreu da evidência de seu nome em atas da SRO e em reportagens publicadas em jornais. A partir de então foi tentado um primeiro contato telefônico do qual surgiu a possibilidade de entrevista via email. O roteiro de questões foi enviado ao entrevistado que re encaminhou-as com as devidas respostas e sugestões.

Também foram esclarecedoras as informações cedidas por José Geraldo Alves que, na época da criação da SRO, representou a EMATER-PR no comitê acima citado. A EMATER prestou apoio técnico à entidade, além de fazer a divulgação da mesma junto ao público assistido pela Extensão Rural. Neste caso a entrevista seguiu os mesmos procedimentos descritos anteriormente.

Nelson Menegatti contribuiu tanto na construção do histórico da SRO, quanto para a compreensão das formas de organização da classe agropecuarista no Oeste do Paraná. É agropecuarista e iniciou suas atividades, em Cascavel, no ramo madeireiro. Também foi presidente da SRO por duas vezes e há 20 anos é presidente do Sindicato Rural Patronal.

Menegatti foi entrevistado durante 30 minutos, com gravação de som e imagem, na sede do Sindicato Rural Patronal, por sua sugestão, a partir de questões relacionadas a sua história em Cascavel, sobre sua atuação na SRO e no SRP.

Euclides Formighieri, agropecuarista e um dos primeiros grandes proprietários rurais de Cascavel, iniciou suas atividades no ramo madeireiro. Foi presidente da SRO. Em sua entrevista trouxe significativas contribuições sobre o processo de ocupação da terra na região, sua privatização e a formação de grandes propriedades e sobre a atuação da SRO. Nestes aspectos, o relato oral de Hylo Bresolin também foi importante para as referências sobre a história de Cascavel, relacionadas ao extrativismo da madeira e da cartografia fundiária. Bresolin compôs o quadro diretor da SRO e é empresário do setor madeireiro e agropecuarista.

Formighieri durante 1 hora e 28 minutos e Bresolin durante 13 minutos cederam sua entrevista gravada em som e imagem nos escritórios de suas respectivas empresas. O roteiro das entrevistas seguiu dois temas centrais: Sua história em Cascavel e sua participação na SRO.

Para esta abordagem histórica foi importante também a contribuição de Eduardo Sciarra. Hoje eleito para seu terceiro mandato como deputado Federal pelo Partido Democratas (DEM), representante dos agropecuaristas no Congresso Nacional, Sciarra participou desde o início da organização da SRO. Seu pai, Francisco Sciarra, foi o principal articulador dos agropecuaristas para a criação da entidade, sendo por este motivo, homenageado, na 30ª edição da Expovel, realizada em novembro de 2009, através do uso do seu nome para a indicação da premiação: “Prêmio Francisco Sciarra de Sustentabilidade”.

Em virtude da dificuldade de acesso direto para com o Deputado, pela sua ação parlamentar em Brasília e por sugestão da sua assessora, as questões foram enviadas por email e as respostas gravadas pelo entrevistado em mídia eletrônica durante 30 minutos, e em seguida foram enviadas à autora.

As entrevistas realizadas com Darci Frigo, membro da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e coordenador da organização não governamental “*Terra de Direitos*” que atua na defesa jurídica dos movimentos sociais de luta pela terra e com João Pedro Stédile, coordenador nacional do MST e da Via Campesina, somaram 40 e 23 minutos respectivamente e contribuíram para a compreensão do processo de formação do Movimento dos Produtores Rurais, a ação de milícias rurais na região e o confronto com o MST. Estas entrevistas (som e imagem) foram concedidas à autora em 2007, durante a realização da Jornada de Agroecologia, organizada pela Via Campesina, em Cascavel.

Portanto, o conjunto das entrevistas gravadas soma um total de 3 horas e 42 minutos que, posteriormente, foram transcritas e das quais selecionados fragmentos (passagens dos relatos) considerados significados para o desenvolvimento deste trabalho e para a compreensão da temática em questão.

A relação entre a Sociedade Rural e o agronegócio, foi analisada a partir das suas posições tomadas em defesa da Empresa Syngenta Seeds, quando questionada pela Via Campesina, por desenvolver pesquisas com sementes geneticamente modificadas, de modo irregular, bem como seu discurso ideológico em defesa do avanço tecnológico, como caminho para a “*segurança alimentar*”.

Os discursos de palanque realizados por lideranças da SRO, do Sindicato Rural Patronal e por deputados estaduais e federais no ato público chamado de “Tratoração”, realizado no centro de Cascavel em 2008, contribuíram para a compreensão deste estreito vínculo que se estabelece entre os proprietários rurais, seus representantes políticos e as empresas do agronegócio. Estes discursos, desenvolvidos durante 30 minutos, foram gravados pela autora, sendo também objeto de análise neste trabalho.

Do uso de imagens como fonte histórica

O registro imagético de momentos da vida pública e privada dos sujeitos, de lugares e de eventos tornou-se prática comum nos últimos anos. Se há algumas décadas, o ato de fotografar ou deixar-se fotografar era um momento especial, realizado com equipamentos caros, muitas vezes disponíveis apenas para registro de eventos públicos, de empresas e/ou de famílias abastadas, esta não é mais a sua expressão na atualidade.

A fotografia possibilita acesso a um conjunto de informações e valores simbólicos interpretáveis a partir de visões de mundo e de culturas diversas, apresentando-se ao pesquisador com um elemento objetivo marcado pela subjetividade de quem fotografa e/ou de quem interpreta a imagem registrada. Possibilitando trazer do passado e registrando no presente elementos e representações de uma dada realidade, evidencia-se sua dupla dimensão: a de documento histórico e de comprovação e/ou complementação do texto escrito.

Diante disso, quando a fotografia passa a ser produzida ou utilizada como fonte histórica, assume uma condição específica e como tal deve ser considerada. A fotografia merece ser analisada com o mesmo rigor de outras fontes, não podendo ser compreendida como espelho da realidade nem tampouco expressão da totalidade histórica, mas como fragmento significativo, registrado com intencionalidade ou não, que permite a partir da sua análise, estabelecer relações como o todo social, através da mediação feita pelo historiador, considerando, inclusive, o que a fotografia, por ser fragmento, não permite visualizar.

Neste trabalho encontram-se imagens selecionadas em meios de imprensa e publicações oficiais e comemorativas, bem como, aquelas produzidas, selecionadas e analisadas pela autora com objetivo específico e, portanto, o objeto fotografado tem uma clara intencionalidade e atende a objetivos específicos definidos a priori.

Apresentando o texto

Nem o mais exaustivo e complexo estudo acerca das relações sociais, com a mais ampla disponibilidade de fontes, terá facilidade em desvendar as relações de poder constitutivas nas disputas entre grupos hegemônicos e contra-hegemônicos numa sociedade. Mas, é possível estabelecer parâmetros, discutir e problematizar diferentes posições que marcam essa luta, uma vez que são relações efetivas, substanciais e objetivas, conflitos visíveis entre sujeitos reais construídos, pela e na práxis concreta.

A partir destes pressupostos, no primeiro capítulo deste trabalho tratar-se-á das abordagens sobre a relação entre terra e poder na historiografia brasileira e regional, a partir da análise crítica da concepção liberal de Estado e Poder que predomina nas análises realizadas no que se convencionou chamar de “História Oficial de Cascavel”.

Este trabalho buscou compreender as relações de poder a partir dos sujeitos/frações de classe/classes, que a partir de uma base material concreta (a propriedade da terra) se organizam e buscam impor suas demandas e seus projetos para toda a sociedade, a partir de diferentes instrumentos que integram a força e o consenso.

Neste sentido, foi necessário buscar compreender o processo de ocupação, colonização e titulação das terras no Oeste do Paraná, mais especificamente no município de Cascavel, a partir de outra perspectiva, tendo como ponto de partida a privatização de terras públicas e a constituição das grandes proprietários rurais, destacando como, historicamente, esse processo foi construído e reconstruído, e como isto contribuiu significativamente para a formação de uma fração agrária que controla a vida econômica e política na região.

Ainda no primeiro capítulo faz-se a análise de como os grandes proprietários rurais construíram e constroem práticas e discursos para legitimar sua condição de proprietários, no passado e no presente, através da elaboração de uma “história oficial” sobre Cascavel, que estabelece marcos históricos e divisores entre o passado e o presente (Cascavel sem lei x Cascavel com lei); (antigo x moderno)⁸, tendo em Alceu Sperança seu principal difusor, assim como os diferentes meios de comunicação, que quando não são de sua propriedade, possuem vínculos políticos e ideológicos com os mesmos.

No segundo capítulo, a ênfase se dá na organização política desta fração de classe que fundou, em agosto de 1980, a Sociedade Rural do Oeste, reconstituindo o processo de

⁸ Esta temática foi discutida por Paulo José Koling em artigo publicado sob o título “Terra e Poder: possibilidades e perspectivas, disponível em <http://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos>.

formação da entidade, a partir da fala de seus fundadores e assessores, sua organização interna, os objetivos estabelecidos para a Sociedade, seus quadros dirigentes, suas formas de organização, sua retórica e suas ações junto à sociedade civil e à sociedade política. Será analisada também a importância e o significado da Expovel para esta fração da classe dominante, tanto na perspectiva dos negócios quanto da organização e mobilização política.

O terceiro capítulo é dedicado à análise da reorganização das ações da SRO a partir do final do século XX. Faz-se a descrição e análise das estratégias adotadas pela SRO, a fim de enfrentar a organização e as ações dos movimentos dos trabalhadores rurais sem terra na região, pressionar o Estado a agir em seu favor, além de buscar sistematicamente, o apoio da opinião pública, através da imprensa e de atos públicos. Na construção de “espaços de memória”. Destaca-se o seu enfrentamento direto às lutas dos trabalhadores rurais sem terra, e a crítica severa ao modelo de reforma agrária por eles proposto, defendendo a propriedade privada e o agronegócio, não se limitando, para isso, apenas a ações políticas.

CAPITULO 1 – TERRA E PODER NA HISTORIOGRAFIA: POSSIBILIDADES DE ANÁLISE

A historiografia brasileira que se propõe a analisar as relações de poder na sociedade tem estabelecido com prioridade as instituições do Estado, como espaço privilegiado de exercício do poder. Porém, a atenção dada ao estudo das políticas públicas e dos projetos viabilizados pelas ações governamentais, por vezes, não permite compreender as diversas dimensões e relações de poder que se manifestam no âmbito da sociedade civil (MENDONÇA, 2007, p. 11-20), haja vista o pretenso caráter de neutralidade conferido ao Estado nestas abordagens.

Contrapondo-se a esta compreensão de Estado neutro e promotor do bem comum, está a apresentação do Estado, enquanto sociedade política, como espaço onde se manifestam as contradições e disputas entre classes sociais e frações de classe, negando tanto sua condição de sujeito construtor da realidade, quanto de objeto a disposição da classe dominante.

Segundo Nicos Poulantzas,

Todo poder (e não somente um poder de classe) só existe materializado em aparelhos (e não somente nos aparelhos do Estado. Esses aparelhos não são simples apêndices do poder, porém detêm um papel constitutivo, pois o próprio Estado está presente organicamente na geração dos poderes de classe. Entretanto, na relação poder/aparelhos, e mais particularmente na luta de classes/aparelhos, é a luta (das classes) que detêm sempre o papel fundamental, luta cujo campo é o das relações de poder, de exploração econômica e de domínio/subordinação político-ideológica. As lutas sempre detêm a primazia sobre os aparelhos/instituições e constantemente os ultrapassam (POULANTZAS, 2000, p. 43).

Antonio Gramsci contribui de modo decisivo para a compreensão e análise acerca dos instrumentos pelos quais uma classe e/ou fração de classe pode exercer poder, domínio e hegemonia, difundindo seus valores e impondo seu projeto social. Para ele, o domínio não se dá apenas pela força, pela coerção, mas também pela formação de consenso, pela aceitação, por parte das outras classes, do projeto hegemônico ou dominante (GRAMSCI, 2001, p. 21).

Entre estes mecanismos pelos quais uma classe pode exercer a dominação e tornar-se ou manter-se hegemônica sobre as outras, encontram-se aqueles que Gramsci denominou de aparelhos privados de hegemonia. Um destes aparelhos que mereceu a sua atenção foi a

imprensa a qual define como um partido ou como sujeito político capaz de construir consenso em torno de valores, comportamentos e visões de mundo.

Segundo Gramsci, uma classe ou fração de classe, para manter-se hegemônica, precisa continuamente reorganizar-se, recriar instrumentos, reelaborar e/ou reforçar discursos e difundir valores, defendendo-se e modificando-se, pois sofre resistência de grupos não hegemônicos, que estão em disputa nas relações sociais.

O poder hegemônico é limitado e desafiado constantemente nas lutas entre e intraclasses. Apesar de ser dominante não é total nem único. Existem também formas alternativas ou opostas de organização que o processo hegemônico não consegue controlar.

Tradicionalmente, o poder e as relações de poderes são associados à concepção de Estado ou de Governo. Porém, estas relações sociais são mais amplas e se reconfiguram a partir das relações sociais de produção que as classes efetivam entre si.

Assim, a disputa pelo poder tem como palco fundamental o cotidiano da produção da existência humana. A classe ou fração de classe que, a partir da sua condição e organização, conseguir impor sua pauta ou dar direcionamento ao seu projeto social, encontrar-se-á num espaço ampliado do poder. Ocupar o aparato estatal, ou estar no governo pode ser fundamental para a sua efetivação, mas isto não representa o fim em si mesmo.

Portanto, o poder não se localiza apenas nas ações do Estado, ou nas ações de quem ocupa os cargos políticos ou na administração e gestão do Estado (MENDONÇA, 2000; GRUPPI, 1983). Os poderes estão nas relações que os homens e os grupos sociais estabelecem entre si. Estas relações tencionam-se no embate de projetos sociais e visões de mundo antagônicas que promovem as transformações na história. Transformações estas que podem inclusive, servir para conservar a posição e a condição social para si e ampliar a exclusão a outrem.

As classes dominantes no campo brasileiro têm sua história marcada pela constante defesa da propriedade da terra como um privilégio patrimonialista para poucos, questionando e dificultando a efetivação da reforma agrária e defendendo modelos agrícolas que tendem a inviabilizar a agricultura familiar e camponesa.

O estudo sobre a formação e organização política das classes dominantes, em especial a fração agrária, tem recebido atenção por parte de alguns pesquisadores da história recente do Brasil. Podemos destacar, dentre outros, os estudos realizados por Ângela Regina Bruno e Sonia Regina de Mendonça que têm se dedicado a desvendar as relações e disputas entre as frações agrárias da classe dominante e o Estado no Brasil.

As pesquisas de Sônia Regina de Mendonça têm privilegiado os diferentes instrumentos instituídos por esta fração de classe na sociedade civil, a fim de organizar, disputar, difundir e viabilizar suas demandas específicas junto à sociedade política ou ao Estado restrito. Ao estudar a reorganização do patronato rural entre as décadas de 1970 e 1990 concluiu que:

Toda a década de 1980 foi marcada, no tocante às entidades patronais da agricultura, por uma profunda crise de representatividade política, referida ao processo conhecido como de “modernização da agricultura brasileira” o qual, mediante a distribuição farta, porém diferenciada, de créditos e subsídios destinados à introdução do capitalismo no campo por parte das agências do Estado brasileiro, acentuou de modo incisivo a diferenciação de interesses no próprio âmbito da classe dominante agrária, refletindo-se sobre toda a estrutura de representação política até então vigente, no sentido de sua crescente segmentação (MENDONÇA, 2000, p. 1).

Sua atenção está voltada, principalmente para as entidades organizadas desta fração de classe, ou seja, a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), a Sociedade Rural Brasileira (SRB), a Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) e a União Democrática Ruralista (UDR), dentre outras.

Em “A classe dominante agrária: natureza e comportamento -1964 – 1990” Mendonça analisou as relações entre as classes dominantes agrárias e o Estado. Ao tratar das mudanças promovidas na agricultura brasileira no início da década de 1980, destaca três tendências fundamentais, já observadas por José Graziano da Silva:

A constituição dos complexos agroindustriais como aprofundadores da integração entre capitais; A redução do papel da pequena produção no processo do desenvolvimento capitalista, o qual foi perdendo espaço, quer como produtora de bens quer como reserva de mão-de-obra, gerando intenso êxodo rural; A redução da sazonalidade do trabalho temporário, seja pela afirmação de culturas fortemente mecanizadas, seja pela mecanização de culturas até então pouco tecnicizadas em fase de colheita, restringindo cada vez mais as já provisórias oportunidades de trabalho por parte de assalariados, bóias-frias, clandestinos, etc. (MENDONÇA, 2000, p. 80-81).

A autora destaca a organização destas frações da classe dominante a fim de dificultar a viabilização de um projeto de reforma agrária que contribua para a solução dos impasses em torno desta problemática no país. Para tanto, evidenciou, nesta obra, a emergência, a organização, os objetivos e ações implementadas pela União Democrática Ruralista (UDR) junto ao Estado e à sociedade civil, com destaque para sua mobilização durante a Assembléia Nacional Constituinte.

Por entender que a UDR não surgiu apenas para fazer frente ao I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA), a autora buscou perceber as raízes históricas dessa entidade patronal e seus pontos de contato com aqueles a quem se poderia chamar de “ruralistas autênticos”, da SRA ou da SNA. A partir da análise das revistas “A Rural” e “A Lavoura”, publicadas pelas entidades, identificou pontos comuns e divergentes, entres as suas propostas e o discurso da UDR.

A UDR pouco teve de efetivamente “inovadora”. Tal novidade se manifestaria, tão somente, no plano das estratégias de ação, sobretudo em função de dois aspectos, que a distinguiriam das demais entidades pesquisadas: a) a legitimação da violência física como instrumento da obtenção de seus fins – o que valeria uma grande rejeição entre as classes dominantes, até a Assembléia Nacional Constituinte; b) a agilidade de sua mobilização de quadros, mantida por abundantes recursos, oriundos de inúmeras fontes – dentre elas os leilões de gado – o que lhe valeria a “dianteira” política junto à Constituinte e às demais agremiações (MENDONÇA, 2006, p. 25).

Também merece referência os estudos de Angela Regina Bruno, em particular o texto “Nova República: a violência patronal rural como prática de classe”, onde afirma que o perfil das classes e grupos dominantes no campo foi e é marcado por dois traços principais: “a defesa da propriedade como direito absoluto, incontestável, algo naturalmente herdado ou adquirido pelo trabalho e a violência como prática de classe” (BRUNO, 2003, 284-310).

Em “Senhores da terra, senhores da guerra: a nova face política das elites agroindustriais no Brasil”, a autora analisou a prática política das elites rurais e agroindustriais no país, especialmente durante as décadas de 1980 e 1990, período no qual identificou, no “patronato rural”, uma “modernização da sua retórica” e a busca pela ampliação da sua representação política, junto às agências do Estado.

Conforme afirma Regina Bruno:

Vimos surgir nos anos 80, uma nova retórica de legitimidade das elites agrárias. Há uma nova retórica de moderno no campo, que encontra os seus fundamentos na realidade de uma agricultura modernizada e integrada e que busca, a qualquer custo, projetar a imagem de um patronato rural progressista, regido pela criatividade empresarial e pela competitividade. Esse novo discurso tem como referencial todo um campo de antagonismos e de aliados. O seu contexto histórico são as profundas, porém parciais, mudanças econômicas, políticas e sociais da realidade brasileira (BRUNO, 1997, p. 16).

A autora destaca ainda que essa nova retórica passa a ser difundida num momento de crise e de reorganização das relações de poder no campo:

A nova retórica das elites agrárias foi gestada juntamente com a modernização agrícola e a constituição dos complexos agroindustriais, mas a sua emergência, nos anos 80, coincide com a conjuntura de transição, a redefinição do pacto político que sustentou o modelo de modernização, a crise de crédito e das condições que viabilizaram esse padrão de desenvolvimento da agricultura, a intensificação dos conflitos de terra e uma maior organização dos trabalhadores rurais (BRUNO, 1997, p. 18).

As atenções de Regina Bruno, por sua vez, voltaram-se para a Associação Brasileira de Agribusiness (ABAG) e à UDR. Segundo a autora, a Associação, criada em 1993, pode ser compreendida como a “face sistêmica” do poder patronal. Analisando os discursos proferidos pelos seus representantes e pelo conjunto de entidades a ela vinculadas, Regina Bruno conclui:

Numa perspectiva histórica, a Abag não pode ser pensada isoladamente de todo um processo de mobilização e de organização do patronato rural e agroindustrial brasileiro. Ela é herdeira de uma prática e de um discurso que foram se constituindo, nos últimos 30 anos, juntamente com a mudança qualitativa no padrão agrícola, a formação dos complexos agroindustriais, a internacionalização da agricultura e as inúmeras transformações sociais, econômicas e políticas por que passou a sociedade brasileira. É herdeira também da mobilização patronal de meados da década de 80 como, por exemplo, o fenômeno da União Democrática Ruralista (UDR), a criação da Frente Agrícola para a Agricultura Brasileira (Faab) e a revitalização da Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), pois, para além da diversidade de práticas e de propostas, há em comum a todas essas entidades e a Abag a percepção da necessidade de valorização da agricultura, o imperativo da atualização da prática política e a priorização da construção de uma nova retórica de legitimação patronal com o Estado, perante a sociedade (BRUNO, 1997, p. 38 e 39).

A União Democrática Ruralista foi fundada em 1985, como entidade que pretendia organizar, mobilizar e representar politicamente os interesses das classes e frações de classe dominantes no campo. Liderada por Ronaldo Caiado, sua mobilização se voltou para a defesa da propriedade, e de modo específico, contra o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), no embate contra a aprovação do projeto de reforma agrária em discussão na Assembléia Nacional Constituinte. Regina Bruno destaca a articulação existente entre a UDR e a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) neste processo. Porém, ressalva que:

Apesar de ter nucleado na propriedade fundiária, a UDR não se constrói como um mero reflexo de reação ao PNRA. Ela é sem dúvida uma demonstração de habilidade política surgida de dentro do setor latifundiário.

O significado principal da UDR, hoje, sobretudo, é político-ideológico: é a tentativa de construção de um projeto político e de uma organização da direita no Brasil (BRUNO, 1997, p. 61).

Na historiografia paranaense encontramos estudos sobre diferentes frações de classes dominantes e sua atuação junto ao Estado e à sociedade civil. Ricardo Costa de Oliveira tem estudado “os ricos e poderosos” do Paraná a partir da genealogia dos sujeitos que historicamente têm ocupado espaços decisivos junto ao Estado. Em sua obra “O Silêncio dos Vencedores: Genealogia, Classe Dominante e Estado no Paraná”, destaca as redes sociais e políticas de interesses que são traçadas ao longo da história deste Estado onde um número reduzido de famílias concilia interesses, favores e privilégios econômicos, sociais e políticos. A partir de dados empíricos, o autor demonstra, por exemplo, como a família de Bento Munhoz da Rocha Neto⁹ teceu suas redes de poder no Paraná. Para o autor “Bento talvez tenha sido o maior representante político e mais refinado intelectual orgânico de sua classe no século XX” (OLIVEIRA, 2001, p. 10).

A preocupação de Oliveira é perceber as relações entre o parentesco de algumas famílias e as diferentes estruturas do poder. Para tanto relaciona o nome das famílias aos cargos, funções ou espaços de poder ocupados por seus representantes.

Ricardo Oliveira, em seu artigo “Famílias, poder e riqueza: redes políticas no Paraná em 2007” destacou que “a riqueza e o poder no Brasil existem em função da conciliação de interesses dominantes em termos de um processo político de longa duração, processo esse definido basicamente pela conciliação entre os poderosos” (OLIVEIRA, 2007, p. 152).

Para ilustrar suas afirmações o autor reconstrói um conjunto de estreitas relações entre os políticos do Paraná a partir de Roberto Requião, então governador do Estado. Destaca também a presença da família Dias no Senado Federal, das Famílias Lupion e Richa, dentre outras.

Na sua obra “A Construção do Paraná Moderno”, Oliveira se dedicou a compreender, fundamentalmente, as relações entre o grupo empresarial Lupion e o poder estatal. O grupo Lupion teria se constituído como um dos mais importantes grupos econômicos e de poder

⁹ Bento Munhoz da Rocha Neto, filho do ex-presidente do Estado do Paraná e senador, Caetano Munhoz da Rocha, sucedeu Moysés Lupion no Governo do Estado do Paraná. Foi deputado federal constituinte de 1946 a 1950. Foi eleito governador do Estado do Paraná entre 1951 a 1955 pela coligação PR, UDN, PTB, PSP, e PRP. Voltou ao congresso Nacional de 1958 a 1962. Liderou o movimento pela reintegração do Território do Iguazu. Foi Ministro da Agricultura em 1955. Conforme o Boletim Informativo da Casa Civil do Estado do Paraná, Bento Munhoz “disciplinou o processo de concessão de terras devolutas do Estado, que tanto desgaste impôs ao governo anterior...” (<http://www.casacivil.pr.gov.br/casacivil/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=67>). Acessado em 03/07/2010.

político durante as décadas de 1940 e 1950. A atuação das empresas da família foi significativa na ocupação das terras do que se constituiria o município de Cascavel. Também foi determinante sua atuação enquanto governador do Estado, no que diz respeito à titulação de terras nesta região e em outras áreas paranaenses.

A bibliografia que aborda as particularidades do processo de formação e consolidação das classes dominantes na região Oeste do Paraná e mais especificamente em Cascavel, ainda é escassa e o acesso às fontes primárias é limitado. Praticamente inexistentes são as abordagens das relações de poderes no âmbito local, sob a perspectiva da luta de classes. As narrativas têm se preocupado, em descrever as disputas eleitorais, as ações do poder executivo ou legislativo, e “os legados” deixados pelas administrações públicas municipais.

As pesquisas históricas que remetem ao processo de privatização da terra no Oeste do Paraná têm destacado as diferentes atividades produtivas desenvolvidas e os modelos de povoamento e de propriedade propostos pelas diversas empresas de colonização em suas áreas de atuação, por vezes, de modo autônomo, outras sob a tutela ou gerenciamento do Estado. Estes estudos têm apresentado as diversidades e especificidades presentes neste processo.

Alceu Sperança, em “Cascavel, a história”, descreveu o que diz ser “a ocupação econômica do Oeste paranaense e sua correspondente colonização”, destacando que esse processo seguiu “quatro linhas principais”:

1. Estrangeiros que através da implantação das obrages¹⁰, exploraram erva-mate e madeira na região;
2. Descendentes de tropeiros que expandiram suas atividades, enfrentando os interesses anglo-argentinos, plantando milho e criando suínos, contribuindo para a fixação de pólos de colonização em Cascavel. Segundo o autor “essa tendência foi combatida pela expansão do capitalismo no campo e a formação dos núcleos urbanos” (SPERANÇA, 1992, p. 7);
3. A terceira linha de ocupação teria sido marcada pela ação do Estado que colaborou no processo de “limpeza do terreno”, através da qual se pretendia a retirada de posseiros e a garantia da titulação da terra. Essa ação não teria impedido a grilagem que marcou a disputa pela terra na região;

¹⁰ Segundo Hermógenes Lazier, as obrages foram empresas de exploração típicas de regiões do Paraguai e da Argentina e que a partir do final do século XIX passaram a atuar no Oeste paranaense, explorando erva-mate. (LAZIER, 2004, p. 143)

Ruy Wachowicz amplia o conceito de obrage estendendo-o para os grandes latifúndios controlados pelos obrageiros, a fim de extrair erva-mate e madeira, explorando o trabalho dos mensus (WACHOWICZ, 2000, p. 233– 238).

4. A última linha é apresentada pelo autor como “mais organizada” uma vez que seria viabilizada “empresarialmente por grupos de colonizadores profissionais” (SPERANÇA, 1992, p. 7).

Vander Piaia¹¹, em sua narrativa, lembra que, anteriormente ao processo de exploração econômica pelos estrangeiros e/ou brasileiros, a região Oeste do Paraná, era espaço de povos indígenas e das Missões dos padres jesuítas. O autor destaca, portanto, quatro fases históricas de ocupação, organizadas de modo distinto, quais sejam:

1. Ocupação indígena das terras do atual Oeste do Paraná;
2. Instalação das Missões dos padres jesuítas;
3. Introdução do sistema de Obrages, no século XIX, com o objetivo de explorar erva-mate e madeira;
4. Colonização efetivada por empresas ou Companhias Colonizadoras, sendo Cascavel uma exceção, neste sentido, uma vez que as terras que hoje compõem o município teriam sido ocupadas por posseiros e grileiros (PIAIA, 2004).

Ruy Wachowicz, em “História do Paraná”, enfocou o processo de ocupação do Oeste do Paraná, através das obrages argentinas e paraguaias de exploração da madeira e da erva-mate. Abordando as problemáticas sobre a região de fronteira e a tentativa de criação do Território do Iguçu, aponta que a falta da população brasileira facilitava a livre ação dos índios Guarani e de argentinos e que esta situação só teria sido revelada ao Brasil a partir da Revolução de 1924 (WACHOWICZ, 2000, p. 242).

Lucinéia Steca e Mariléia Flores, em “História do Paraná: do século XVI à década de 1950”, não fazem referência específica ao processo de ocupação e de privatização das terras públicas na região de Cascavel (STECA e FLORES, 2002).

Hermógenes Lazier, historiador paranaense, em seu livro “Paraná: terra de todas as gentes e de muita história” apresenta o processo de ocupação do Oeste do Estado inicialmente pelas populações indígenas, seguida pela ação de colonos espanhóis, padres jesuítas, bandeirantes paulistas, expedições militares e de obrageiros, sendo a colonização mais recente efetivada a partir de 1946 pela Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S/A

¹¹ Piaia é economista, formado pela UNIOESTE, com mestrado na área de História pela Universidade Federal Fluminense (RJ), onde concluiu também sua tese de doutorado sobre Cascavel e o Oeste do Paraná. Professor da Unioeste nos cursos de Economia, História e Ciências Contábeis. Em 2004 foi eleito vice-prefeito pela coligação PHS, PRTB e PCdoB. Ao lado do prefeito Lísias Tomé (PPS), exerceu os cargos de Chefe de Gabinete, Secretário da Educação, Secretário da Cultura e Assessor de Imprensa. Em 2008, disputou uma vaga na Câmara Municipal, pelo PSB, porém, não foi eleito.

(MARIPA). Sua abordagem, portanto, leva em consideração as questões amplas e gerais, não se detendo às especificidades e diversidades inerentes ao processo (LAZIER, 2004, p. 143).

Deste modo, evidencia-se a ausência de abordagens históricas sobre o processo específico de privatização da terra no território do atual município de Cascavel, bem como sobre a formação e organização política da fração agrária da classe dominante na região Oeste. Esta pesquisa pretende contribuir no sentido da superação desta lacuna na/da historiografia regional.

1.1 – ALCEU SPERANÇA E A “HISTÓRIA OFICIAL DE CASCAVEL”

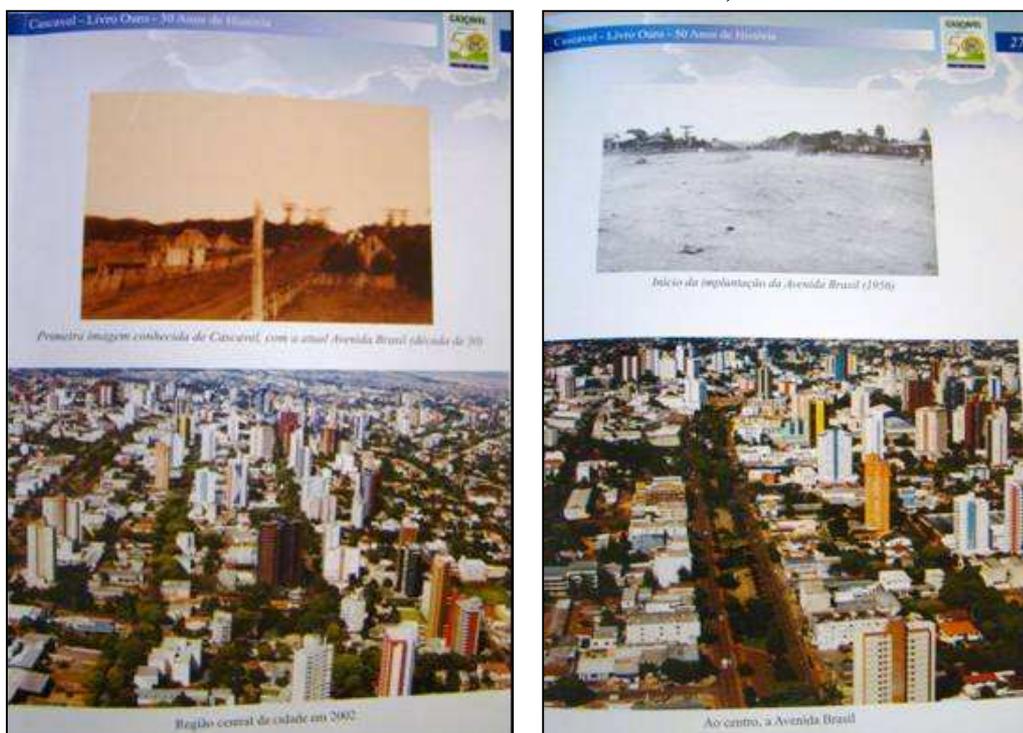
Alceu Sperança tem sido apontado como o historiador oficial de Cascavel. Em suas obras “Pequena História de Cascavel”, publicada em 1980 e “Cascavel: a história”, publicada em 1992, resultante de um projeto cultural da Prefeitura de Cascavel, durante o governo de Salazar Barreiros, o autor desenvolveu a sua análise a partir de ciclos pelos quais teria passado a economia do município, destacando que do esgotamento de uma atividade econômica surge outra em substituição. Inicialmente o ciclo da erva-mate, depois a consolidação da ocupação da terra com o ciclo da madeira e, em seguida, a agricultura, a pecuária e a agroindústria.

O livro “Cascavel – Livro Ouro: 50 Anos de História” comemorativo à passagem dos 50 anos da emancipação política, produzido em 2002 por iniciativa da Prefeitura Municipal, durante a primeira gestão de Edgar Bueno (2001-2004), também foi escrito por Alceu Sperança. O autor fundamenta sua narrativa, numa visão de progresso e evolução constante, contrapondo o antigo ao novo, o passado ao presente, o atrasado ao moderno. As imagens publicadas no livro citado fazem parte do acervo do Museu de Imagem e Som de Cascavel e dos arquivos pessoais do autor e de colaboradores como Regina Sperança, Alberto Pompeu, Xico Tebaldi, Claudia Pagnoncelli e de famílias dos primeiros moradores da cidade.

Entre as imagens selecionadas para o livro, fez-se o registro, prioritariamente, do espaço central da cidade e de prédios públicos como a Prefeitura, o Fórum, o Paço das Artes, Delegacia de Polícia, Penitenciária, Hospital Público, Terminais Rodoviário e Ferroviário, além de Escolas, Igrejas, Atividades Econômicas e Eventos Esportivos e Econômicos como a Expovel, por exemplo.

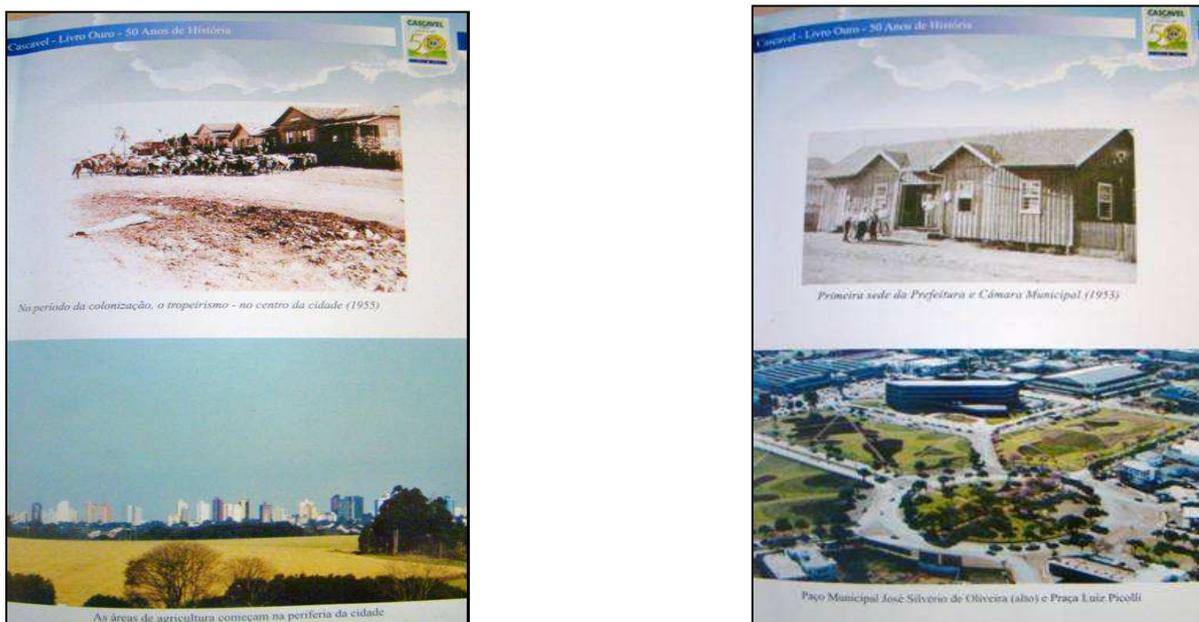
Nesta obra, toda a coletânea de fotos apresenta esta contraposição, ressaltando a idéia de progresso e modernidade, a exemplo do que pode ser observado nas imagens selecionadas do próprio livro.

IMAGENS 1 e 2: AVENIDA BRASIL EM 1930, 1956 E EM 2002



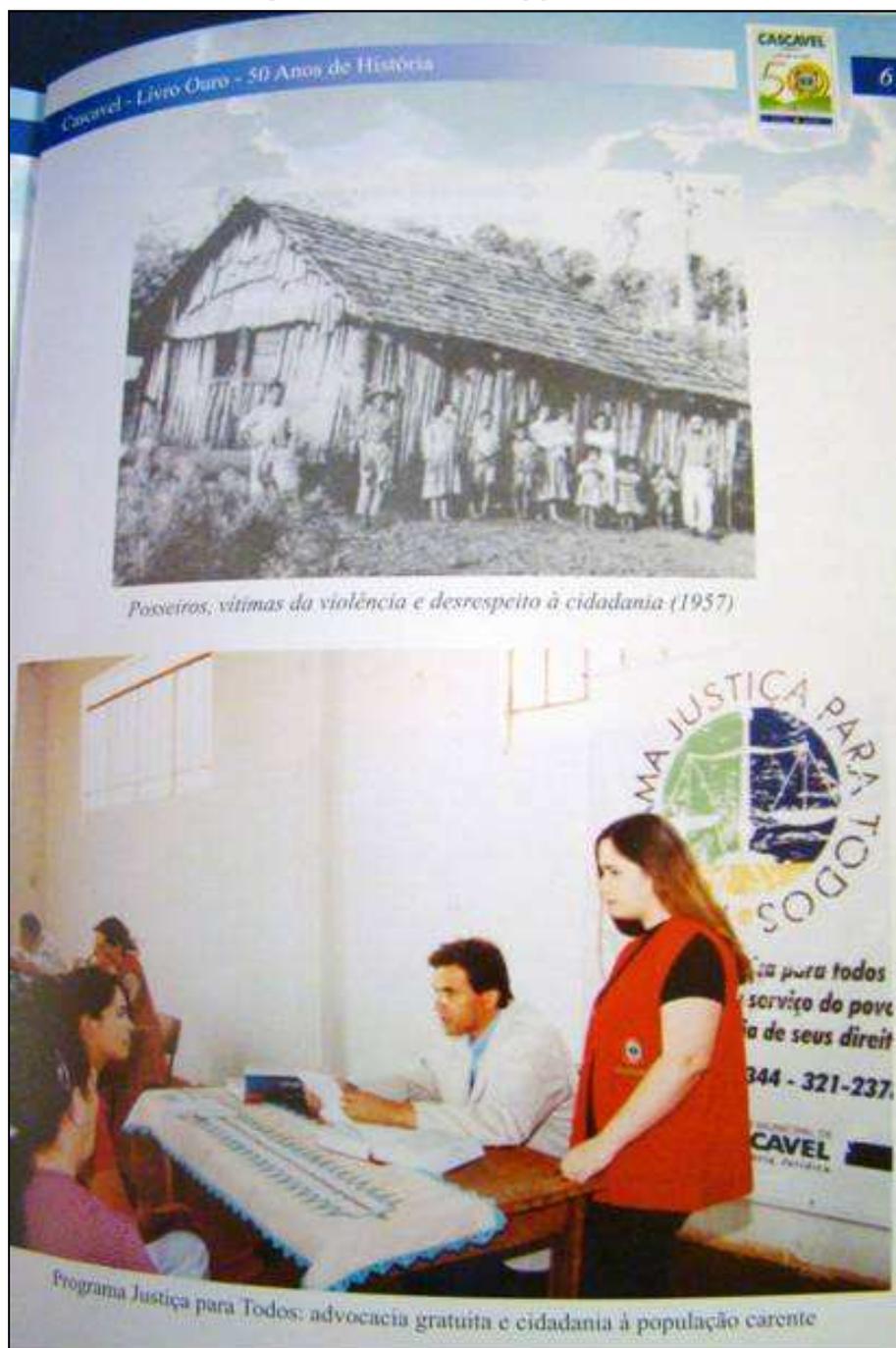
Fonte: SPERANÇA, Alceu. *Cascavel – Livro Ouro: 50 Anos de História*. Cascavel: Prefeitura Municipal/SMCS, 2002. p. 3 e 27.

IMAGENS 3 e 4: VISTA DA CIDADE DE CASCAVEL E DOS PRÉDIOS DA PREFEITURA



Fonte: SPERANÇA, Alceu. *Cascavel – Livro Ouro: 50 Anos de História*. Cascavel: Prefeitura Municipal/SMCS, 2002. p. 19 e 9.

IMAGEM 5: O PASSADO DE POSSEIROS (1953) E A LEGALIDADE DE HOJE



Fonte: SPERANÇA, Alceu. *Cascavel – Livro Ouro: 50 Anos de História*. Cascavel: Prefeitura Municipal/SMCS, 2002, p. 61.

Apesar da diversidade de temas abordados, é preponderante o registro sobre as instituições de poder instaladas no centro da cidade, contrapondo sempre o antigo ao moderno, sempre apresentado como sinônimo do progresso e do desenvolvimento, demonstrando sua visão de movimento histórico, bem como sua concepção acerca do Estado

e do poder. Ao privilegiar determinados espaços e sujeitos expressa a sua visão contratualista e liberal de Estado e de sociedade que fundamentou e ainda fundamenta as reflexões sobre as relações sociais de poder na historiografia oficial da região.

Sobre a colonização e a posse da terra, Alceu Sperança destacou que este foi um processo marcado por conflitos e disputas entre posseiros e grileiros profissionais, a serviço de falsas colonizadoras. Para o autor, estes conflitos tinham sua origem na ausência do Estado ou sua ineficiência, o que permitiu a grilagem, o favorecimento político e a corrupção, gerando disputas jurídicas entre dois ou mais compradores. A ação de aventureiros confundia-se, segundo Sperança, com as verdadeiras colonizadoras que enfrentavam dificuldades para gerir seus negócios em meio às irregularidades.

As questões de disputa de terras, apenas teriam sido amenizadas quando o Governo do Estado passou a aplacar os conflitos entre os jagunços e posseiros, a partir da designação do Coronel João Rodrigues da Silva Lapa, que, em dois meses, teria feito inúmeras detenções.

Sperança não entende os conflitos como inerentes às contradições e disputas sociais e sim como desequilíbrio ou como expressão de que o Estado não estaria cumprindo com o seu papel de administrador e regulador, das relações entre os indivíduos com interesses divergentes ou concorrentes.

Há, portanto, na visão de Sperança, uma Cascavel sem Lei, o “velho Oeste”, onde a violência imperava, onde o Estado não cumpria a sua função de mediador dos conflitos sociais. Mas havia também a Cascavel dos conflitos resolvidos, a partir da ação efetiva do Estado e do cumprimento da Lei que, além de reprimir jagunços, posseiros e grileiros garantiu a posse e legalizou juridicamente a propriedade a quem lhe seria de direito. É a concepção do Estado como sujeito que paira acima das contradições sociais e que por isso, pode, com isenção, fazer a justiça e aplicar a lei, que está presente na sua narrativa e visão de mundo. Quando, ao contrário, o que se percebe é que o Estado se configura, já naquele momento, como um Estado com formato de classe, incrustado pelo domínio de madeireiros e especuladores de terra, que a partir de seu aparato ou de seus órgãos reguladores e repressores garantiu a legalização da terra para uns e não para todos.

A escrita da história de Sperança localiza num passado distanciado, as questões relacionadas às disputas de terra, destacando que estas irregularidades foram solucionadas a partir de um esquema especial organizado pelo Governador Ney Braga que consistia em titular definitivamente propriedades em disputa e combater posseiros e jagunços através da

ação policial, dando início, assim, a titulação e legalização da terra, o que o autor chamou de pacificação da região.

Esta historiografia que estabelece, seletivamente, alguns marcos históricos como definidores de diferentes temporalidades, é encontrada também, quando a temática em questão é a formação do latifúndio, a migração e o êxodo rural no Oeste.

Em artigo publicado no jornal “*Hoje*”, no final de 1980, defendia-se a necessidade de inserir o latifúndio dentro das chamadas “fases sócio-econômicas do Oeste Paranaense” (HOJE, 1980, p.13), estabelecendo como marcos históricos o período anterior a colonização onde predominavam os latifúndios improdutivos, o período pós 1945 onde as empresas colonizadoras viabilizaram uma destinação social à terra e, por último, o período pós 1970, quando teria sido implantada a terceira fase socioeconômica, a chamada fase do latifúndio produtivo, surgido a partir do adensamento de propriedades, originadas da incorporação de pequenas áreas rurais às grandes propriedades que deste modo, teriam aumentado suas áreas e acentuado, através da compra legal, a concentração fundiária .

Novamente, a solução apresentada passaria pela ação dos governantes, que através da elaboração e da execução de leis e de projetos, promoveriam a modernização da agricultura e freariam o processo de luta pela terra em curso, organizado pelo MST.

Vander Piaia, ao abordar o processo de ocupação do Oeste do Paraná, compartilha desta concepção de que há, na história de Cascavel, um período marcado pelas contradições e conflitos em razão da ausência da Lei e do Estado quando afirmou que “Cascavel era o reino da anarquia” (PIAIA, In: http://www.eca.usp.br/pjbr/arquivos/monografia7_c.htm, acessado em 10/05/2009). Esta afirmação, em certa medida, corrobora e reproduz a visão apresentada por Sperança.

Percebe-se, que duas importantes referências para o estudo da História de Cascavel, compreendem o Estado e suas ações, a partir de uma concepção de neutralidade das instituições¹², que não permite perceber as relações de poder que se constituem na sociedade e dificulta a compreensão de como uma classe ou fração de classe constitui-se como dominante na sociedade civil e como se organiza para manter a sua hegemonia também no interior, “na ossatura do Estado” (POULANTZAS, 2000).

¹² Esta visão liberal é hegemônica e expressa o consenso (senso comum) que a grande maioria da população tem sobre o Estado.

As matérias publicadas nos jornais locais reproduzem esta compreensão de que a ausência da legalidade e a corrupção foram os motivadores dos conflitos envolvendo a disputa pela terra. Através do Jornal “*O Paraná*”, em seu exemplar de lançamento datado de 16 de maio de 1976, foi publicada a matéria intitulada “*Cascavel, a capital do Oeste*” que descreve o processo de ocupação da terra, destacando que este foi marcado por disputas, favorecimentos políticos, pela violência e, por vezes, pela ilegalidade. Sobre a década de 1950, em matéria especial, explicou-se:

Porém, “funcionários inescrupulosos e pessoas ambiciosas desvirtuaram a intenção governamental, criando sérios problemas para toda a região em desenvolvimento. Houve a sobreposição de títulos de áreas cedidas a colonos, sendo que em algumas situações, até 3 ou 4 títulos de propriedade foram expedidos a uma mesma área de terra. Foram muitas as pessoas, políticos e cabos eleitorais que foram beneficiados com terras que nunca viram e que nenhum interesse tinham em colonizar. Houve a valorização da madeira e os beneficiários perceberam que suas terras tinham grande valor econômico. A maioria, porém, chegou tarde, pois suas terras já haviam sido invadidas, devastadas e estavam sendo exploradas pelos “posseiros” os quais há muitos anos vinham desfrutando daquelas terras “sem dono”. Através da Lei ou da arma, os legítimos proprietários – por documentos_ procuraram reaver suas terras, o que ocasionou sérios conflitos, tanto na Justiça, como de natureza sangrenta. *Esta situação criou uma história à parte, mas hoje esses conflitos estão mais na área da Justiça*”. (grifo nosso) (O PARANÁ, exemplar de lançamento, 16/05/1976, sem página).

A publicação desta matéria foi realizada na edição de lançamento do jornal, em pleno processo de definição das candidaturas para a disputa eleitoral pela Prefeitura de Cascavel, onde participou como candidato Jacy Miguel Scanagatta (ARENA), proprietário do referido jornal e agropecuarista de Cascavel. Através deste meio de imprensa, eram feitas severas críticas ao então prefeito Pedro Muffato. Foram sucessivas as matérias e posicionamentos em oposição ao prefeito do MDB, publicadas editorial do jornal. Scanagatta venceu as eleições ao lado do seu vice, Assis Gurgacz.

A intenção de reconstruir uma memória que evidenciava a presença da violência na disputa pela terra, naquele momento histórico, parece ser oportuna, justamente por vincular os conflitos às ações de corrupção de funcionários públicos e às irregularidades do Governo do Estado. Ao mesmo tempo em que localiza no passado distante estas disputas e colocava-as no campo da corrupção, criticava os gestores do município pela sua “incompetência e por desvio

de verbas”, a exemplo do caso da I Exposição Feira de Cascavel (EXPOVEL)¹³. Em vários momentos, através do jornal, foram feitas acusações de desvio de verbas e materiais, mau uso dos recursos públicos investidos num evento que teria causado um prejuízo financeiro equivalente a remuneração mensal de 10 mil funcionários públicos municipais durante um mês, como também argumentou Anselmo Cordeiro, a partir dos dados constantes em processo arquivado no Fórum de Cascavel (CORDEIRO, 1980. p. 82).

A matéria destacava também que, se em determinado momento da história de Cascavel houve conflitos e disputas pela posse da terra, estes se davam para garantir o reconhecimento, pela lei ou pela força, do direito daquele que possuía o documento oficial, o proprietário do ponto de vista jurídico. Seria, portanto, a luta dos proprietários legais, que, por vezes, usavam da força privada para fazer valer seu direito, já que o Estado não cumpria adequadamente este papel.

Em 1985, a revista *Oeste*, publicou um artigo em seu caderno “Memória”, sob o título “A gang da Terra” que demonstrava como agiam os grileiros no interior de Cascavel entre os anos de 1956 e 1960, e que colocavam a cidade “sob o império da violência”.

Nunca houve tanto medo em Cascavel quanto no período 1956-1960.¹⁴ O todo poderoso PSD reinava absoluto sobre o Paraná oficial. Sobre o Paraná subterrâneo, enrustido, vicejavam as quadrilhas de grileiros com ramificações que beiravam os mais respeitados gabinetes da capital. Desse período, quando o chefe cascavelense era o madeireiro Florêncio Galafassi, diretor da Industrial Madeireira do Paraná e era prefeito seu genro, Helberto Edvino Schwarz, o ano de 1957 veio significar a eclosão dos mais sangrentos conflitos pela posse da terra já verificados no Oeste paranaense (REVISTA OESTE, nº 2, setembro/1985, Ano I, p. 23).

Segundo a matéria acima citada, o vereador Alyr Silva, então presidente da Câmara de Vereadores e agente da Fundação Paranaense de Colonização e Imigração, denunciara publicamente a existência de uma “gang da Terra” formada por jagunços que agiam sob proteção e conivência de policiais e funcionários de instituições governamentais. Na denúncia, o vereador teria apresentado uma carta que comprovava “o método” utilizado para o confisco de terras.

¹³ A Primeira edição da EXPOVEL foi organizada pela prefeitura municipal de Cascavel, em dezembro de 1975 e sua programação contemplou a realização de shows com artistas locais e leilões de gado, onde foram comercializadas 740 cabeças de gado.

¹⁴ 1956 a 1961 é o período do segundo governo de Moysés Lupion e Florêncio Galafassi é o diretor da empresa Industrial Madeireira do Paraná pertencente à família Lupion.

Devido às pressões sofridas o então vereador teria explicado ao Jornal “*O Estado do Paraná*”, de 26 de julho de 1959, como agiam os funcionários da Fundação:

O golpe era simples. O cunhado de um dos diretores da Fundação, o “dr. Santos Filho”, Pedro Garzuze, vulgo Pedro Alim, recolhia procurações dos posseiros a pretexto de facilitar o registro das terras. De posse das procurações, Pedro Alim as negociava com interessados ou simplesmente as transferia ao grupo, quando não as cedia em troca de altas propinas, aos latifundiários molhando as mãos de dirigentes da Fundação e elementos do Governo. Garzuze procurava os colonos na propriedade, credenciado pela Fundação e utilizando-se do parentesco com o “dr. Santos Filho” solicitava ao colono a cessão de procuração para regularizar as terras. O colono concordava com a cessão das madeiras existentes sobre a propriedade em troca da quitação das taxas, sempre pesadas e maliciosas, exigidas para o registro definitivo das terras. Os posseiros cediam as procurações, iludidos de que em troca da madeira de lei receberiam a terra nua sem qualquer ônus adicional. Como os demais colonos estavam pressionados pelas constantes viagens à capital e taxas cada vez mais absurdas, o logro se completava com grande facilidade... As procurações eram passadas em Cartório e levadas pelo escrivão aos posseiros, que assinavam, via de regra, em cruz. Essas procurações eram em causa própria, constando como haver sido paga em moeda corrente determinada importância, como venda líquida e certa que lhe havia feito. E, quando o colono deixava de cair no conto da troca da madeira pelas taxas de regularização, a procuração era arrancada à força com o apoio de jagunços e de policiais militares que faziam horas extras como criminosos (REVISTA OESTE, Nº 2, setembro/1985, Ano I, p. 25).

Na edição de número 21 da Revista *Oeste* de 1987, a mesma matéria foi republicada e novamente responsabilizava funcionários da Fundação de Colonização pelos conflitos, uma vez que estes “deveriam” titular as terras aos seus referidos ocupantes, garantindo como legítimos proprietários, aqueles que nelas trabalhavam. Mas, na prática, esta situação nem sempre teria se efetivado como determinado juridicamente.

Inúmeras famílias de posseiros viram-se desalojadas da noite para o dia das propriedades onde durante anos haviam investido todos os seus esforços: grileiros vinculados ao PSD passavam a condição de titulares de vastas áreas, removendo seus ocupantes à força ou obrigando-os a pagarem mais uma vez pela terra. Jagunços a soldo de grandes companhias ou de latifundiários percorriam os sertões com metralhadoras pesadas à caça de posseiros (REVISTA OESTE, nº. 21, Ano III, setembro/1987, p. 36-37).

Nesta edição da revista, detalhava-se que havia no município de Cascavel, na década de 1950, uma forte organização do PSD, partido do então governador do Estado, Moysés Lupion, cujos membros ocupavam cargos estratégicos na Prefeitura, na Comarca Municipal, na Polícia, na Fundação de Colonização, no Cartório de Registro de Imóveis e também no

Judiciário. Para exemplificar, na matéria consta a fala de um morador da época, Afonso Acordi: “Era uma panela só, que atuava em conjunto na grilagem de terras por toda essa região. Quantos e quantos pobres coitados não ficaram na miséria por causa dessa gente” (Revista Oeste, nº. 21, Ano III, 1987, p. 37).

As situações de violência, terror e medo que são apresentadas na matéria publicada pela revista, três décadas depois, referem-se também a um período de intensa disputa política em Cascavel, entre o primeiro prefeito José Neves Formighieri do PTB (1953-1956) e seus aliados, que buscavam eleger o médico Wilson Joffre, e o grupo do prefeito então eleito, pelo PSD, Helberto Schwarz,¹⁵ (1957-1960). A tentativa de apagar as provas sobre as irregularidades cometidas naquela gestão teriam desencadeado, em 1960, o incêndio do prédio da Prefeitura.

Euclides José Formighieri, ao explicar as razões daquele evento, afirmou que

A cidade estava totalmente abandonada e o prefeito não atendia. Venderam todo maquinário, os lotes que existiam, da prefeitura, em Cascavel, venderam tudo e acabaram queimando a prefeitura. Quem fazia a contabilidade da prefeitura na época era o Celso Sperança, pai do Alceu Sperança, e ele me disse o seguinte: só tem um recurso pra eles não ir pra cadeia, é queimar a prefeitura com tudo que tinha dentro. Então não sobrou nenhum alfinete que fosse, pra pregar um papel. O Celso era o meu primo e ele me contou que o único recurso pra não ir pra cadeia era queimar a prefeitura pra que não tinha prova nenhuma. E o que aconteceu antes do Otacílio assumir? Dois cidadãos meteram fogo na prefeitura (FORMIGHIERI, 2009).

É importante estabelecer a relação entre o que se publicou na revista nos anos de 1985 e 1987 e as contradições presentes na história do país e da região naquele momento, quando os movimentos sociais de luta pela terra fortalecem sua organização ganhando inclusive dimensão nacional com o MST, fundado em Cascavel no ano de 1984, e que recolocou em pauta a discussão sobre a necessidade de modificações na estrutura fundiária do país.

Através da revista, um dos veículos porta-voz da fração agrária local, buscou-se deixar claro que na região Oeste do Paraná as disputas em torno da terra tiveram lugar no passado, 30 anos atrás, e que a ação do Estado, naquele momento, legalizou as propriedades. Portanto, neste momento, ou seja, segunda metade da década de 1980, as discussões sobre reforma agrária não cabiam para a região. Esta historicização das novas lutas pela terra é fundamental para compreender este contexto e a reescrita da história, uma vez que, na visão da ordem, os

¹⁵ Helberto Schwarz era genro e sócio de Florêncio Galafassi, sócio e diretor da Industrial Madeireira do Paraná que em 1948 adquiriu o controle da serraria Moisés Lupion (Sperança, 2007).

sem terra pretendiam reimplantar o “estado sem lei” e da “violência” que teria marcado a história anterior de Cascavel. Era preciso afirmar, naquele momento e em outros, que a oligarquia era proprietária legal das terras e os sem terra eram os novos “grileiros e jagunços” que queriam se apropriar ilegalmente da terra alheia. Os sem terra eram os bandidos e os forada-lei e suas ações eram criminalizadas.

Este mesmo discurso é retomado nos embates atuais, neste início do século XXI, pelas lideranças representativas dos grandes proprietários rurais para tentar justificar o que seria a incoerência das ações do MST nesta região.

Percebe-se, assim, que a escrita da história, convencionada como oficial encontra respaldo e é constantemente reproduzida e reelaborada em jornais e revistas, bem como nos livros didáticos que localizam no passado os conflitos e delegam ao Estado ou a sua ausência, a responsabilidade pelos mesmos. Portanto, no presente, o Estado deve defender a ordem, ou seja, a propriedade legal.

As obras de Alceu Sperança foram produzidas a partir da década de 1980, quando a quase totalidade das áreas antes em disputa, já haviam sido legalizadas ou tituladas, estando, portanto, consolidada a propriedade, cabendo, naquela concepção, ao Estado, ratificar e preservar o direito adquirido.

Porém, as contradições sociais não são resolvidas exclusivamente no âmbito do Estado e suas instituições e poderes (executivo, legislativo e judiciário), e sim nos embates vivenciados na base concreta da sociedade civil.

Diante destas questões e pelo silenciamento na historiografia que trata da história da região sobre a formação de uma fração agrária da classe dominante, econômica e politicamente vinculada à posse e ao domínio da grande propriedade rural, considera-se fundamental analisar a constituição da propriedade privada da terra no município de Cascavel, uma vez que nela se assentam as bases das relações de força pelas quais esta fração de classe fundamenta sua condição material e política.

Entende-se que pensar a história e sistematizar seu conhecimento, além de ser um conjunto de procedimentos metodológicos, é também um ato político-social. Tem-se aqui a preocupação de não apenas dar voz aos latifundiários e analisar sua práxis, mas, principalmente, entender como são estabelecidas as relações de poder e contra-poder, de domínio e resistência, de força e consenso nos diferentes campos de disputa entre as forças sociais e de construção da história na região e como a condição de proprietário ou não proprietário da terra se fundamenta nestas relações.

1.2 – TERRA E PODER NO OESTE DO PARANÁ: OUTRA POSSIBILIDADE DE ANÁLISE

Os grandes proprietários rurais da região Oeste do Paraná têm buscado, historicamente, diferentes formas de organização e representação política, no sentido de defender seus interesses e manter sua condição e posição de classe.

Para compreender como se desenvolveu este processo, é fundamental conhecer as bases materiais sob as quais esta fração de classe se constituiu e se consolidou e os embates travados a fim de manter sua condição hegemônica. Esta abordagem é possível e o caminho da pesquisa pode iniciar a partir da identificação de suas entidades de classe, de seus instrumentos e ações de luta e pela análise dos discursos proferidos por seus representantes, voltados para promover o consenso em torno do seu projeto social, econômico, político e cultural (visão de mundo).

A identificação dos intelectuais orgânicos desta fração de classe e seus aparelhos privados de hegemonia são fundamentais para compreender como eles têm buscado a legitimação de sua condição, ocupando cargos-chaves nos espaços institucionais de poder e como tem se posicionado frente à propriedade privada, ao agronegócio, ao Estado restrito e aos embates que travaram contra seus “inimigos” na esfera da sociedade civil e no campo de lutas sociais relacionadas ao domínio da terra. Como situou Regina Bruno: “Se não procurarmos conhecer quais as estratégias do patronato rural, dificilmente conseguiremos visualizar a ordem do poder e da dominação na sua totalidade” (BRUNO, 1997, p. 16).

A região Oeste e sua sociedade não podem ser consideradas de modo homogêneo e harmonioso, mas, como espaço permeado pela diversidade de relações e especificidades intra-regionais de classe, que marcaram e ainda marcam a sua constituição econômica, política, social e cultural. É a partir da análise destas condições históricas que é possível compreender a formação de uma fração dominante ligada à produção agropecuária no Oeste do Paraná.

Sobre a especificidade da estrutura fundiária de Cascavel não se pode deixar de considerar que um número significativo dos grandes proprietários rurais estende suas propriedades também para municípios vizinhos¹⁶, destinadas à pecuária bovina de corte, seja para o desenvolvimento do processo de produção de modo integral ou parcial. Algumas destas propriedades foram estabelecidas no início da colonização dirigida, quando aquelas áreas

¹⁶ Alguns foram desmembrados de Cascavel, mas outros são oriundos e/ou se localizam no ex-território Oeste de Laranjeiras do Sul. Tratando-se da localização geográfica, o território da oligarquia cascavelense está no triângulo que forma a grande região Oeste entre os Rios Piquiri e Iguçu.

foram o espaço de atuação de empresas imobiliárias, madeireiras e grileiros. Alguns destes proprietários estenderam sua atuação para outros Estados do país.

FOTO 1: PECUÁRIA DE CORTE NO MUNICÍPIO DE CÉU AZUL/PARANÁ



Fonte: ADAMY, Irene Spies. 19/06/2010. (Arquivo da autora). Pela fotografia é possível visualizar as características topográficas das propriedades destinadas à pecuária de corte e o gado branco (nelore).

O povoamento efetivo de Cascavel e que marcou sua formação atual, teve início através da “ocupação espontânea”, ocorrida durante a década de 1930, quando chegaram à região alguns colonos descendentes de poloneses oriundos de Santa Catarina, bem como de “caboclos” oriundos de Guarapuava. Instalando-se em pequenas chácaras, abriram pose e derrubaram a mata, faziam suas roças e fundaram vilarejos como as Colônias Esperança e São João. À época, este processo de ocupação facilitava o acesso à terras devolutas,

pois, além de não exigir nenhuma formalidade, bastava ao posseiro entrar na mata, construir uma casa (ou rancho), limpar uma pequena área de mata, plantar uma roça e demarcar a área da posse. Em seguida, deveria ser feita a solicitação de título de posse, que mais tarde seria confirmado como título definitivo (MYSKIW, 2000, p. 74).

A partir da década de 1940, a ocupação passou a ser realizada pelas colonizadoras, principalmente as madeireiras, e pelo Estado que tinha o intuito de viabilizar o povoamento, a venda ou doação de terras, com ou sem titulação. Para tanto, foi criado inicialmente, o Departamento Administrativo do Oeste e, em 1946, a Fundação Paranaense de Colonização e Imigração (FPCI) e o Departamento de Geografia Terras e Colonização (DGTC).

Ainda a partir da década de 1950, a ocupação do território do então município de Cascavel¹⁷ era facilitada pelo fato de as terras serem devolutas e o Estado reconhecer o direito de propriedade, mediante a comprovação de posse feita pelo interessado junto aos órgãos do Estado. Esta situação por vezes gerava conflito entre posseiros e os que apresentavam a titulação de propriedade da terra. Esse impasse nem sempre se resolvia no âmbito da legalidade.

Alberto Pompeu¹⁸, um dos primeiros moradores de Cascavel, também atuou, juntamente com seu pai, no setor madeireiro e de serrarias, extraindo pinheiros e abrindo estradas. Segundo ele, durante o Governo Lupion havia um esquema para titular terras para terceiros envolvendo representantes de órgãos do governo do Estado, cartórios, polícia e autoridades locais. Pompeu relatou que, à época, o pretendente à área de terra “ia lá no cartório, fazia a escritura, registrava e tudo bem. Aí você tinha o proprietário. Daí, você tinha o problema do posseiro que estava lá. Aí vocês têm que juntar os jagunços pra tirar os posseiros de lá” (POMPEU, 2009).

Sobre a quem cabia a responsabilidade de tirar o posseiro da terra, Pompeu explica que havia uma negociação entre quem tinha a procuração para vender a terra e o interessado em comprá-la. “O negócio era feito: _Te faço baratinho [o preço da terra], mas você assume o posseiro. Então, às vezes tinha que tirar o posseiro antes de vender, aí valorizava a terra. Enfim, tinha essa negociação” (POMPEU, 2009).

¹⁷ Quando se desmembrou de Foz do Iguaçu, o município de Cascavel estendia-se do Rio Piquiri ao Iguaçu. Era composto pelas áreas dos atuais municípios de Corbélia, Formosa do Oeste, Capitão Leônidas Marques, Nova Aurora, Cafelândia, Santa Teresa, Lindoeste, Boa Vista da Aparecida e Braganey.

¹⁸ Alberto Rodrigues Pompeu, nasceu em Foz do Iguaçu no dia 15/11/1937 e passou sua juventude entre Laranjeiras do Sul, Guaraniaçu e Cascavel. Seu pai era agrimensor e, juntamente com seu filho, demarcaram uma boa parte das terras na região de Cascavel. Por ser um dos primeiros contadores, Alberto Pompeu atuou junto a várias empresas (madeireiras, colonizadoras, cartórios e instituições do poder público). Também foi professor na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cascavel (FECIVEL) e na UNIOESTE, quando se aposentou compulsoriamente. Atualmente é Diretor Geral do Hospital Universitário do Oeste do Paraná (HUOP/UNIOESTE). Além de ser autodidata em várias áreas de seu interesse, Alberto Pompeu é colecionador de armas da “revolução de 1924” e possui um rico acervo de mapas, moedas, livros, armas, equipamentos de escritório...

A colonização das terras que compreendem a região Oeste foi efetivada, basicamente, por empresas privadas. Porém, o Governo do Estado do Paraná teve participação direta no processo atuando principalmente na concessão de terras e títulos a estas empresas, aos novos posseiros, ou aos posseiros que ali já se encontravam desde as primeiras décadas do século XX. Este foi um processo conflituoso, marcado pelo favorecimento político e por disputas em torno do direito de posse e de propriedade da terra, a exemplo dos processos em disputa entre a União, o Estado e a empresa Braviaco¹⁹.

O governador Moysés Lupion, no seu primeiro mandato, entre os anos de 1947 e 1951, conforme dados do Instituto de Terras Cartografia e Geociências do Paraná, (ITCG) emitiu 9.564 títulos de propriedade no Estado. Em seu segundo mandato, de 1956 a 1961 o número foi ainda maior, com um total de 26.084 titulações. Este processo teve continuidade nos governos de Ney Braga que entre 1961 e 1965 titulou 8.880 propriedades. Entre 1979 e 1982, quando do seu segundo mandato como governador, foram expedidos 3.366 títulos²⁰.

Dentre os primeiros grandes proprietários rurais está a família Formighieri (os irmãos Euclides, Orestes e Francisco) que chegou à região que se tornaria o município de Cascavel no final da década de 1950, com o objetivo de adquirir terras e instalar uma serraria. A fim de ampliar os negócios madeireiros que a família desenvolvia no Rio Grande do Sul e sabedor da “imensidão das florestas de pinheirais”, adquiriu de “terceiros”, amplas áreas de terra para explorar a madeira. Euclides José Formighieri²¹ foi um dos grandes agropecuaristas de Cascavel, destacando-se pela alta tecnologia aplicada à produção confinada de gado bovino.

Segundo Euclides Formighieri (2009), Lupion teria sido o melhor governador para o Oeste do Paraná, por ter acabado com as posses e os posseiros e a chamada “indústria da posse”²².

Quando Moysés recebeu o governo, na segunda época, ele tratou de titular, bem ou mal. “É posseiro, não tem nada”, titulava pro *João dos Anzol*, para Fulano, para Beltrano, e esse Fulano ou Beltrano, vendia pra terceiro e esse

¹⁹ Antonio Marcos Myskiw (2002) abordou estas disputas envolvendo a empresa Braviaco em sua dissertação “Colonos, posseiros e grileiros: conflitos de terra no Oeste paranaense (1961-1966), assim como Cecília Maria Westphalen; Brasil Pinheiro Machado e Altiva Pilatti Balhana em “Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno”. In: Boletim da Universidade Federal do Paraná. Departamento de História, n.º 7, 1968.

²⁰ Cf. <http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/File/RelacaoGovernantesDITER2.pdf>

²¹ Euclides José Formighieri nasceu no dia 26/06/1933 e faleceu no dia 30/01/2010, quando este trabalho estava em fase final de elaboração. Entretanto, tivemos a oportunidade de entrevistá-lo para esta pesquisa.

²² Durante os anos de 1960 e mesmo na legislação do Estatuto da Terra, a “indústria da posse” era utilizada para criticar e desqualificar os posseiros, pois, segundo os partidários da grilagem e da modernização jurídica da posse e propriedade da terra, os posseiros não tinham vínculo à terra, pois estariam interessados em abrir posse para depois vendê-la (o direito de posse) e abrir novamente outra posse mais adianta para também vendê-la.

terceiro acertava com os posseiros. Por bem ou por mal, acertava com os posseiros (FORMIGHIERI, 2009).

A concessão de terras foi intensificada a partir da emancipação política de Cascavel, quando o Governo do Paraná efetivou a titulação de novas áreas e também de áreas ocupadas por posseiros de longa data, numa tentativa de resolver impasses e disputas envolvendo as posses, em especial dos posseiros de pequenas áreas.

As grandes áreas de posse foram “legalizadas” com apoio do Governo do Estado, seguindo critérios muito particulares, a exemplo do que explica Formighieri.

Como aconteceu comigo, por exemplo, em Ibiracema. Nós tínhamos uma área de terra lá, que tinha 27 posseiros em cima de uma área de 1000 e poucos alqueires. E nós fizemos uma proposta para acabar com estes posseiros. Demos cinco alqueires de terra, dada, medida, escriturada, aliás, escriturada não, dada não. Vendida a dois mil o alqueire, ou seja: 10.000,00 cruzeiros. E 20 alqueires pro posseiro mais forte. A esse dava 10 alqueires também a 2.000,00 o alqueire. Demos pra eles um prazo de dois meses pra vir regularizar. Era a proposta. Eles vieram, fizeram o acerto, daí tinha que pagar. Se não pagassem, eu dava 10.000,00 cruzeiros e eles iam embora. Levavam rancho, levavam tudo e iam embora (FORMIGHIERI, 2009).

Alberto Pompeu, em entrevista explicou como era organizado o esquema de titulação das terras que muitas vezes não beneficiavam o legítimo posseiro. Ele esclareceu que pelo fato de haver posseiros em terras devolutas na região de Cascavel, isso facilitava a atuação irregular inclusive de representantes do Governo do Estado e de donos de cartórios.

Então, o que aconteceu: o posseiro fazia como nós fizemos no Piquiri. Fazia a sua posse, requeria a escritura dele na Inspeção de terras. Mas quando saiu o título, no fim do governo do Lupion, não tinha o título em nome dessa pessoa. Nós tínhamos uma posse lá na região do Santana e eu trabalhava lá antes de comprar a posse. E havia um comércio de posse interessante. A pessoa fazia uma posse, e nós compramos a terra. Mas nós se interessávamos no pinheiro que tinha aquela posse. Tinha um sócio, ali de Toledo, que chamava Celso, que foi trabalhar com a gente e tal. Muito esperto, compramos a posse e vendemos o pinheiro pra serraria que eu trabalhava. Levamos um bom dinheiro naquela época. Foi bom pro dono da serraria, foi bom pra nós que vendemos. E a terra, nós acabamos (vendendo). O título saiu no nome de uma pessoa estranha, que o Estado tinha dado esses golpes. Olha, era impressionante a forma que eles titulavam as terras. Eles titulavam as terras num nome de uma pessoa inexistente (POMPEU, 2009)²³.

²³ POMPEU, Alberto Rodrigues Pompeu. Entrevista realizada no dia 28 de fevereiro de 2009, em sua casa no município de Cascavel/PR. Atividade vinculada ao projeto *Intervenções na relação Universidade/Educação Básica: Tempo Passado, Desafio do Presente*, financiado pela SETI/PR através do “Programa Universidade sem Fronteira - Sub-programa de Apoio às Licenciaturas”. O projeto foi coordenado pela Prof^a. Dr^a. Geni Rosa Duarte, do Colegiado do Curso de História, da UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon, e realizado

A formação de grandes propriedades rurais em Cascavel teve início com o processo de colonização e com a instalação de empresas de exploração de madeira a partir de 1940, atraídas pela abundância de araucárias. Seus proprietários vinham para o Oeste a fim de expandir os negócios que a família desenvolvia em Santa Catarina ou no Rio Grande do Sul ou mesmo em Curitiba. Na década de 1950 foram colocadas em atividade diversas serrarias. Estas extraíam a madeira de propriedades, adquiridas pelas colonizadoras do Governo do Estado, e também de terras ocupadas por particulares que desejavam vê-las “limpas” a fim de poder cultivá-las com a produção agrícola.

**IMAGEM 6: MADEIREIRA OURO E PRATA LTDA
DÉCADA DE 1960/CASCAVEL**



Fonte: Município de Cascavel - Museu da Imagem e do Som de Cascavel; MIS0019_S1_05_b
Disponível: <http://cascavel.pr.gov.br/servicos/museu/detalhe.php?imagem=20100226083101.jpg>

Alberto Pompeu comentando sobre a importância econômica que a atividade madeireira atingiu na região e como ela está vinculada a formação de grandes propriedades rurais onde desenvolve atualmente a agricultura e/ou a pecuária, destacou:

durante o período de 15/10/2007 a 15/10/2009. Contou 3 docentes orientadores, 1 bolsista recém-formado e 5 bolsistas graduandos.

Para o morador, o agricultor, não interessava o pinheiro. Pinheiro foi sempre símbolo de terra ruim. Esses madeireiros retiravam os pinheiros que pra eles era um alívio a retirada. Eram duas coisas, dois interesses que coincidiam, que estavam na mesma direção. O proprietário tinha a terra limpa para a agricultura e o madeireiro o seu produto, para seu negócio temporário, porque ele era um explorador da natureza. Mas foi uma fase econômica que atravessamos, muito boa por sinal. O período da indústria madeireira. Interessante, coincidiu com um fato também que não é do momento, mas que eu não posso esquecer. É que quando se encerrou o ciclo da madeira, aqui, muitos desses proprietários de serrarias e tal, se voltaram para a agricultura mecanizada com condições e conhecimentos empresariais. Eles tinham o trator, sabiam usar o caminhão, uma máquina, tinham sua equipe tratorista. E não era um erro você dá um trator pra um colono, que não sabe dirigir nem o trator. Mas essas empresas é que começaram esse processo de plantio mecanizado como eles chamavam. Foi uma fase interessante, uma associação. Quando parecia que a nossa economia estaria perdida, porque não tínhamos mais madeiras, que nada, continuou num processo novo, mas com o mesmo conhecimento empresarial. Agora, isso também resultou em outras coisas, por exemplo, a aquisição de mais terras pelo proprietário já ligado ao latifundiário que foi adquirindo. E o colono pequeno não tinha condições de produzir daquela forma nova a não ser pra subsistência, mas isso não valia mais... (POMPEU, 2009).

A extração da madeira mostrava-se, portanto, uma atividade altamente lucrativa. Euclides Formighieri, ao explicar como iniciou sua atividade econômica em Cascavel explicou:

Chegamos a ter 518 empregados, 6 serrarias de exportação de madeira. Abrimos Ibiracema, Catanduvas. Tínhamos terra em Boi Picuá, no Centenário, em função das serrarias e da pecuária. Uma quantidade enorme de terra, ou seja, 9.986 alqueires de terra com 170 mil pinheiros. Era tudo mato, sertão, pinhal. Era pinheiro aqui na região, que ia até a região de Cafelândia e Santa Teresa. Aqui por Catanduvas era tudo pinhal (FORMIGHIERI, 2009).

As empresas madeireiras, na sua grande maioria, eram também colonizadoras, ou seja, as terras eram adquiridas, a madeira era extraída e depois as glebas ou colônias eram loteadas e vendidas aos interessados. Por vezes, os proprietários das colonizadoras mantinham a propriedade de grandes áreas nas quais passaram a desenvolver a agricultura e a pecuária.

Outras empresas, porém, além da agropecuária, mantiveram a atividade de reflorestamento de pinus²⁴, beneficiamento, industrialização de madeira, comércio e

²⁴ As áreas de reflorestamento cobrem hoje uma área total de 5.000 hectares, de propriedade do grupo Bresolin.

exportação de móveis, e assim se organizam até hoje, a exemplo do que ocorre nas propriedades do grupo Bresolin.

Hilo Bresolin, ao explicar a organização da atividade madeireira em suas empresas, fez questão de salientar que atualmente a madeira beneficiada é retirada de áreas de reflorestamento e certificada por laboratórios credenciados.

Hylo Bresolin está no ramo madeireiro há 50 anos, como demonstra o anúncio comemorativo publicado no jornal O Paraná de Cascavel, sob o título “Bresolin 50 anos – uma prova de que a natureza sabe retribuir quando é bem tratada”, assumindo agora o discurso da *sustentabilidade* ao afirmar que sua matéria-prima é resultado não da exploração natural e sim do reflorestamento, conforme pode ser observado na imagem abaixo.

IMAGEM 7: ANÚNCIO COMEMORATIVO DOS 50 ANOS DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS BRESOLIN LTDA.



Fonte: Jornal O Paraná, 29/06/2010, p. A7.

Enquanto o reflorestamento de pinus é apresentado pelo proprietário, como atividade sustentável e ecologicamente correta, os movimentos sociais de luta pela terra tecem severas críticas a esta atividade econômica por produzirem verdadeiros desertos verdes onde a

biodiversidade é destruída, bem como a fertilidade do solo. Afirmam que a monocultura de florestas como pinus e o eucalipto, juntamente com o setor de biocombustíveis apresentam-se como a nova face do agronegócio, controlado por empresas multinacionais, a exemplo da Aracruz Papel e Celulose.

As empresas madeireiras, na sua grande maioria, eram também colonizadoras, ou seja, as terras eram adquiridas, a madeira era extraída e depois as glebas ou colônias eram loteadas e vendidas aos interessados. Por vezes, os proprietários das colonizadoras mantinham a propriedade de grandes áreas nas quais passaram a desenvolver a agricultura e a pecuária.

Na década de 1960, uma das dificuldades enfrentadas para a abertura de áreas para as atividades de agricultura e pecuária era a escassez de mão de obra. Formighieri explicou que os trabalhadores das serrarias eram trazidos de Santa Catarina e para o preparo da terra, foram trazidos trabalhadores de outras regiões do Brasil. Em suas propriedades deu-se preferência aos “peões trazidos de Minas Gerais”. Suas empresas enviavam madeira, principalmente para São Paulo, Minas Gerais e a partir da década de 1970, para Brasília. Os caminhões que levavam madeira retornavam trazendo dezenas de famílias de “peões” para preparar a terra.

Eu trouxe 54 famílias de Itajubá, Minas Gerais, tudo de cor, tudo preto. Eu tava começando (a retirada dos pinheiros) Catanduvas e Ibiracema, e nós vendemos pro pessoal de Minas. E uns cara trabalhador, barbaridade, uns cara que vieram pra trabalhar. Pra plantar milho e isso e aquilo. E eu com uma dificuldade tremenda de peão pra trabalhar. Aí eu falei com um deles e ele veio aqui no escritório. Eu disse: Você não arruma uns peão lá [MG] pra mim? Aí ele disse: arrumo. Eu mando dois caminhões lá daí você manda as mudanças. Daí eu pensei: mando dois caminhão lá pra Minas, vem cinco mudança, porque eles são menos favorecido e tal, aí eu marquei com ele. Eu mandava madeira pra São Paulo, onde eu tinha depósito. Aí passado uns dias ele manda um telegrama. Mande caminhões, pessoal arrumado. Menina do céu, quando veio o primeiro caminhão que era pequeno, veio 22 mudança, veio 22 famílias. Não tinham nada, nada, nada (FORMIGHIERI, 2009).

Os “peões de Minas Gerais” eram responsáveis pela preparação das áreas para agricultura e de pastagem, e o trabalho era realizado em troca de pagamento diário: “Na época eu fazia muita pecuária. Pagava pra eles derrubarem. Lá em Minas eles ganhavam dois reais²⁵ e aqui eu pagava 12” (FORMIGHIERI, 2009).

Além da diária, o proprietário autorizava o cultivo de pequenas roças, para produzir os gêneros básicos de sustento: “Aí ele [o capataz] entrou com aquela negada e fez tudo. Aí

²⁵ O uso do real como moeda é citada apenas para fins comparativos, uma vez que a moeda corrente naquele período era o cruzeiro novo.

quando chegou no mês de agosto ou setembro, eu dei arroz em casca pra eles plantarem, feijão. Se bem que eles trouxeram aquele feijão deles lá, que tira a vagenzinha, abóbora, moranga” (FORMIGHIERI, 2009).

Outro vínculo estabelecido entre o proprietário da terra e os trabalhadores era o armazém, onde eram comercializados gêneros complementares: “Eu dei pro cara lá, fazer um armazém. E ele matava porco. Todo fim de semana eles se abasteciam lá” (FORMIGHIERI, 2009).

Uma das grandes empresas de exploração de madeira na região, que dominava extensas áreas de terra, foi a Industrial Madeireira do Paraná – IMAPAR. Inicialmente de propriedade de Moysés Lupion, era proprietária de extensas áreas na região Oeste, envolvendo os atuais municípios de Cascavel, Santa Tereza, Catanduvas e Corbélia. Segundo Formighieri, a Industrial Madeireira tinha aproximadamente 25.000 alqueires (60.000 hectares) de terra na região. Em 1946, as Serrarias Central e São Domingos, que deram origem à Industrial Madeireira do Paraná, possuíam dois escritórios. Em Foz do Iguaçu era o escritório da Imapar, dirigida por Renato Festugato, seu fundador e que lá permaneceu até 1966 quando se deslocou para Cascavel, onde o então diretor da empresa era Florêncio Galafassi.

Nos anos finais da década de 1950 a família Bresolin se instalou em Cascavel com sua Industrial Madeireira, com o objetivo de

extrair e beneficiar a madeira da região que em seguida era enviada para várias regiões do Brasil, principalmente para o Estado de São Paulo. A partir do início da construção de Brasília, aquela região do país também passou a ser abastecida da madeira oriunda do Oeste e das madeireiras de Cascavel (BRESOLIN, 2009).

Também com o objetivo de explorar a madeira da região, o senhor Nelson Menegatti chegou a Cascavel em 1961. Ele veio para dirigir a Madeiras São Cristóvão S/A. Permaneceu na direção desta empresa por 14 anos. “Nós derrubamos aqui muito pinheiro, em plena cidade de Cascavel” (MENEGATTI, 2009).

A partir do final dos anos 1960 e, principalmente, durante a década de 1970, o processo de modernização da agricultura e a introdução de agroindústrias marcaram as relações de produção na região Oeste do Paraná. Os fartos créditos públicos financiaram, a juros baixos, essa modernização no país, pautada, inicialmente, no binômio soja-trigo.

A cultura do trigo foi significativa na economia paranaense e seu cultivo era desenvolvido, principalmente, na região Oeste. Conforme dados do IPARDES, em 1973, a produção de soja no Oeste correspondia a 38,2 % da produção total do Estado, enquanto que a de trigo representava 34,8% de toda a produção deste cereal no Paraná (IPARDES, 1973).

Em 1960, a cultura da soja ocupava o 4º lugar em importância econômica com 8,3% da área ocupada com culturas temporárias no Paraná, Em 1970 já ocupava o 2º lugar, aproximando-se do milho que, na região Oeste, gradativamente, foi substituindo o trigo, principalmente como cultura de inverno, ou “milho safrinha”.

A partir de então, fortaleceu-se o binômio soja-milho, que tomou impulso pela expansão na criação de aves e suínos, bem como, pela produção voltada para o mercado externo. Porém, a cultura do trigo ainda continua sendo expressiva, na região.

As culturas de soja e milho exigiam altos investimentos em maquinário e insumos que tornavam inviável sua produção em pequenas propriedades. Seus proprietários não eram alcançados pelos créditos agrícolas e passaram a encontrar dificuldades em viabilizá-las economicamente.

Os dados do VII Recenseamento Geral do Brasil realizado pelo Serviço Nacional de Recenseamento do IBGE e publicado em 1960, em sua “Série Regional” referente aos Estados do Paraná e Santa Catarina, registravam no município de Cascavel um total de 4.030 estabelecimentos, numa área total de 176.619 ha. Foram considerados para fins de análise, apenas os estabelecimentos cadastrados com sua respectiva área. Como os dados foram computados em hectares e não por módulo (como são atualmente) serão apresentados nesta tabela, da mesma maneira.

TABELA 1: ESTRUTURA FUNDIÁRIA DE CASCAVEL EM 1960 - POR FAIXA DOS ESTABELECEMENTOS

(Unidade/hectar = 10.000 m²)

Tamanho (ha.)	Nº. de Estabelecimentos	% dos Estabelecimentos	Área Total (ha)	% Área Total
1 a menos de 10	485	10,4	2.777	1,3
10 a menos de 50	3.240	70,1	86.309	38,7
50 a menos de 100	591	12,8	46.197	20,7
100 a menos de 200	194	4,2	27.042	12,1
200 a menos de 500	86	1,9	25.275	11,3
500 a menos de 1000	17	0,4	12.090	5,5
Mais de 1000	08	0,2	23.126	10,4
Total	4.621	100,00	222.816	100,0

Fonte: IBGE, vol. II, Tomo XII, 1ª Parte; 1960. (Tabela organizada pela autora)

A partir destes dados de 1960 verifica-se, claramente, a concentração fundiária que ocorreu em Cascavel. A título de exemplo, convém apresentar, por cálculo numérico, estas diferenças. Tratando-se dos estratos por número de estabelecimentos a faixa de 1 a 10 ha. é 60,63 vezes maior do que a faixa dos que tinham mais de 1.000 ha. Por outro lado, esta última faixa detinha 8,33 vezes mais áreas do que o total da faixa menor.

Atualmente, a referência utilizada pelo INCRA para classificar as propriedades quanto ao tamanho ou dimensão é o “Módulo Fiscal” (MF), estabelecido pela Lei n.º 6.746/80, sendo específico para cada município. Em Cascavel, cada módulo corresponde a uma área de 18 hectares.

Assim, quanto ao tamanho as propriedades seguem atualmente a seguinte classificação:

- 1) Minifúndio = até 1MF.
- 2) Pequena propriedade = 1 a 4 MF.
- 3) Média propriedade = 4 a 15 MF.
- 4) Grande propriedade = acima de 15 MF.

Se tomarmos como referência os critérios atuais estabelecidos pelo INCRA, consideramos como *grande propriedade rural*, aquela com área igual ou superior a 270 hectares. Então podemos concluir que em 1960, 111, das 4.030 propriedades cadastradas podiam ser assim classificadas, o que representava 2,83% do total dos estabelecimentos e que estas ocupavam uma área de 60.491 há., ou seja, 34,25% da área rural do município. Isto é outro demonstrativo para perceber o nível de concentração da terra naquele momento da história de Cascavel.

Outro referencial disponível para análise e compreensão do processo de formação da estrutura fundiária e seus reflexos socioeconômicos, são os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Pela sua maior disponibilidade e especificidade, serão utilizados para algumas reflexões neste trabalho.

Há de se considerar, por outro lado, que este referencial também é limitado, uma vez que não possibilita identificar o uso efetivo da terra, bem como as relações de produção nela efetivadas.

Se observarmos de modo mais detalhado as transformações produzidas na estrutura fundiária de Cascavel, podemos perceber que de 1960 a 1970 houve um aumento significativo no total de estabelecimentos cadastrados pelo IBGE, sem que houvesse esse aumento

proporcional no total da área ocupada. Isso pode ser explicado em parte pelo processo de titulação de terras e o conseqüente estabelecimento da propriedade. Por outro lado, os dados apresentam situação bem diferente quando analisamos o período 1975 – 1995, quando o processo da modernização conservadora se consolidou. No último período, se manifestou uma forte crise no modelo agrícola adotado a partir da década de 1960, pautado no financiamento bancário (principalmente de agências estatais) e na produção em larga escala destinada à agroindústria e à exportação.

TABELA 02: TRANSFORMAÇÕES NA ESTRUTURA FUNDIÁRIA EM CASCAVEL ENTRE AS DÉCADAS DE 1975 E 1995

Período	1975				1995			
	Tamanho (ha)	Estab	% Estab	Área/há	% área	Estab	% Estab	Área/ha
1 a menos de 10	3.418	48,79	19.563	9,03	731	28,21	3.965	2,30
10 a menos de 50	2.897	41,35	62.836	29,02	1.221	47,12	29.431	17,09
50 a menos de 100	337	4,81	23.552	10,88	271	10,46	19.093	11,09
100 a menos de 200	189	2,70	26.224	12,11	172	6,64	23.996	13,94
200 a menos de 500	124	1,77	37.786	17,45	142	5,48	44.374	25,77
500 a menos de 1000	25	0,36	17.123	7,91	45	1,74	31.988	18,58
Mais de 1000	16	0,23	29.457	13,60	9	0,35	19.338	11,23
Total	7.006	100,00	216.541	100,00	2.591	100,00	172.185	100,00

Fonte: IBGE. Censos agropecuários realizados no período. (Tabela organizada pela autora).

O processo de extinção de pequenas propriedades se acentua na medida em que as relações capitalistas se consolidam no campo, a exemplo do que podemos perceber ao analisar o período de 1975 e 1995, quando o agronegócio se apresenta como o novo processo de modernização da agricultura.

Se em 1975 a área ocupada com propriedades de até 50 hectares, em Cascavel, era de 82.399 ha, representando 38,05% do total da área, em 1995 as propriedades assim dimensionadas ocupavam apenas 33.396 ha, ou 19% do total da área.

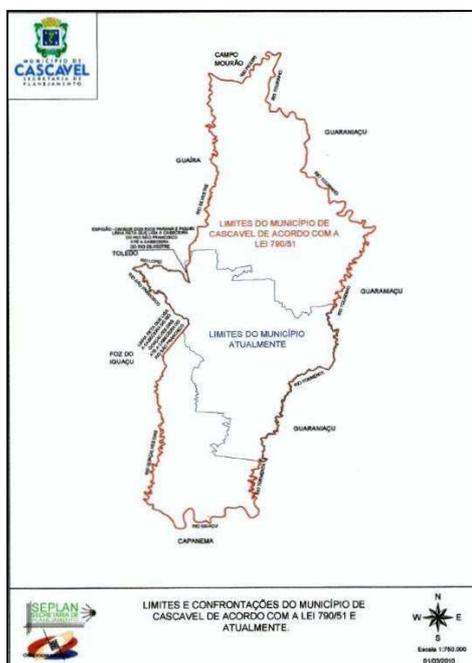
Podemos ainda perceber, pelo quadro acima, que ao mesmo tempo em que o número de estabelecimentos com área entre 100 a 200 hectares manteve-se praticamente estável, o mesmo não ocorre com as propriedades com área acima de 200 hectares. Se em 1975, elas ocupavam uma área total de 84.366 hectares, em 1995, ocupavam 95.700 hectares, representando 55% do total da área do município.

Para entender o acentuado índice de redução do total da área entre 1975 e 1995 é fundamental considerar também, os processos de emancipação política que deram origem a diversos municípios da região, a partir do desmembramento de Cascavel.

Pieruccini, Tschá e Iwake, em trabalho de pesquisa sobre os processos emancipatórios no Paraná, explicam que a partir da década de 1960 desmembraram-se de Cascavel os seguintes municípios:

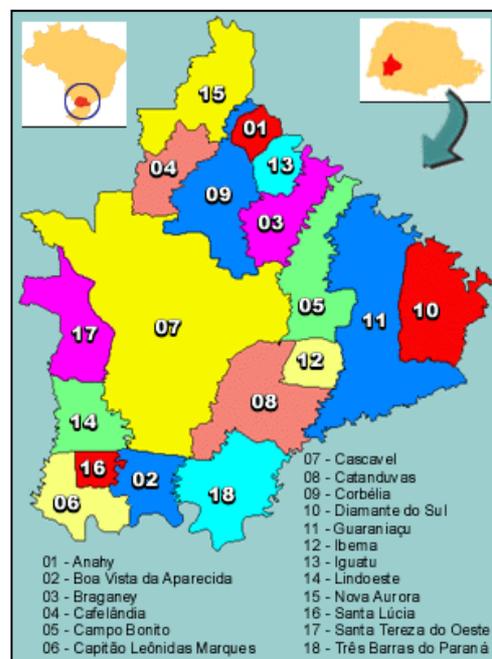
- ✓ Corbélia e Formosa do Oeste, no ano de 1961, que, de acordo com o Censo Demográfico realizado pelo IBGE em 1970 totalizavam 83.952 habitantes.
- ✓ Capitão Leônidas Marques em 1964, que em 1970 somava 23.256 habitantes. Do município de Capitão Leônidas Marques, por sua vez, desmembraram-se Boa Vista da Aparecida em 1981 e Santa Lúcia em 1991.
- ✓ Nova Aurora em 1967, tendo incorporado parte do território de Cascavel e de Formosa do Oeste, em 1970 totalizava 30.588 habitantes.
- ✓ Cafelândia em 1979, com 8.093 habitantes conforme Censo do IBGE de 1991,
- ✓ Lindoeste (1989), com 6.877 habitantes em 1991.
- ✓ Santa Tereza do Oeste (1989) que incorporou também parte do território de Toledo e apresentava em 1991 uma população total de 6.118 habitantes (PIERUCCINI, TSCHÁ e IWAKE, 2002, p. 82)²⁶.

LIMITES DO MUNICÍPIO DE CASCAVEL (1951 – 2010). IMAGEM 8



Fonte: Secretaria de Planejamento – Cascavel/Pr.

MAPA DOS MUNICÍPIOS DA MICRO-REGIÃO DE CASCAVEL - OESTE DO PARANÁ/2010 IMAGEM 9



Fonte: www.citybrazil.com.br/pr/regioes/cascavel/

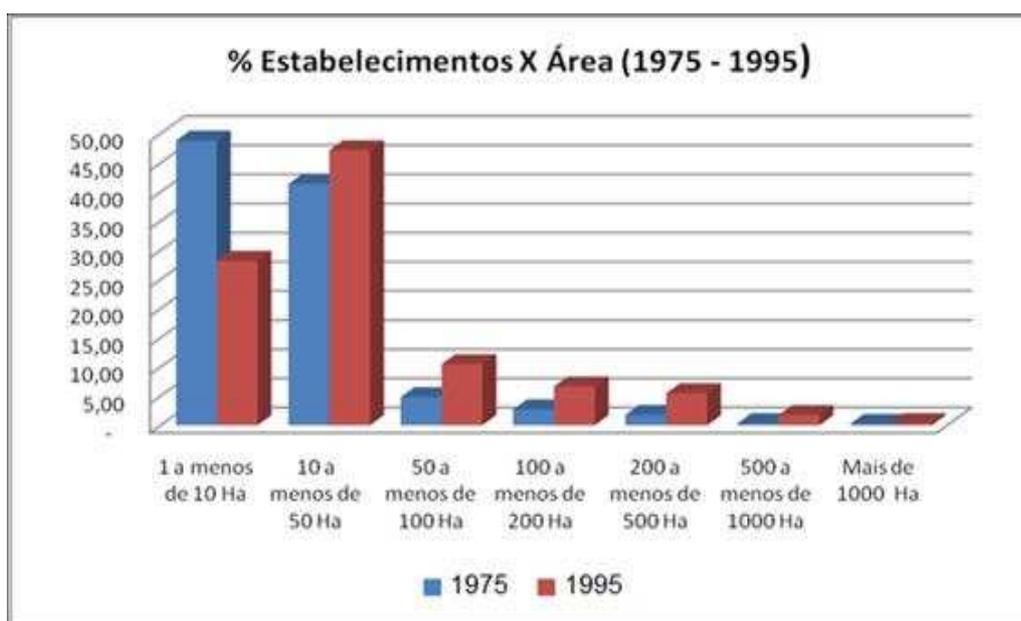
²⁶ Informações mais detalhadas sobre o processo de emancipação dos municípios da região Oeste do Paraná estão disponíveis em: http://www.unioeste.br/projetos/oraculus/PMOP/capitulos/Capitulo_03.pdf

Atualmente, o Estado do Paraná é dividido em 10 mesorregiões, conforme indica o mapa anterior, sendo que a mesorregião Oeste é subdividida em três micro-regiões, sendo elas, Toledo, Foz do Iguaçu e Cascavel. Grande parte dos 18 municípios que compõem a micro região de Cascavel, tiveram sua origem a partir do desmembramento do território original de Cascavel.

Além do processo emancipatório, também o alagamento de extensas áreas, ocasionado pela formação dos lagos das usinas hidrelétricas, a exemplo da Itaipu Binacional que, para formação do seu reservatório, submergiu uma área de 1.350 km², ou da Usina Salto Caxias (hoje Ney Braga) no Rio Iguaçu, em 1997, também colaboraram para a transformação da estrutura fundiária na região Oeste e na própria origem de movimentos sociais no Campo, como o MST e a Comissão Regional dos Atingidos por Barragens do Rio Iguaçu (CRABI). Também é oportuno situar que estas usinas atingiram, fundamentalmente, populações camponesas e indígenas não integradas à agricultura de mercado.

Durante a década de 1980, este processo foi mais acentuado devido a forte crise na agricultura do país (crise da dívida externa e interna, elevação de juros, restrições ao crédito, elevação dos custos da produção, queda dos preços mínimos, perdas de safras por questões climáticas) que descapitalizou, principalmente, os pequenos proprietários rurais.

GRÁFICO 01: TRANSFORMAÇÕES NA ESTRUTURA FUNDIÁRIA EM CASCVEL QUANTO A ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS RURAIS - DE 1975 E 1995



Fonte: IBGE, Censos agropecuários realizados no período.

Segundo o Departamento de Economia Rural da Secretaria de Estado da Agricultura, mais de sete mil propriedades foram vendidas nas regiões de Cascavel e Toledo, apenas em 1984.

A expropriação de pequenos produtores, o êxodo rural e a concentração das propriedades marcaram o novo cenário da estrutura fundiária do município, bem como as relações de poder que passaram a fortalecer, a fração agrária das classes dominantes na região.

Durante as décadas de 1970, 1980 e 1990, profissionais liberais, passaram a investir recursos na aquisição de propriedades rurais, conferindo aos agropecuaristas da região um novo e dinâmico perfil sócio cultural. São engenheiros, médicos, dentistas e advogados, que diversificaram suas atividades e investiram capital na aquisição de terras, tanto no Oeste do Paraná como em outras regiões do Brasil, ampliando o seu controle sobre diversos setores da economia. Além do setor primário, também a indústria e os serviços passaram a ser alvo de seus investimentos. As terras destinadas à pecuária são geralmente de baixo valor comercial pela sua condição natural de relevo irregular e solo pedregoso. Ainda naquele período, a aquisição de terras na região Centro Oeste e Nordeste do país, mostrava-se como um bom negócio, devido ao custo da terra, significativamente inferior ao de condições similares no Oeste do Paraná. Neste mesmo sentido é que grandes proprietários rurais também diversificaram suas atividades, passando a atuar em outros segmentos da economia, por vezes, ligados a produção rural, ou ainda inseridos no setor industrial e de serviços, a exemplo do que podemos observar no quadro abaixo, onde destacam-se, a título de ilustração, algumas destas situações:

QUADRO 01: GRANDES PROPRIETÁRIOS RURAIS DO MUNICÍPIO DE CASCAVEL E SUAS ÁREAS DE ATUAÇÃO

NOME	ÁREA DE ATUAÇÃO
Salazar Barreiros	Advogado e agropecuarista
João Luiz Félix	Engenheiro civil; sócio proprietário da Construtora JL e empresário lojista
Grupo Scanagatta	Empresa do setor de máquinas e equipamentos agrícolas (Camagril) Hotelaria e comunicação (Radio Capital FM e CBN Cascavel AM)
Grupo Mufatto	Rede supermercadista Hotelaria e comunicação social- TV Tarobá
Grupo Mascarello	Indústria de carrocerias de ônibus Mascarello e Comil
Grupo Bresolin	Indústria e comércio de móveis, de madeira e reflorestamento

Observação: Quadro organizado pela autora.

A década de 1980 foi um período de reorganização das relações políticas, da intensificação dos conflitos agrários e do fortalecimento dos movimentos organizados dos trabalhadores rurais na luta pela democratização do acesso à terra, entre eles o Movimento do Trabalhadores Sem Terra. Sobre as contradições presentes naquele momento na economia e na sociedade brasileira, Regina Bruno destaca que,

A luta pela terra no Brasil desvenda os impasses e as contradições do processo de modernização agrícola e a incoerência de uma política agrícola que priorizou o crédito, o mercado e a grande empresa capitalista e secundarizou a democratização da estrutura de posse e uso da terra (BRUNO, 1997, p. XIV).

A modernização conservadora implantada na agricultura do país influenciou diretamente a configuração das relações sociais de produção no Oeste do Paraná, ampliando cada vez mais a concentração da riqueza no campo e nas cidades, além de contribuir no acelerado processo de urbanização da população. No município de Cascavel, o processo de urbanização não se deu apenas com o deslocamento de sua população rural, mas também com a migração advinda de outros municípios da região Oeste, de outras regiões paranaenses ou ainda de outros Estados brasileiros.

Um relatório do INCRA de 1982 apresentava Cascavel como o município com a maior concentração fundiária da região Oeste do Paraná. Das 184 propriedades com área entre 500 e 1 mil hectares, 36 estavam ali localizados. Da mesma forma, das 162 propriedades da região com mais de 1.000 hectares também 36 se localizavam em Cascavel. Considerando que muitos fazendeiros que residem em Cascavel possuem áreas em outros municípios, esta característica fundiária é mais significativa ainda. Além disto, muitas fazendas existentes na região Oeste são de proprietários ausentes, que residem em Londrina, Curitiba, em outros Estados e até no exterior (estrangeiros).

O modelo de produção agrícola implantado pelos governos federal e estadual, gradativamente, inviabilizou a sobrevivência de um grande número de famílias, proprietárias de pequenas áreas. Essas terras foram sendo incorporadas às propriedades maiores, contribuindo para a concentração fundiária e a introdução de novos padrões produtivos no campo.

Conforme o censo agropecuário do IBGE, em 1970 o Estado do Paraná possuía 554.488 estabelecimentos rurais; em 1980 eram 454.103 propriedades; em 1995 369.875 unidades produtivas. Já em 2006 o Paraná totalizava 373.238 estabelecimentos rurais,

representando uma redução quantitativa de 32,69%. Agricultores e meeiros tornaram-se “bóias-frias, buscaram emprego nas cidades, ou migraram em direção às novas frentes de colonização e fronteira agrícola, no Centro-Oeste do país, no Paraguai e na Bolívia.

Outro dado significativo para a compreensão das mudanças em curso no Oeste do Paraná é referente às matrículas realizadas em escolas rurais na região Oeste. Se em 1976, Cascavel ainda tinha 9.820 alunos matriculados na zona rural, três anos depois, em 1979, esse número caiu para apenas 6.146, o que significou uma redução de 37,41%. A situação não foi diferente nos outros municípios da região, onde comunidades rurais inteiras simplesmente desapareceram, produzindo gradativamente um vazio populacional nas áreas rurais.

Percebe-se que houve um constante decréscimo no número de propriedades rurais e no número de alunos matriculados nas escolas rurais, o que sugere também um decréscimo populacional do campo, a partir da introdução dos processos de mecanização na agricultura voltado ao mercado e às relações sociais capitalistas (capital-trabalho e propriedade da terra mercantilizada).

FOTO 02: GRANDE PROPRIEDADE RURAL LOCALIZADA ÀS MARGENS DA RODOVIA 467, PRÓXIMO À CIDADE DE CASCAVEL



Fonte: ADAMY, Irene Spies. 11/07/2010. (Arquivo da autora). Registro parcial do ambiente rural que circunda a cidade de Cascavel e que permite visualizar a presença de grandes áreas rurais a partir dos traços das divisões de propriedade, a ausência de outras moradias e o perfil da produção.

A expropriação dos pequenos agricultores, o êxodo rural, a concentração das propriedades marcaram a formação da estrutura fundiária e as relações de poder na região, bem como a reorganização das relações campo/cidade.

Portanto, quando a partir da década de 1970, transformações significativas ocorreram na economia regional, estas produziram um forte esvaziamento demográfico no espaço rural e um crescimento na urbanização do município de Cascavel, o que pode ser percebido através dos dados apresentados pelos censos do IBGE, entre 1970 e 2000.

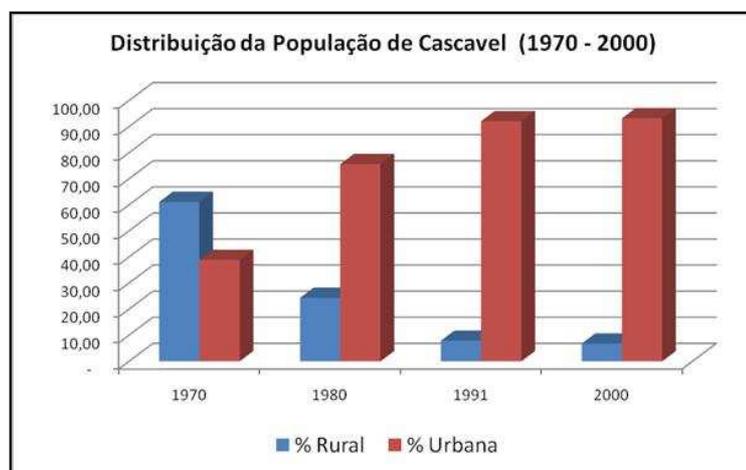
TABELA 03: TRANSFORMAÇÕES NA DEMOGRAFIA DE CASCAVEL ENTRE AS DÉCADAS DE 1970 a 2000

Década	População total Total	População residente em área rural		População residente em área urbana	
	Nº./Unidades	Nº./Unidades	%	Nº./Unidades	%
1970	89.921	54.971	61,13	34.950	38,87
1980	163.470	39.814	24,36	123.656	75,61
1991	192.990	15.224	7,89	177.766	92,11
2000	245.369	16.696	6,80	228.673	93,20

Fonte: IBGE- Censos Demográficos realizados no período. (Tabela organizada pela autora).

O gráfico a seguir, apresenta dados que são significativos para percebermos como foi acelerado e intenso este processo de urbanização e de deslocamento populacional. Além da migração de significativa parcela da população rural para espaço urbano, contribuíram para o crescimento demográfico urbano em Cascavel, o deslocamento populacional de outros municípios da região e de outras regiões do Estado e do País.

GRÁFICO 02: PROCESSO DE DESLOCAMENTO DA POPULAÇÃO RURAL E O CRESCIMENTO URBANO DE CASCAVEL - DE 1970 a 2000



Fonte: IBGE- Censos Demográficos realizados no período. (Gráfico organizado pela autora)

O crescimento acelerado da população localizada no espaço urbano de Cascavel é resultado de um conjunto de transformações produzidas no país e que se manifestaram na região Oeste. Além do êxodo rural, pode-se observar o esvaziamento de pequenos centros urbanos e pequenas vilas cuja população deslocou-se para centros maiores, em busca de trabalho, serviços de saúde e Educação.

Mais recentemente, percebe-se o envelhecimento da população rural e a migração para os centros urbanos de aposentados que buscam maior segurança, especialmente em matéria de saúde. Além disto, verifica-se o crescimento das práticas de arrendamento realizadas entre pequenos e médios proprietários de terras. São pessoas em idade avançada que não tendo maquinários nem condições físicas para o trabalho, nem a presença dos filhos, uma vez que se deslocaram para a cidade, negociam a propriedade entre os herdeiros e/ou parentes, ou arrendam para terceiros.

Para visualizar melhor este processo de urbanização, acelerado e intenso, cabe selecionar apenas os dados dos Censos Demográficos do IBGE de 1970 e de 2000.²⁷ Em 1970 a população total de Cascavel era de 89.921 habitantes, passando para 245.369 em 2000, estando assim distribuída quanto à situação de domicílio. Segundo previsões feitas pelo IBGE, a população de Cascavel estaria hoje (2010), próxima a 300 mil habitantes.

TABELA 04: DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CASCAVEL QUANTO AO SEU DOMICÍLIO.

Ano	1970	2000
Total	89.921	245.369
População urbana	34.950	228.673
População rural	54.971	16.696

Fonte: IBGE- Censos Demográficos – Cascavel 1970 e 2000.

Esta população urbana instalou-se, prioritariamente, nas periferias das cidades, onde os problemas resultantes de ocupações desordenadas ou até ilegais de terrenos públicos e privados, além da carência de políticas públicas efetivas, têm levado estas populações a organizarem-se na luta por moradia, por passarelas de pedestres sobre rodovias que cortam os bairros, por segurança, escolas e atendimento médico.

²⁷ Este processo foi analisado por Ricardo Rippel, Jandir Ferrera de Lima, Lucir Reinaldo Alves e Carlos Alberto Piacenti em “Notas sobre a localização da população urbana e rural no Oeste paranaense: Uma análise de 1970 a 2000”. Disponível em http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_445.pdf.

Portanto, a urbanização de Cascavel, em muito se assemelha ao processo formador dos demais centros urbanos do país, marcados pela falta de planejamento integral, formação de periferias desprovidas das condições fundamentais de existência, acentuando a desigualdade social. Porém, reserva características próprias e peculiares, como a crescente transformação de áreas rurais em loteamentos urbanos, destinadas a edificação de condomínios fechados de alto valor imobiliário.

Considera-se, aqui, que o campo e a cidade são espaços que não podem mais ser compreendidos separadamente, apesar de apresentarem um conjunto de condições e relações específicas e particulares. Na medida em que as relações capitalistas de produção se engendram no espaço rural, os sujeitos ampliam suas relações com a sociedade do consumo, antes mais específicas e explícitas no mundo urbano.

Esta proximidade entre campo e cidade na região Oeste do Paraná é perceptível, não apenas pelas relações sociais e econômicas que estão cada vez mais imbricadas. Ela se torna visível até mesmo pela proximidade territorial entre estes espaços, obviamente, mas também na sua territorialização, ou seja, como se desenha, em Cascavel, a interação rural-urbano.

A concreticidade disto pode ser percebida nas imagens que seguem. Estes cenários registrados em fotografias apresentam uma característica singular para Cascavel, haja vista que esta forma de relação cidade-campo é um fenômeno que marca o Ocidente (a cidade enquanto espaço urbano-industrial), mas, para Cascavel, percebe-se que nem todo o espaço territorial final do círculo da área urbana é marcado pela presença de favelas ou bairros pobres. Da mesma forma que nestes registros visualiza-se a presença do agronegócio e a ausência de um entorno contínuo de pequenas propriedades (chácaras ou colônias), pois a grande propriedade também está próxima dos limites do solo urbano (cf. as fotografias 3, 4 e 5 a seguir). Por outro lado, a visibilidade da verticalização também é uma evidência da concentração de capital e renda, seja no meio urbano quanto no rural, afinal a terra e os imóveis da construção civil são objetos de grande interesse para especulação e acumulação.

FOTOS 3 e 4: CIDADE DE CASCAVEL E O ENTORNO RURAL/2010

Fonte: ADAMY, Irene Spies. 11/07/2010. (Arquivo da autora). Registro do ambiente Urbano/rural que permite visualizar claramente os limites entre territoriais entre os mesmos. Não se registram nesta vista os tradicionais espaços de periferia.

**FOTO 5: PECUÁRIA NO ENTORNO DE CASCAVEL/2010**

Fonte: ADAMY, Irene Spies. 11/07/2010. (Arquivo da autora). Registro do ambiente rural que permite visualizar a presença de áreas destinadas à pecuária, tendo ao fundo a imagem da cidade de Cascavel.

Outra referência com forte evidência visual e cartográfica desta interação cidade-campo seria uma foto aérea. Porém, diante da impossibilidade de dispormos desta fonte para o momento, a inserção da imagem obtida através do Google Earth permite visualizar os traços (desenho) da estrutura fundiária, bem como o porte do meio rural e da planta da área urbana. Se incluirmos outras referências econômico-sociais, é possível compreender o que tornou e torna Cascavel o *locus* da oligarquia de toda a região Oeste paranaense e sua forma de ação, ou seja, a sua prática política.

IMAGEM 10: MUNICÍPIO DE CASCAVEL – IMAGEM DE SATÉLITE



Fonte: GOOGLE EARTH. Datas das Imagens: 22/10/2002 – 20/08/2006. Visão da cidade de Cascavel e do desmatamento o município a uma altitude de 43,43 km. Acessado em 16/06/2010.

O censo realizado pelo IBGE no ano de 2000 apresentava o município de Cascavel, com uma população total de 245.369 habitantes com uma *renda per capita* de 11.370,00 reais. Neste contexto, porém, 75.741 habitantes (com idade de 10 anos ou mais) não apresentam renda alguma. Já a renda mensal de 26.229 trabalhadores é de até 1 salário mínimo, ao passo que 35.042 recebiam de 1 a 2 salários mínimos. 16.824 recebiam mensalmente de 2 a 3 salários e apenas 17.032 recebiam de 3 a 5 salários mínimos. Portanto, 69% da população recebia uma remuneração mensal de até 5 salários mínimos (IBGE, 2000).

A comparação entre os dados referentes à produção e distribuição da riqueza nos permite perceber que, se por um lado, a produção de bens é significativa na economia de Cascavel, por outro, a riqueza produzida é intensamente concentrada, tanto pela exploração do

trabalhador rural, da indústria, da agroindústria e do setor de serviços, como pela intensa concentração da terra nas mãos de um pequeno número de famílias que estendem seus negócios a outros segmentos da economia regional e nacional.

Na agropecuária, a criação de bovinos era realizada em 1.971 estabelecimentos rurais com um rebanho total de 72.567 cabeças. Enquanto isso, as culturas de soja, que ocupam 84.000 hectares, com produção média anual de 238.958 toneladas, e do milho, produzido em uma área de 19.650 hectares, com produção média anual de 108.680 toneladas, se apresentam como as principais lavouras temporárias, sendo que o milho é produzido também como cultura de inverno ao lado do trigo e outros (IBGE, 2006).

A formação de uma fração dominante de caráter agrário na região Oeste do Paraná fundamenta-se numa estrutura fundiária marcada historicamente por grandes propriedades rurais, que teve sua origem no processo de ocupação da terra a partir da década de 1940, nas disputas pela posse e propriedade jurídica da terra, entre posseiros e “proprietários titulados”, nas íntimas relações destes últimos com o poder político local e estadual e a sua atuação consorciada junto aos Cartórios de Registros de Imóveis bem como, no Departamento de Terras e Cartografia, a Polícia e o Governo Estadual. O processo de modernização da agricultura, desencadeado a partir da década de 1960, dispensou meeiros e arrendatários, acentuou o processo de expropriação de pequenos agricultores, o que contribuiu para o aumento na concentração da terra na região.

Desta maneira a condição de classe dominante de uma fração agrária na região Oeste do Paraná encontra vínculos estreitos com a posse e a propriedade da terra, base de sua sustentação econômica desde o início do processo de privatização das terras públicas, e a partir da modernização conservadora da agricultura brasileira, iniciada durante as décadas de 1960 e 1970 e da expansão da pecuária durante a década de 1980.

O estudo da classe dominante regional e sua organização na sociedade civil, a fim inserir suas demandas e seus representantes na sociedade política, tem sido praticamente silenciada pela historiografia do Oeste do Paraná. Nem sequer se considera a existência das mesmas ou quando tratam de temas próximos a estes sujeitos, consideram-nos empreendedores e “grandes homens” da história local. Este trabalho caminha no sentido de abrir esta página nos estudos sobre a história do Oeste do Paraná, a partir da compreensão da entidade associativa e corporativa dos seus agropecuaristas: a Sociedade Rural do Oeste enquanto espaço e forma de organização e direção, bem como de defesa da propriedade da terra.

CAPÍTULO 2 – A SOCIEDADE RURAL DO OESTE DO PARANÁ: O PARTIDO DA FRAÇÃO AGRÁRIA DA CLASSE DOMINANTE

A Sociedade Rural, ao defender os interesses de todos os agropecuaristas, se transformará numa verdadeira tribuna na defesa desses interesses. Acho que este seja o ponto alto da Sociedade Rural (Roberto Wypych, 1980, p.11 - Ata de Fundação).

Os diferentes segmentos do patronato rural brasileiro têm buscado construir sua organização e representação institucional através de entidades de classe, em nível regional e nacional. As entidades que atualmente tem conquistado importantes espaços de atuação são a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), além da Sociedade Nacional da Agricultura (SNA) e a Sociedade Rural Brasileira, além da União Democrática Ruralista, que em momentos de grande embate social e político, tem se apresentado como a força em torno da qual gravitam todas as demais entidades patronais²⁸.

O setor pecuarista da região Oeste do Paraná tem na Sociedade Rural do Oeste (SRO) sua entidade organizativa e de representação política. A SRO foi fundada em 9 (nove) de agosto de 1980 como uma entidade de caráter jurídico de associação, de natureza civil e sem fins lucrativos. Inicialmente sua sede administrativa esteve localizada no edifício Lince, à Rua Souza Naves, 442, 9º Andar, Sala 901, sendo transferida para o endereço da sede atual, após a construção do Parque de Exposições Celso Garcia Cid.

²⁸ Sonia Regina Mendonça tem pesquisado com afinco as organizações patronais da agricultura no país, com destaque para a Sociedade Nacional da Agricultura (SNA) e a Sociedade Rural Brasileira (SRB) e seus projetos relacionados às políticas agrícolas (produção, financiamento e ensino agrícola) e à questão agrária, incluindo a formação e a atuação da União Democrática Ruralista (UDR), além de historicizar as disputas intra-classes que estas entidades representavam. Para uma leitura da produção da autora confira as obras *O Ruralismo Brasileiro (1888-1931)*, publicado pela Hucitec (1995); *A Questão Agrária no Brasil: a classe dominante agrária – natureza e comportamento – 1964-1990*, publicado pela Expressão Popular (2006); *Estado e Educação Rural o Brasil: alguns escritos*, publicado pela editora Vício de Leitura/FAPERJ (2007) e o ensaio *Estado e Sociedade* (In: MATTOS, 1998, p. 13-32).

A sua organização administrativa foi composta pelos seguintes órgãos: Assembléia Geral, Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Conselho Consultivo e pelo Conselho Fiscal, sendo formada por diferentes categorias de associados:

- **Fundadores** (aqueles que estiveram presentes à Assembléia de Fundação);
- **Beneméritos** (os que assim forem aclamados em assembléia por doações feitas à Sociedade);
- **Honorários** (os que assim forem aclamados em assembléia por serviços prestados à Sociedade ou à classe agrícola ou pecuária do país);
- **Contribuintes** (os que contribuem com jóia de admissão e anuidades), Correspondentes (todos aqueles que contribuem com produções científicas ou informações valiosas de interesse dos produtores rurais ou da Sociedade);
- **Estudantes** (os que estejam cursando ou tenham cursado, a nível superior, Agronomia, Veterinária ou Zootecnia). Esta última categoria, passou a integrar, a partir da terceira alteração no seu Estatuto Social, quem estivesse cursando ou que já tivesse concluído os cursos de Engenharia Agrícola e Botânica.

De 1980 a 1988, a direção da SRO foi dividida entre dois presidentes, ou seja: o presidente do Conselho de Administração e o presidente executivo. Em maio de 1988, fez-se a alteração do Estatuto e uma nova organização administrativa foi implantada, composta pelos seguintes órgãos: Assembléia Geral, Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva. A partir de então, apenas um diretor preside a SRO, como pode ser observado no quadro abaixo. Vale destacar que a atividade econômica é aqui apresentada a partir de informações dos próprios sujeitos ou das fontes consultadas.

QUADRO 02: RELAÇÃO DOS PRESIDENTES DA SRO (1980 – 2010)

PERÍODO	PRESIDENTES	ATIVIDADE ECONÔMICA (*)
1980-1982	- Francisco Antonio Sciarra - Roberto Wypych	- Pecuarista - Pecuarista
1982-1984	- João Batista de Almeida - Nelson Emilio Menegatti	- Pecuarista - Pecuarista
1984-1986	- Sady Lazari - Nelson Emilio Menegatti	- Pecuarista - Pecuarista
1986-1988	- Sady Lazari - Matias Vilhena de Andrade	- Pecuarista - Pecuarista
1988-1990	- Edgar Bueno	- Agropecuarista e empresário
1990-1992	- João Luiz Felix	- Agropecuarista e empresário da construção civil
1992-1994	- Euclides Formighieri	- Agropecuarista
1994-1996	- Euclides Formighieri	- Agropecuarista
1996-1998	- Lindonêz José Rizzotto	- Agropecuarista
1998-2000	- Lindonêz José Rizzotto	- Agropecuarista
2000-2002	- Lindonêz José Rizzotto	- Agropecuarista

2002-2004	- Valdir Florian Lazzarini	- Pecuarista
2004-2006	- Levy Cezar Czeck Dittrich	- Pecuarista
2006-2008	- Alessandro Meneghel	- Agropecuarista e empresário
2008-2010	- Alessandro Meneghel	- Agropecuarista e empresário
2010-	- Erwin Soliva	- Agropecuarista

Fonte: www.expovel.com.br e imprensa regional (Quadro organizado pela autora).

(*) Indicação feita pelos próprios presidentes.

De acordo com o técnico da EMATER, José Geraldo Alves, a comissão que coordenou a criação da SRO tinha o objetivo de “contribuir para o desenvolvimento, fortalecimento e profissionalização da atividade pecuária na região, a exemplo do que acontecia nas demais regiões do Estado” (ALVES, 2009).

A comissão defendia que era de fundamental importância “a criação de espaços de representação política dos pecuaristas, no contexto sócio político do Estado”, através da criação de um “fórum permanente de debates de temas voltados à defesa, ao crescimento e ao desenvolvimento da atividade, nos aspectos econômicos, sociais, legais e tecnológicos” (ALVES, 2009).

Conforme o Estatuto Social da SRO, seus objetivos seriam:

Congregar os profissionais militantes ou de qualquer forma ligados ao meio rural, à agricultura, à pecuária e demais atividades congêneres auxiliando-os e orientando-os em seus interesses e aspirações comuns, bem como promover e patrocinar o estudo dos problemas e dificuldades inerentes às suas atividades, contribuindo para suas soluções (Estatuto Social da SRO 1980, folha 01).

Ao criarem a SRO, os pecuaristas tinham como objetivo, também, dinamizar e viabilizar a expansão da pecuária de corte como alternativa de diversificação da economia regional, marcada pela produção agrícola, principalmente da soja, do trigo e do milho. Vale lembrar que a preocupação em diversificar a atividade econômica no campo, está sendo apresentada como proposta, em plena crise da agricultura nacional.

Eduardo Sciarra, hoje Deputado Federal pelo Partido Democratas (DEM)²⁹, fez parte da comissão de fundação da SRO e é filho do primeiro presidente da entidade. Sobre os objetivos que se pretendia alcançar, ele destaca:

Os objetivos que a comissão tinha ao fundar a SRO eram justamente a organização da classe, para a melhoria da raça, para melhor desempenho no fator ganho de peso dos animais, na definição de uma política para o setor,

²⁹ Nas Eleições de 2010, foi reeleito para o cargo de Deputado Federal pelo DEM com 102.232 (1,80%) dos votos.

assistência técnica na parte das pastagens e gramíneas que seriam utilizadas na região, a representatividade institucional e política da entidade, enfim a organização conjunta para a realização de leilões, o esforço coletivo para a redução de custos para cada produtor, em função da forma coletiva como as decisões eram tomadas, a busca de recursos privados e públicos para a implementação das benfeitorias (SCIARRA, 2009).

A assistência técnica orientaria os produtores sobre a possibilidade e necessidade de melhoria genética do rebanho, inseminação artificial, formulação de rações, melhoria das pastagens e introdução de novas gramíneas adaptadas ao clima da região, bem como o estímulo à utilização de culturas de inverno para complementar a alimentação animal, com destaque para o milho e a aveia. O acompanhamento técnico contou com apoio das cooperativas, de profissionais da área, de empresas de planejamento rural, da Emater e da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Paraná (SEAB).

A Sociedade Rural do Oeste do Paraná foi constituída com base nos mesmos princípios que norteavam a Sociedade Rural do Paraná, com sede em Londrina. Entre os seus fundadores estava Francisco Sciarra que havia presidido a SRO daquele município. Para Euclides Formighieri, os principais articuladores para a criação da SRO foram Francisco Sciarra e Roberto Wipychy, grandes agropecuaristas da região.

Conforme relatou José Geraldo Alves, então chefe da Regional Emater/Acarpa, o processo de discussão, organização e constituição da SRO, foi um processo democrático e transparente, conduzido por um conjunto de lideranças, entidades e agropecuaristas de Cascavel e municípios vizinhos. As entidades a que se refere José Geraldo Alves eram a Cooperativa Agrícola de Cascavel (COOPAVEL), Associação Comercial e Industrial de Cascavel (ACIC) e setores da imprensa. Através do jornal “Hoje” tornou-se público o empenho dos produtores rurais e representantes de órgãos oficiais mobilizados em torno da criação da SRO.

Havia uma grande vontade, por parte dos pecuaristas, de organizarem uma entidade que pudesse atender aos seus interesses e necessidades. Melhorar a qualidade do rebanho e a sua comercialização. Além disso, seria um importante espaço de organização e ação política.

O trabalho de fundação da Sociedade vem sendo realizado há meses, com um profundo trabalho junto aos agropecuaristas conscientizando-os da necessidade de se ter uma entidade representativa da classe, que por certo, atingirá aos objetivos que se propõe (In: HOJE, 09 a 15/08/1980, p.18).

Já em 1973, começou a surgir um grupo de pecuaristas que tinha a intenção de fundar uma Entidade que representasse seus interesses. Este grupo era liderado por Roberto Wypych. Porém, naquele momento, despontava uma nova organização de representação do setor agrário nacional, a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), que havia sido fundada na década de 1960 e encontrava espaço para se fortalecer, no contexto da “modernização da agricultura”. É em torno dela que estes proprietários se organizaram e a criação da SRO foi abandonada, temporariamente.

Roberto Wypych passou a presidir a Cooperativa Agropecuária Cascavel (COOPAVEL) e também a Cooperativa Central Regional Iguazu Ltda, a COTRIGUAÇU³⁰.

As cooperativas já desempenhavam um importante papel junto aos pequenos proprietários agrícolas, principalmente, dando-lhe assistência técnica, assistência social, creditícia e sobretudo, as cooperativas têm funcionado como uma trincheira em favor dos produtores em relação ao aviltamento dos preços dos produtos agrícolas por parte da comercialização (SCIARRA, Francisco, em discurso na Assembléia de fundação da SRO, conforme ata da mesma, 1980).

A partir de 1980 foi retomada a proposta de criação de uma entidade que representasse os interesses específicos dos pecuaristas da região, em conjunto com Francisco Antonio Sciarra³¹, grande proprietário rural da região Oeste, pecuarista no município de Céu Azul e que havia presidido a Sociedade Rural do Paraná, com sede em Londrina, mobilizaram esforços para fundar a SRO.

Roberto Wypych, em seu discurso, na Assembléia de fundação destacou a importância da nova entidade, como instrumento de organização e unidade entre os agropecuaristas. Segundo ele a SRO:

Fará com que nós nos aproximemos mais, nós estamos muito distantes uns dos outros, cada um por si e Deus por todos, e numa comunidade como a nossa não pode ser assim. Somente através do convívio é que nós poderemos estudar os nossos problemas, discuti-los e procurar suas soluções (Wypych em discurso na Assembléia de fundação da SRO, conforme ata da mesma, 1980).

³⁰ A Cotriguaçu foi criada em dezembro de 1975 e tinha como objetivos integrar as atividades econômicas, em maior escala, entre as cooperativas filiadas; orientar as atividades econômicas e assistenciais; coordenar a utilização recíproca de serviços; desenvolver os interesses e as atividades econômicas de caráter comum e aprimorar as atividades econômicas e assistenciais. (www.cotriguaçu.com.br/news.php?news=34).

³¹ A SRO reconheceu a atuação de Francisco Sciarra para a criação da entidade, homenageando seu nome com o Prêmio Francisco Sciarra, na edição de número 30 da Expovel em 2009.

Francisco Sciarra destacou que a SRO pretendia apoiar, mais uma vez, o cooperativismo e a agricultura. Porém destacou o caráter específico que a entidade a ser fundada passaria a ter. “Mas eu sinto que, pela presença das pessoas hoje aqui, a grande inspiração de todos com relação a nossa Sociedade Rural, é a pecuária” (Francisco Antonio Sciarra em discurso na Assembléia de fundação da SRO, conforme ata da mesma).

Esta atividade era apresentada como alternativa viável aos riscos que a cultura do trigo enfrentava, uma vez que, sucessivas safras haviam sido perdidas por questões climáticas. A nova dinâmica imposta pela “modernização da agricultura” exigia uma maior especialização e diversificação na produção e a pecuária vinha se apresentando como uma alternativa economicamente viável aos proprietários da região.

Sciarra procurou ainda estimular os proprietários presentes na Assembléia, no sentido de ampliarem seu rebanho e suas áreas de pastagem, através da substituição das culturas de inverno, sugerindo que:

A grande alternativa é intensificar a pecuária na região, mantendo as lotações dos pastos mais elevadas durante o verão e durante o inverno fazer pastagens de inverno para que possamos abrigar nossos rebanhos. Pelo valor econômico do gado, hoje constitui uma atividade realmente lucrativa. Em vez de tirarmos duvidosas toneladas de trigo, vamos tirar arrobas de carne de nossas propriedades (Francisco Antonio Sciarra em discurso na Assembléia de fundação da SRO, conforme ata da mesma, 1980).

Na prática, as ações empreendidas pela SRO sempre estiveram próximas das demandas do setor pecuarista latifundiário da região, mais especificamente da produção de gado bovino de corte. O ex-presidente da SRO e presidente do Sindicato Rural Patronal até o início de 2010, Nelson Menegatti, ao fazer referencia sobre o campo de atuação da Sociedade afirmou que, “**lá é pecuária**. Os pecuaristas, a maioria não estão com nós aqui. Estão lá. Inicialmente tinha também suínos, mas naquele espaço hoje está a Sede do CTG Estância Colorada” (MENEGATTI, 2009, grifo meu).

As prioridades estabelecidas pela SRO, no decorrer dos anos foram sendo alteradas. Isto se evidencia pela reestruturação de seus Departamentos. Quando foi criada, em 1980, os Departamentos, que têm como função, assessorar a Diretoria Executiva eram classificados em duas categorias, que por sua vez subdividiam-se conforme sua especificidade, ou seja:

- 1) Departamento Especializado de Assistência Técnica e Promoção
 - a) Departamento Jurídico;
 - b) Departamento Agro-técnico;

- c) Departamento Econômico;
 - d) Departamento Social;
 - e) Departamento de Estudos e Pesquisas;
 - f) Departamento de Divulgação e Relações Públicas.
- 2) Departamento Especializado de Política Rural
- a) Departamento de Algodão;
 - b) Departamento de Trigo e Soja;
 - c) Departamento de Cereais Diversos;
 - d) Departamento de Pecuária de Corte;
 - e) Departamento de Pecuária de Leite;
 - f) Departamento de Suinocultura;
 - g) Departamento de Avicultura;
 - h) Departamento de Agroindústria;
 - i) Departamento de Atividades Rurais Diversas.

Em 1988 foi realizada a primeira alteração no Estatuto Social da Entidade e a Estrutura Administrativa foi modificada, assumindo um perfil mais específico, de caráter organizativo e representativo da entidade, do que das atividades produtivas. Extinguiu-se o Departamento Especializado em Política Rural e os demais foram assim reorganizados:

- a) Departamento Jurídico;
- b) Departamento Técnico;
- c) Departamento de Estudos e Pesquisas;
- d) Departamento de Divulgação e Relações Públicas;
- e) Departamento de Promoções Esportivas;
- f) Departamento Social³².

Novamente em 1994, a Entidade realizou alterações no seu Estatuto, referente à sua Estrutura Administrativa. Com a nova estruturação de seus departamentos, organizou-se um desenho conjugado dos dois perfis anteriores:

³² Em 1980 o organograma dos Departamentos e suas subdivisões tinham o perfil das atividades econômicas que a SRO fomentaria aos associados, no intuito de enfrentar a crise e/ou indicar a diversificação produtiva como alternativa. Já em 1988, a reorganização perde o cunho econômico e passa a ter um caráter institucional e de promoção social. Certamente neste período a entidade está consolidada, bem como o aspecto econômico da pecuarista de corte.

- a) Departamento Jurídico;
- b) Departamento Técnico;
- c) Departamento de Estudos e Pesquisas;
- d) Departamento de Divulgação e Relações Públicas;
- e) Departamento de Promoção de Esportes;
- f) Departamento Social;
- g) Departamento de Assuntos Especiais;
- h) Departamento de Comercialização;
- i) Departamento de Estabulagem de Animais;
- j) Departamento de Pecuária de Corte;
- k) Departamento de Pecuária de Leite;
- l) Departamento de Ovinocultura;
- m) Departamento de Equideocultura;
- n) Departamento de Agricultura;
- o) Departamento de Suinocultura;
- p) Departamento de Assistência ao Associado;
- q) Departamento de Sindicância.

Em 1998 foi realizada a terceira alteração na Estrutura Administrativa que incluiu uma reorganização dos departamentos, evidenciando um direcionamento para novas atividades que passaram a receber atenção da SRO, bem como da posição e condição da fração de classe, haja vista a presença das atividades de origem dos fundos voltados à defesa da propriedade e de itens muito característicos do *status social* do universo que o agro da pecuária possui enquanto poder simbólico:

- a) Departamento Jurídico;
- b) Departamento Técnico;
- c) Departamento de Leilões;
- d) Departamento de Sindicância;
- e) Departamento de Hipismo Rural;

f) Departamento de Hipismo Clássico³³.

A Sociedade Rural do Oeste do Paraná (SRO) foi criada, pelos grandes proprietários rurais para interferir no direcionamento a ser dado nas transformações pelas quais passava a agropecuária regional. Para dar legitimidade e encontrar representatividade e unicidade entre os diferentes segmentos rurais, a entidade propunha-se a atuar no fomento às atividades rurais, assistindo e orientando seus associados quanto às novas técnicas para a agropecuária (Artigo 5º do Estatuto da SRO de 1980).

A participação de técnicos da EMATER e da Secretaria Municipal da Agricultura contribuiu para a divulgação sobre o papel a ser desempenhado pela SRO junto ao público assistido pela Extensão Rural e para a constituição da Entidade, do ponto de vista jurídico, orientando nas discussões iniciais e na elaboração do seu Estatuto e a aprovação do mesmo junto aos agropecuaristas presentes na Assembléia de fundação.

Os jornais de circulação regional também foram instrumentos pelos quais se buscou construir e difundir sua representatividade. O espaço dedicado ao anúncio da sua fundação e do papel que esta passaria a desempenhar é indicativo de que se pretendia conquistar a aceitação e o respeito em torno da nova entidade. Em sucessivas publicações, a SRO foi apresentada como uma grande conquista para o desenvolvimento da agropecuária regional.

Através do jornal “O Paraná” chamava-se a atenção para a “necessidade da criação de uma sociedade rural do Oeste” a fim de enfrentar e solucionar problemas comuns aos agropecuaristas, através do seu aperfeiçoamento. Isto se deu na fase de formação da comissão que conduziria a criação da SRO, bem como nas etapas seguintes de sua fundação e consolidação.

Olimpio Giovanelli, que ocupava em 1980 a chefia do Núcleo Regional da Secretaria da Agricultura do Paraná, destacou a participação da SEAB no processo de constituição da SRO: “o Núcleo da Secretaria cedeu seus técnicos para preparar os animais para o primeiro leilão. A EMATER local e regional participou também dando apoio, divulgando os fatos” (GIOVANELLI, 2009).

³³ Como é do conhecimento, a UDR promovia leilões de gado (bovinos, eqüinos, ovinos etc.) com a finalidade de angariar recursos “legais” para a sua atuação em todas as frentes na defesa da estrutura fundiária existente. O que é oportuno destacar nesta reorganização é a criação de dois departamentos de hipismo. Certamente que além das questões da genética, a centralidade deste ramo da pecuária eqüestre estava relacionada aos grandes negócios que este plantel possibilita em termos desportivo (hípicas, country club, hipismo e corridas a cavalo) e na melhoria genética (patenteamentos de animais e raças) e o fomento do *habitus de classe dos pecuaristas*, como situaram Bourdieu (2009) e Gramsci (1995) ao tratar da cultura. Um exemplo notório disto pode ser visto nos “gostos” que Alessandro Meneghel ostenta publicamente (festas, eventos, atos públicos, etc.) andando a cavalo (de raça) e/ou com caminhonetes importadas.

No discurso realizado por ocasião da fundação da SRO, Francisco Antonio Sciarra, então considerado como um dos grandes agricultores da região destacou a importância da nova entidade, que preencheria uma lacuna deixada pela assistência técnica oferecida pelas cooperativas e outros órgãos aos pecuaristas da região. Sua expectativa era que, a partir da criação da SRO, haveria maior apoio e assistência aos produtores da região. Segundo ele, “a partir desta data a Sociedade aqui fundada, estará oferecendo maior estímulo aos trabalhadores rurais da região” (In: O PARANÁ, nº 153, 10/08/1980, p. 17).

Demonstrando insatisfação quanto aos resultados obtidos na produção agrícola, responsabilizava a falta de conhecimentos técnicos adequados pela baixa produtividade.

Devemos saber quais sementes que devem ser plantadas, dependendo das condições das terras e outros fatores que poderão influenciar na queda da produção, pois há dez anos de plantação em nossa região não obtivemos nenhuma safra considerada boa. Todos os grandes centros possuem a sua Sociedade que oferece muito apoio aos pecuaristas. Portanto, é nesta data que fundamos a nossa Sociedade, que trará muitos benefícios aos produtores da região Oeste do Paraná, auxiliando-os e orientando-os em suas atividades na agricultura (In: O PARANÁ, nº 153, 10/08/1980, p. 17).

Ao falar sobre a nova entidade destacou seu caráter de organização em torno de necessidades e objetivos específicos da classe a qual pertence. Ao evidenciar “nossa Sociedade”, refere-se àqueles que ali se encontram, ou seja, principalmente, os grandes produtores proprietários rurais, voltados para a pecuária de corte³⁴.

No jornal “O Paraná”, a criação da entidade mereceu uma matéria de capa sob o título: “Nasce hoje mais uma organização voltada à defesa dos magnos interesses da agricultura e da pecuária regionais”, destacando que aproximadamente 700 agropecuaristas da região Oeste e Sudoeste haviam sido convocados para a Assembléia de fundação. E ainda no texto destacou-se: “Nasce hoje uma sociedade poderosa”. Em matéria de três colunas, descreviam-se suas características jurídicas, sua finalidade, classificação dos sócios e do quadro administrativo com as diversas diretorias e departamentos que iriam compor a Sociedade. Destacava-se também que finalmente os pecuaristas do Oeste teriam uma entidade para defender seus interesses e que com a Sociedade Rural, o Oeste estava consolidando sua pecuária de alto

³⁴ Certamente na pecuária de corte, por ser fundamentalmente extensiva e desenvolvida em grandes propriedades, os investimentos voltam-se para as duas mercadorias essenciais, quais sejam, a criação do gado de corte e a especulação da terra (seja enquanto patrimonialização do capital e negócio seguro). Acrescenta-se a isto o fato de implicar menos investimentos na base da produção, seja nos elementos do capital fixo quanto do capital variável, haja vista a reprodução do rebanho e o baixo uso de força de trabalho e a ausência de encargos sociais. Verifica-se, na região, que a pecuária de corte e as terras “mais” dobradas são investimentos freqüentes de profissionais liberais, principalmente de médicos, dentistas e advogados.

nível, evidenciando que o foco específico da nova entidade seria a pecuária de corte (In: O PARANÁ, nº 1262, 09/08/1980, p.10).

No mesmo jornal, distribuído no dia 10 de agosto de 1980, retomou-se a temática referente à fundação da SRO em extensa matéria que reproduzia três fotografias do evento, afirmando que a “Sociedade traz benefícios à agropecuária do Oeste”. Além de citar as autoridades políticas presentes³⁵, os objetivos e benefícios da entidade, a sua organização administrativa, o processo de aprovação do Estatuto e da eleição da primeira diretoria, apresentou também a relação dos doadores de recursos materiais e financeiros já arrecadados, destacando que estes recursos teriam viabilizado a sua constituição. Os fundadores e suas respectivas contribuições são apresentados no quadro abaixo:

QUADRO 03: RELAÇÃO DOS FUNDADORES E SUAS DOAÇÕES À SRO

FUNDADORES	DOAÇÕES
1) Diácomo Gamaliel Meneghel	01 pavilhão e cem mil cruzeiros
2) Roberto Wypych	01 touro nelore nacional
3) Waldemar Neme	01 touro nelore importado
4) Francisco Antonio Sciarra	01 touro nelore nacional
5) Vlademir Welte	01 touro holandês, variedade branca e preta
6) Mathias Vilhena de Andrade	01 touro nelore
7) Eduardo Francisco Sciarra	01 touro nelore
8) Norli Fogaça	01 touro nelore
9) Neudi Alceu Magrin	01 touro holandês, variedade branca e preta
10) Jacy Miguel Scanagatta	01 pavilhão e um cabrito indiano
11) Joaquim Felipe Laginski	01 touro cachim
12) José de Oliveira	01 touro nelore nacional
13) Augusto Sartori	02 leitoas da raça landrace
14) Alexandre Meneghel	01 leitoa da raça landrace
15) Edgar Pimentel	Paisagismo do parque de exposições
16) Antonio Marcon	Levantamento do plano altimétrico da área onde foi construído o parque de exposição
17) Luiz Carlos Patrial	Cinco mil cruzeiros e prestação de serviços veterinários gratuitos por um mês.

Fonte: Ata de fundação da SRO, folha 08. (Quadro organizado pela autora)

³⁵ Conforme ata da fundação, estiveram presentes na Assembléia Geral e compuseram a mesa de honra: Jacy Miguel Scanagatta, prefeito municipal; Reinhold Stephanes, representando a Secretaria de Estado da Agricultura; Hans Gunther, secretário executivo do EMATER/PR; David Cheriegatte, deputado estadual; Geraldo Batista Chaves, prefeito de Céu Azul e representante da AMOP; além de representantes da Café do Paraná; do Núcleo dos Médicos Veterinários do Oeste do Paraná; representante do Núcleo dos Engenheiros Agrônomos do Oeste do Paraná; vereadores de Cascavel e da região; representante do Banco Nacional de Crédito Cooperativo S.A; representante da ACIC e presidente do Tuiuti Esporte Clube, Edgar Bueno.

No editorial do mesmo jornal, argumentava-se que a SRO seria de fundamental importância para o “fortalecimento do Oeste” cabendo aos seus dirigentes o papel de representar os interesses dos produtores rurais da região de modo unificado:

A Sociedade Rural do Oeste recém formada, já nasceu poderosa. Reunindo figuras representativas de todos os segmentos ligados à vida rural, surge a nova entidade sob o signo da grandeza de propósitos e com vasta soma de responsabilidades sobre os ombros de seus primeiros dirigentes, diretores e conselheiros.

Com acentuada participação agrícola, o Oeste sempre necessitou de um organismo atuante e representativo de seus interesses junto aos escalões decisivos da economia agropecuária do país e sem quaisquer arestas políticas, numa sólida identidade de objetos.

Doravante, os mais agudos problemas que digam respeito a grande classe responsável pela produção regional, contarão com um organismo que lhe servirá de legítimo porta-voz.

Ao contrário de posições reivindicatórias isoladas, o Oeste se apresentará como um todo, uno e indivisível na defesa dos seus direitos. (grifo meu)

É preciso que instituições como a SRO estejam sempre atentas a que seus fins não se desvirtuem sob o conto da sereia das promessas falazes e redobrem esforços para a salvação nacional (pela agricultura). Predicados para isso não faltam aos dedicados líderes do vitorioso movimento (O PARANÁ, editorial, nº. 1264, 12/08/1980, p. 02.)

A própria historiografia local corroborou no sentido de delegar à SRO um papel significativo como entidade representativa. Alceu Sperança em “Cascavel, a história e “Cascavel, livro ouro”, definiu como um dos fatos significativos para a história de Cascavel, em 1980, a fundação da entidade, apesar da forte crise que atingia o campo (SPERANÇA, 2002, p.42).

Também o “Jornal Hoje” foi um importante instrumento para a organização da SRO. Por meio dele, a comissão organizadora convocou a todos os agropecuaristas da região para que participassem da assembléia geral de constituição da entidade. Buscando demonstrar a seriedade e oficialidade com que a sua criação estava sendo tratada, afirmava-se que a referida comissão estivera reunida na semana anterior à fundação, na sede do Núcleo da Secretaria da Agricultura, “acertando os detalhes da realização desta Assembléia” e que já há vários meses esta comissão estaria realizando um trabalho de conscientização entre os agropecuaristas sobre “a necessidade de se ter uma entidade representativa da classe” (In: HOJE, 09 a 15/08/1980, p.18).

Apesar de representar os interesses específicos dos agropecuaristas, era fundamental que a nova entidade construísse representatividade junto aos produtores de modo geral, naquele momento de transformações econômicas e políticas. Isso foi buscado por meio de um

discurso que colocava em pauta demandas gerais e unificantes. Entre elas estiveram a defesa incondicional de toda a propriedade privada e de modo mais intenso a propriedade privada da terra.

A defesa de políticas agrícolas e a renegociação de dívidas do setor agrário fizeram e fazem parte das pautas de organização de todos os produtores rurais, e têm sido assumidas pela SRO nos pronunciamentos de suas lideranças e em seus atos públicos. A luta contra a Reforma Agrária e contra os movimentos de luta pela terra, em diferentes momentos, constitui-se como bandeira de luta da entidade, assim como a defesa da importância da agropecuária para a economia regional e nacional.

Nas décadas de 1970 e 1980, a região Oeste do Paraná foi inserida no contexto da modernização conservadora da agricultura brasileira, da expansão da pecuária, da formação dos complexos agroindustriais cada vez mais especializados, que marcaram a inserção do campo brasileiro nas relações capitalistas de produção. A intensificação dos conflitos agrários e o fortalecimento dos movimentos organizados dos trabalhadores rurais na luta pela democratização do acesso à terra, também marcou este período, inclusive como local sede da reunião de formação do MST enquanto movimento de amplitude e articulação nacional, ocorrida em Cascavel no ano de 1984.

Em nível nacional estava em curso, uma forte disputa entre as diferentes frações de classe ligadas à agricultura, pela hegemonia na condução do que seria a constituição de um empresariado rural, visto que o suposto atraso teria sido superado com a modernização tecnológica. Em 1974, a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) iniciava seu caminho de ascensão como entidade que passaria gradativamente, a agregar e representar os diversos segmentos da agricultura brasileira.

Segundo Mendonça,

O principal móvel desta ascensão da OCB deveu-se ao surgimento, neste mesmo ano, da Regulamentação da Contribuição das Cooperativas, responsável pela geração dos recursos que assegurariam novas condições materiais para a ação política da entidade, ampliadas consideravelmente entre 1975-1981, mediante estabelecimento de um Convênio com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (MENDONÇA, 2006, p. 11–29).

Na região Oeste, as Cooperativas agrícolas estavam em processo de fortalecimento e encontravam, entre os diversos produtores rurais, uma legitimação cada vez mais intensa, haja vista, o número de associados que a elas se vinculavam e a amplitude de setores que passavam

a controlar: assessoria técnica aos produtores, recebimento e armazenamento da produção, agroindustrialização, comércio da produção, sistema de crédito aos produtores (chequinho)³⁶, rede de supermercados e lojas para comércio de insumos agrícolas (sementes, adubos e defensivos agrícolas), implementos e auto-peças para o cultivo de cereais e para a produção animal, em especial frangos e suínos com o sistema integrado, desenvolvido também por grandes empresas privadas.

A década de 1980 foi marcada pelo fortalecimento da atividade pecuária bovina de corte, com um expressivo aumento do efetivo no município de Cascavel. Em 1979 o total de cabeças era de 48.300. Já em 1981 o efetivo do rebanho bovino de corte aumentava para 75.200, representando um aumento de 55%³⁷. Ainda, segundo dados do Departamento de Economia da Secretaria de Agricultura, Cascavel se destacava, em 1980, como o terceiro maior rebanho bovino do Paraná, com significativo aumento na importância da atividade pecuária e com destaque, aqui, para o rebanho bovino, como pode ser percebido no quadro abaixo:

TABELA 5: VARIÁVEL DO EFETIVO DO REBANHO BOVINO EM CASCAVEL

ANO	NÚMERO DE CABEÇAS	ANO	NÚMERO DE CABEÇAS
1974	47.111	1984	76.476
1975	48.490	1985	88.610
1976	50.866	1986	94.009
1977	51.375	1987	94.124
1978	49.186	1988	100.460
1979	48.300	1989	96.825
1980	74.271	1990	59.935
1981	75.200	1995	62.975
1982	76.848	2000	102.877
1983	68.750	2005	99.930

Fonte: IBGE - Pesquisa Pecuária Municipal de Cascavel-PR - Tabela organizada pela autora.

Pode-se observar que no ano de 1980 registrou um significativo aumento no número de cabeças do gado bovino, o que demonstra o fortalecimento e os investimentos realizados neste setor da economia. Neste mesmo ano, foi realizada a 1ª Expoeste, a exposição-feira que teve como evento principal, o leilão de compra e venda de gado.

³⁶ Sistema de crédito no qual o associado recebia o direito de comprar a prazo no supermercado ou loja da cooperativa via boleto interno.

³⁷ Dados elaborados pelo IBGE - Pesquisa Pecuária Municipal de Cascavel-PR.

Segundo Euclides Formighieri, a ampliação das áreas de pastagens e a preocupação dos pecuaristas em melhorar a qualidade genética do seu rebanho, foram fatores decisivos para a expansão da pecuária no Oeste paranaense. Através dos leilões eram adquiridos animais trazidos de outras regiões do país, principalmente de São Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Menegatti, presidente da SRO entre 1982 e 1986, também se referiu ao fato de, à época, ter ocorrido a melhoria na qualidade da pecuária na região e como isso teria sido viabilizado.

O boi que tinha aqui era o boi “tucura”, um boi ruim. Então, quando começou a vir o nelore, o pessoal trocava animais, qualquer animal, por um animal bom. Então, pegava uma “porcaria” e trocava por um animal de raça. E assim que começou (MENEGATTI, 2009).

É recorrente a autodefinição dos grandes proprietários rurais da região, tanto como pecuaristas quanto agropecuaristas. Isso pode ser compreendido a partir de duas considerações:

1. Há grandes proprietários rurais que possuem áreas destinadas especificamente para a agricultura, principalmente no município de Cascavel, e também áreas destinadas à pecuária em municípios vizinhos, pouco propícias à agricultura mecanizada.
2. Há grandes proprietários rurais que desenvolvem a produção da pecuária e da agricultura de modo integrado e complementar. Isso ocorre nas propriedades em que a fase final de produção do gado é realizada em confinamento. A produção de silagem, por um lado, alimenta o gado e, por outro, os dejetos da pecuária adubam a lavoura.

A criação de gado de corte, cuja raça predominante no Brasil e no Oeste do Paraná é o “Nelore³⁸”, inclusive, passou por inovações no sistema, da porteira para dentro, ou mesmo na cadeia completa da carne bovina. Euclides Formighieri descreve os ganhos de produtividade que obteve com a adoção do sistema de confinamento e do gado precoce:

Assim, nada se perde e o custo de produção cai significativamente. Além disso, o preço da arroba da carne confinada é maior. É o chamado gado precoce. Antigamente demorava cinco anos para poder abater o boi. Hoje, com 18 meses ele já está com peso ideal para abate (FORMIGHIERI, 2009).

³⁸ Nelore é uma raça zebuína, importada da Índia desde o século XVIII e hoje é responsável por aproximadamente 85% do rebanho bovino nacional.

Outro processo que tem contribuído para o aumento nos ganhos de produtividade é a introdução de melhorias genéticas, adotando as mais recentes inovações deste campo de pesquisa, a exemplo da propriedade localizada próximo ao aeroporto municipal de Cascavel, especializada na produção de embriões da raça “Brahman”³⁹. Associando a pastagem extensiva com o confinamento, está sendo desenvolvida a criação do Brahman Chaco, denominação oriunda do fato destes exemplares da raça ter sido trazido daquela região do Paraguai.

A melhoria genética esteve entre as preocupações dos associados da SRO, desde a sua fundação, o que evidencia a visão empresarial e gerencial do setor e a sua capacidade de introduzir as inovações tecnológicas e científicas específicas deste segmento da economia. Estas práticas evidenciam a preocupação com as condições econômicas da fração de classe.

Os setores ligados à produção no campo, em Cascavel, usam com regularidade o argumento de que é a agropecuária que promove o desenvolvimento do município. Menegatti, ao justificar a importância da agropecuária na economia do município e a interdependência dos outros setores da economia com essa atividade, afirmou:

Eu acho que aqui, o agronegócio é o que empurra tudo. Se nós olharmos, quando a colheita tá fraca, o comércio pára. Existe uma relação muito direta. Então, a soja: a soja começa com pegar o dinheiro no Banco do Brasil, e aí vai botar máquinas gastando diesel, o caminhão fazendo frete, o mecânico trabalha, e tudo isso. Então, aqui em Cascavel, agora tem indústrias. Antigamente era quase só serraria... *Hoje, é o agronegócio que é o mais* (MENEGATTI, 2009, grifo meu).

A importância do chamado agronegócio é defendida como imprescindível para a economia regional, e principalmente para a produção de alimentos no Brasil e para o mundo. Toda vez que de alguma maneira seus interesses são negligenciados, seja por parte do governo do Estado, seja por políticas agrícolas, de reforma agrária, de liberação de financiamentos, definição de taxas de juros ou da dívida agrícola e/ou preços mínimos para os produtos agrícolas, bem como, na redefinição da legislação ambiental e de uso de transgênicos, o principal argumento do *agrobusiness* é de que são essenciais para a produção de alimentos e amenizar a fome no mundo. Porém, este setor da economia, no município de Cascavel tem importância econômica questionável. Segundo dados publicados pelo IBGE,

³⁹ Conforme a Associação Brasileira dos Criadores de Zebu, a raça Brahman teve sua origem nos Estados Unidos, sendo uma raça pura que provém do cruzamento de outras quatro raças: nelore, gir, guzerá e krishna valleye passou a ser importada para o Brasil a partir de 1994, a exemplo do que ocorreu na Argentina e no Paraguai.

quanto ao Produto Interno Bruto (PIB), a participação da indústria e do setor de serviços é significativamente maior, em comparação com a agropecuária⁴⁰.

TABELA 6: RELAÇÃO ENTRE AS ATIVIDADES ECONÔMICAS EM CASCAVEL E O SEU PIB EM 2007

ATIVIDADE	PIB-2007 (R\$)
Agropecuária	137.748.000,00
Indústria	640.426.000,00
Serviços	2.803.505.000,00

Fonte: IBGE – Censo 2006/ cidades – Cascavel

Disponível em: www.ibge.gov.br/cidadessat/topwindow.htm?1

A partir destes dados pode-se questionar a importância política e econômica dos agropecuaristas da região e da própria Sociedade Rural do Oeste. Mas é fundamental lembrar que grande parte do produto interno bruto produzido na agropecuária de Cascavel está concentrado nas mãos de algumas famílias que também atuam em outros segmentos da economia e, principalmente, ocupam cargos estratégicos em entidades representativas e no Estado restrito, a fim de garantir a realização dos seus projetos. Diante disso, pode-se afirmar que a força política dos agropecuaristas da região está, sim, sustentada na concentração da riqueza (condição de classe) e na sua capacidade de organização e mobilização política (posição de classe), inclusive na construção e legitimação do discurso de sobrevalorização da agropecuária.

Outra entidade de classe que tem colaborado na construção desta representação é o Sindicato Rural Patronal que se constitui num importante espaço de organização e ação política dos produtores rurais.

O Sindicato Rural Patronal de Cascavel foi fundado em dia 19 de novembro de 1967, sob a presidência de Antônio Simão de Araújo que ocupou o cargo no período de 19/11/67 a 29/11/76. Simão foi substituído por Antônio Dionízio Bosquirolli de 30/11/76 a 09/11/85. Wilson Carlos Kuhn ocupou o cargo de 10/11/85 a 26/10/88. Até 2010 o presidente foi Nelson Menegatti que exerceu a função desde 27/10/88, portanto, há mais de 20 anos.

⁴⁰ Obviamente que na cadeia produtiva e no conjunto integrado da produção, há um movimento de acúmulo e de agregamento de mais valor, ascendente, que a abordagem da economia política clássica respondeu do ponto de vista da origem do valor-mercadoria. Além disto, a característica fundamental da economia contemporânea, industrial, também demarca uma inter-relação agricultura-indústria, mas tratando-se das condições atuais, pode-se dizer que a industrialização e as novas tecnologias também estão presentes na agricultura, incluindo aspectos da CT&I. Todavia, mesmo com estas ponderações não há como sustentar que as atividades produtivas no campo representam o volume maior na soma do PIB.

No dia 10 de setembro de 1970 o sindicato foi declarado pela Câmara de Vereadores, como Entidade de Utilidade Pública, através da Lei 780/70, assinada pelo então prefeito Octacílio Mion. O Sindicato Rural Patronal assumia, pela Lei, uma condição “cooperativista mantenedora de assistência social, médica e dentária”.

É evidente, desde a sua fundação, o vínculo estreito entre a SRO, o Sindicato Rural Patronal e o Poder Público local. A entidade buscou inserir seus dirigentes e/ou representantes junto à sociedade política local, regional, do Estado e até do país. Vale destacar que tanto Bosquirolli quanto Menegatti também ocuparam cargos diretivos na SRO.

Além de ser um espaço de fortalecimento, organização e aprimoramento técnico para os agropecuaristas da região, a SRO era considerada pelos seus fundadores, como um espaço viável para a projeção de lideranças políticas que representassem os seus interesses regionais, nas diferentes instâncias do poder político nos meios institucionais. Estavam conscientes que, para organizar e dirigir a classe agropecuarista, para promoverem seus interesses e disseminarem seus projetos e sua visão de mundo, era fundamental inserir nos espaços do Estado restrito, seus *intelectuais orgânicos*⁴¹ e seus projetos sociais.

Nós temos aqui na nossa região, lideranças extraordinárias, que precisam ser apoiadas. Homens que se dispõem a assumir compromissos, quer nos poderes executivos das prefeituras, quer nos poderes legislativos dos municípios, quer na Câmara, quer no Senado, quer na Assembléia Legislativa do nosso Estado. Nós teremos que nos organizar, preparar estes homens, para que eles, em nome da nossa região, pertençam a este ou aquele partido, possam auscultar as nossas dificuldades e possam em nosso nome, defender esta região. (WYPYCH, ata de fundação e eleição da primeira diretoria da SRO, 1980, folha 10).

Este objetivo vem sendo buscado ao longo de toda a história da SRO que tem inserido, com regularidade, nos espaços do poder político, seus representantes, como pode ser observado no quadro a seguir.

⁴¹ Segundo Gramsci, todo aquele que exerce função organizativa, seja no mundo da produção econômica, seja no Estado, é um intelectual. Porém, os intelectuais não são um grupo autônomo e independente, uma vez que “*todo grupo social cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político*” (GRAMSCI, 2006, p. 15).

QUADRO 4: DIRIGENTES E MEMBROS DA SOCIEDADE RURAL DO OESTE DO PARANÁ E SUAS TRAJETÓRIAS

MEMBROS	VÍNCULO COM A SRO	TRAJETÓRIA
Roberto Wypych	Presidente da SRO entre 1980 e 1982. Doou recursos para constituição da entidade. Os leilões eram realizados em sua “Fazenda Mocotó”, antes da construção do Parque de Exposições Celso Garcia Cid.	Agropecuária e contador Deputado Estadual (1967-70) pela ARENA. Em 1975 presidiu a Cooperativa Cotriguaçu, de Cascavel. Em 1976 e 1977 foi presidente da COOPAVEL Presidente do Rotary Club de Cascavel Autor da lei que autorizou a criação das faculdades de Educação, Agronomia e Filosofia, Ciências e Letras em Cascavel - FECIVEL (atual Unioeste - Campus de Cascavel) Disputou a eleição para Prefeito de Cascavel em 1982, porém foi derrotado por Fidelcino Tolentino do PMDB. Foi Senador da República pelo PMDB, em 1985 e 1986 defendendo a criação de escolas técnicas agrícolas para o Oeste do Paraná e atuou em favor de políticas de juros agrícolas favoráveis e pelo protelamento da dívida deste setor junto aos bancos.
Euclides Formigheri	Presidente da SRO por dois mandatos de 1992 a 1996.	Agropecuária, Fez parte do Conselho Fiscal do SINDICARNE do Paraná, na gestão 1977- 1980)
Edgar Bueno	Presidente da SRO entre 1988 e 1990. Conselheiro Fiscal entre 1990 e 1992.	Agropecuária Empresário do setor artístico/musical 1º Presidente da CDL (1º Mandato 1978 a 1980) e 2º Mandato (1982 a 1983), Presidente da ACIC em 1985 e 1986 Deputado Estadual eleito em 1994 pelo PSDB e em 1998 pelo PDT Prefeito eleito de Cascavel de 2001 a 2004 e novamente em 2009. Deputado Estadual em 2007 e 2008 Em 2007 foi presidente da Comissão de Indústria, Comércio e do Turismo na Assembléia Legislativa do Paraná onde fez parte também da Comissão de Educação, Cultura, Esportes, Ciência e Tecnologia.
Lindonêz José Rizzotto	Presidente da SRO entre 1996 e 2002	Foi diretor da FUNDETEC de Cascavel em 2003.
José Geraldo Alves	Comitê pró-criação da entidade	Agrônomo chefe regional da Emater/Acarpa em 1980. Diretor Técnico da Emater em 2001.
Olimpio Giovanelli	Comitê pró-criação da entidade	Médico veterinário. Chefe do Núcleo Regional da Secretaria da Agricultura em 1980.
Edgar Pimentel	Comitê pró-criação da entidade.	Secretário Municipal da Agricultura e Meio Ambiente em 1980. Deputado Estadual eleito em 1982 foi autor do projeto de estadualização da Unioeste.

MEMBROS	VÍNCULO COM A SRO	TRAJETÓRIA
Eduardo Francisco Sciarra	Comitê pró criação da entidade. Doou recursos para constituição da entidade.	Engenheiro Civil e Empresário, filho de Francisco Antonio Sciarra, (pecuarista e sócio fundador da SRO, participando do Conselho Administrativo). Presidente da Associação de Engenheiros e Arquitetos de Cascavel - PR, 1979-1980. Presidente da ACIC – Cascavel –PR e da CACIOPAR, na gestão 1982-1983. Deputado Federal entre 2003 e 2006 pelo PFL e reeleito como Deputado Federal para o período 2007-2010. Atualmente está no Partido Democratas (DEM). Integrou as Comissões Permanentes de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural como Titular entre 3/2006-1/2007 e como Suplente, 3/2005-3/2006, 14/2/2007-15/2/2007. Secretário de Estado da indústria, Comércio e Turismo do Paraná entre 1998 e 2002.
Pedro Muffato	Membro efetivo do Conselho Fiscal da SRO quando da sua criação.	Agropecuária, empresário do setor hoteleiro e supermercadista Sócio proprietário da TV Tarobá desde 1982. Vereador e prefeito de Cascavel (1972- 1976). Na sua gestão, a Prefeitura organizou a 1ª Expovel.
Jacy Miguel Scanagatta	Membro do Conselho Consultivo da SRO	Agropecuária, empresário do setor hoteleiro e de equipamentos agrícolas Proprietário fundador do jornal O Paraná Proprietário das emissoras de rádio Capital e CBN Prefeito eleito de Cascavel pela ARENA em 1976 Deputado Constituinte eleito em 1986
Eduardo Nelson Marassi	Conselho Deliberativo da SRO entre 1990-1992	Agropecuária Vice-prefeito na gestão de Edgar Bueno (2001-2004) Secretário da Cultura, Esporte e Lazer (2001-2004) Presidente do PDT- 2007
Salazar Barreiros	Conselho Deliberativo da SRO entre 1990-1992	Agropecuária Prefeito eleito de Cascavel (1989- 1992) Prefeito eleito de Cascavel (1997-2000) Presidente da COOPAVEL
Joni Varisco	Conselho Deliberativo da SRO entre 1990-1992	Deputado Federal Foi proprietário do jornal A Cidade, de Cascavel.

MEMBROS	VÍNCULO COM A SRO	TRAJETÓRIA
José Eduardo Vieira	Doação, através do Bamerindus, do espaço para os leilões da EXPOVEL	Pecuarista, Último presidente do Bamerindus, antes da sua incorporação pelo HSBC. Senador pelo Paraná., Ministro da Indústria, do Comércio e do Turismo (1992-1993). Ministro da Agricultura em 1993, 1995 e 1996.
Nelson Menegatti	Membro do Conselho Administrativo da SRO quando da sua fundação.	Agropecuário, Presidente da Associação Comercial e Industrial de Cascavel (1965-1967) Presidente do Sindicato Rural Patronal desde 1988.
Ildemar Marino Canto	Fez parte da comissão de Fundação da UDR em Cascavel	Médico, empresário, agropecuarista – proprietário da Fazenda Castelo, em Cascavel que faz parte do complexo agrícola Cajati, ocupada pelo MST e em processo de desapropriação pelo INCRA. Foi um dos fundadores da UDR em Cascavel. Secretário da Saúde de Cascavel a partir de 2009.
Antonio Dionísio Bosquirolli	Conselho Consultivo da SRO na sua fundação.	Presidente do Sindicato Rural Patronal no período de 1976 a 1985 Presidente da UDR Regional em 1988.
Plínio Destro	Conselho deliberativo da SRO em 2008. Conselho deliberativo da SRO de 1990 a 1992	Empresário, Presidente da ACIC (1991-1992) Candidato à Vice prefeito de Cascavel (PSC) na chapa de Lizias Tomé, em 2008. Fez oposição à Edgar Bueno, que foi eleito. Presidente do Sindiløjista,
Hylo Bresolin	Membro da primeira diretoria da SRO no cargo de Conselheiro Fiscal	Dentista e Empresário do ramo agropecuário e madeireiro. Presidente da ACIC em 1975 e 1976 Fundou e presidiu em 1976 a Coordenadoria das Associações Comerciais e Industriais do Oeste do Paraná (Caciopar). Fundador da FECIVEL Fundador da Ferroeste

Fonte: Imprensa regional e entrevistas. (Quadro organizado pela autora).

Se o setor pecuarista tinha como preocupações a melhoria genética do rebanho e a adequação da produção aos padrões de sanidade e rentabilidade daquele momento, além de viabilizar a infraestrutura necessária para facilitar a comercialização do gado, pelo demonstrado no quadro anterior, fica evidente a sua consciência política e a compreensão da importância da organização de sua classe e da participação e articulação política desta fração da classe dominante, representada pelos grandes proprietários rurais do Oeste do Paraná. Isto também pode ser compreendido a partir da análise de seu evento maior realizado, anualmente, no Parque de Exposições Celso Garcia Cid, em Cascavel: a EXPOVEL.

2.1 – A EXPOVEL

Para ampliar o seu espaço de representação e garantir políticas de incentivo ao setor pecuarista, era imprescindível a sua organização de classe, a criação de uma entidade que representasse seus interesses específicos, dentre eles a construção de um espaço para a realização de negócios, principalmente para leilões e o manejo do gado de corte. Segundo Menegatti, “o leilão é uma coisa séria, é feito em público” e por essa razão, compromete o produtor, dando garantias de qualidade e sanidade ao rebanho, além de as vendas serem conduzidas dentro de parâmetros oficiais de preço e valor (MENEGATTI, 2009).

O apoio prestado por pecuaristas e políticos locais para a fundação da Sociedade Rural do Oeste foi demonstrado através das doações de animais para leilão, dinheiro e até o pavilhão para a realização dos leilões. O recinto de leilões da Expovel, espaço utilizado pela SRO para realização de seus eventos, recebeu o nome de Avelino Vieira, em homenagem ao fundador do Banco Bamerindus, que através de José Eduardo de Andrade Vieira, seu diretor, doou o espaço à entidade, no parque de exposições, que estava sendo construído.

O nome escolhido para o Parque de Exposições foi uma homenagem a Celso Garcia Cid, justificada pela contribuição na melhoria da qualidade da pecuária brasileira. A importação de gado nelore da Índia e o seu empenho em difundir a melhoria genética do rebanho em muito teriam contribuído neste sentido. O Governo do Estado, durante o mandato de Ney Braga (1979-1982), também desenvolveu políticas de valorização da pecuária de corte, através da oferta de animais e de programas de incentivo à diversificação rural.

A Exposição Feira Agropecuária Comercial e Industrial de Cascavel (EXPOVEL) é considerada uma das maiores do gênero no Sul do Brasil, em público e volume de negócios. A Exposição é realizada anualmente, sempre nos meses de novembro ou dezembro, com uma

diversificada programação que compreende desde leilões, rodeios, campeonatos de hipismo, cursos, seminários, shows musicais, comércio de equipamentos agrícolas e para pecuária, restaurantes e parques infantis, apresentando-se como um evento que possui regularidade e continuidade, com objetivos definidos, e uma programação que vai além do interesse imediato, ou seja, os leilões. Sua programação é marcada por eventos econômicos, políticos e culturais, além de ser uma atividade de fortalecimento interno e externo da própria SRO.

A primeira exposição, então chamada *I Expoeste*, foi realizada no dia 12 de dezembro de 1980, na Fazenda Mocotó, de propriedade de Roberto Wypych, localizada na BR 467, Km 26, na rodovia Cascavel - Toledo, no município de Cascavel.⁴² Tinha por objetivo leiloar animais doados por agropecuaristas da região, a fim de arrecadar fundos para a construção do parque de exposições, de leilões e de eventos.

As duas exposições-feira que se seguiram, bem como os leilões de matrizes, foram realizadas no mesmo local, o que passou a ser considerado inviável, pelos organizadores, diante das exigências de sanidade e comprovação de procedência animal exigidos.

A Expoeste recebeu a denominação de Expovel a partir da sua 4ª edição, em 1983, quando passou a ser realizada em espaço próprio, o Parque de Exposições Celso Garcia Cid.

Segundo Eduardo Sciarra

O Parque de Exposições foi batizado de Celso Garcia Cid em homenagem ao mais importante pecuarista do Brasil, que era sediado em Londrina também, e através de sua ação empreendedora, conseguiu trazer grandes lotes de animais importados da Índia, da raça zebuína, que foram os precursores da moderna pecuária no Brasil. Graças a esta coragem e até de enfrentar momentos tão difíceis como foram aqueles da importação com quarentena, como uma epopéia, para trazer estes animais para o Brasil. E o nome do Parque passou então a ser Celso Garcia Cid. Esta foi uma decisão conjunta, enfim, da Diretoria e dos organizadores da época. Em alguns momentos se questionou em Cascavel o porquê de se dar o nome de uma pessoa que não tinha vínculos com a região Oeste, mas a razão sempre foi porque ele era o principal responsável pela modernização da pecuária no Brasil. E essa foi uma homenagem, porque o Parque de Cascavel era um parque em que se pretendia e como de fato é, ser um parque importante dentro do Brasil (SCIARRA, 2009).

A partir da criação da SRO, foi possível a viabilização de recursos e o apoio do Estado e da iniciativa privada, para a construção de um espaço próprio e adequado, para a realização

⁴² A primeira exposição feira agropecuária de Cascavel, já denominada EXPOVEL, foi organizada em 1975, por iniciativa da Prefeitura Municipal, quando era prefeito Pedro Muffato. Envolvida em denúncias de uso de materiais, equipamentos e funcionários públicos, trouxe prejuízo financeiro. Sua programação foi marcada por shows artísticos, restaurantes e leilões, sendo que foram comercializadas 740 cabeças de gado.

dos leilões e o comércio de animais. A construção serviria também como espaço de convivência e organização da classe, difusão de técnicas adequadas e realização de eventos abertos ao público.

Já na Assembléia de fundação da entidade, pecuaristas destacavam a importância de construir um “Parque de Exposições”, e que “esta seria a sua grande meta”.

O Parque de Exposições é que irá motivar os agricultores para a pecuária e poderão ter acesso à compra de animais e reprodutores de melhor gabarito. É nos Parques de Exposição que podemos mostrar nossos trabalhos, o que estamos fazendo em prol de nossos rebanhos (FRANCISCO SCIARRA, discurso de fundação da SRO registrado em ata própria, 1980).

Os recursos que viabilizaram a construção do Parque de Exposições Celso Garcia Cid tiveram origem pública e privada. A municipalidade de Cascavel, através do então prefeito municipal, Jacy Miguel Scanagatta, fez a doação da área do Parque e um dos pavilhões. O Banco Bamerindus, através de José Eduardo Vieira, o “Zé do Chapéu”, grande pecuarista do Paraná, doou também o pavilhão onde seriam realizados, os leilões. Da mesma maneira, outros agropecuaristas e profissionais envolvidos no projeto para construção do parque, fizeram suas doações. Os animais doados foram leiloados para arrecadar recursos para a construção do parque de exposições.

A Expovel estava e está voltada principalmente para a organização de leilões de matrizes e reprodutores que possibilitem a melhoria genética do rebanho. Visa também arrecadar recursos para a manutenção das instalações do Parque, que abriga também a sede da SRO. A entidade tem recebido apoio financeiro e logístico do Governo do Estado e da Prefeitura Municipal para a manutenção e ampliação do Parque e para a realização de seus eventos, através da compra de ingressos, a cedência de maquinários, o repasse de verbas e o pagamento da fatura de energia elétrica do parque.

Em setembro de 1988, durante a direção de Edgar Bueno, a SRO recebeu apoio financeiro (trinta milhões de cruzados) que foram repassados pelos bancos Bamerindus, Banestado, Badep, BRDE, e pelo Ministério da Agricultura e pela Secretaria de Estado da Agricultura, destinados a construção de um pavilhão de exposições de 7.820 metros quadrados. Esses recursos foram viabilizados por intermediação dos então secretário de Estado da Agricultura Osmar Dias e do secretário de Estado da Administração Mário Pereira.

Para Olimpio Giovanelli, um dos fundadores da SRO e hoje instrutor do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), é grande a importância do Parque de Exposições e da própria Expovel para os agropecuaristas.

Trata-se de uma vitrine do agropecuarista. Lá ele pode mostrar o que o Oeste produz em termos de pecuária, e também pode realizar grandes negócios, além de promover o intercâmbio e a troca de genética, visando melhorar sempre o seu rebanho, além do aperfeiçoamento técnico na área de criações. Em última instância, também se traduz na sua representação política (GIOVANELLI, 2009).

Segundo Hylo Bresolin, a Expovel tem também o caráter pedagógico de ensinar às novas gerações, conhecimentos técnicos relativos à pecuária e na medida em que possibilita a sua reunião, promove a sua organização e a difusão de seus valores. Serve também como espaço de continuidade da pecuária, pois os mais jovens são incentivados para isso. Os campeonatos de hipismo, os rodeios e as apresentações artísticas, além de criarem e fortalecerem a identidade dos associados, de promoverem os vínculos de convivência, também motiva as novas gerações de pecuaristas, são instrumentos de difusão de cultura. A consciência de e da organização da fração de classe não poderia ser expressa de forma mais clara do que no relato que Bresolin fez ao se referir à “escola” da Expovel:

O que me chama a atenção na Expovel são os pais acompanhados pelos filhos, pelas crianças. Isto é pedagógico. É Pedagógico você pegar teu filho e levar ele lá na Exposição e mostrar pra ele. Ele vê com os olhos, ouve do pai ou numa palestra a importância da atividade, as qualidades e o potencial daquela raça... para que a família que trabalha na atividade encontre no filho o sucessor vocacionado. E ele participando das atividades, naturalmente, vai ficar seduzido, porque a sedução é muito grande (BRESOLIN, 2009, grifos meus).

Ao mesmo tempo tem sido, enquanto corporação da sociedade civil, um espaço de protesto, reivindicação e articulação junto à sociedade política e ao conjunto da sociedade. É a *tribuna* pela qual apóiam ou criticam planos econômicos e projetos agrícolas, além de promoverem, segundo eles, a agropecuária bovina de corte como atividade econômica fundamental para a região e para o país. A presença de representantes políticos da região e do Estado ocorre com regularidade durante as edições da Exposição.

Eduardo Sciarra, ao falar sobre a Expovel, destacou:

A organização da Expovel, sem dúvida, que é o carro chefe e o momento máximo. É o melhor momento do ano para a SRO porque serve não só para expor os animais, como também através dos leilões e da mostra cumprir com os objetivos da SRO (SCIARRA, 2009).

Para Sciarra, inclusive, o momento de maior importância na história da SRO foi a realização da Primeira Edição da Expovel no seu parque de exposições.

Eu acho que o grande momento tenha sido a primeira exposição realizada na atual sede da Expovel e que foi realmente um grande sucesso. Os leilões foram muito prestigiados, o volume de venda de animais e também a inauguração do pavilhão principal. Então foram muitos momentos importantes ao longo de todo tempo e hoje, a grande festa popular do Oeste do Paraná, é a realização da Expovel (SCIARRA, 2009)⁴³.

O lançamento oficial de cada edição da Expovel e a divulgação da programação acontecem, formalmente, no início do segundo semestre de cada ano, em jantar comemorativo, realizado no restaurante do Parque, ao qual comparecem os associados da SRO, representantes políticos, empresários, representantes de outras entidades e a imprensa regional.

No Parque de Exposições, um dos pavilhões é da EMATER, e nele se realiza, regularmente, a feira de agricultores familiares assistidos pelo órgão⁴⁴. Durante a edição de 2009, a Emater organizou a feira “Sabores do Oeste” onde 25 produtores da região, atendidos pelo programa Agroindústria Familiar - Fábrica do Agricultor, do Governo do Estado, expuseram e comercializaram seus produtos. Paralelamente, a EMATER organizou um encontro técnico sobre agroindustrialização e comércio para agricultores familiares, turismo rural e desenvolvimento sustentável⁴⁵. Este contou com grande participação, principalmente de mulheres e jovens agricultores. A visão empresarial dos pecuaristas é disseminada para outros grupos sociais do campo.

A Expovel tem sido também o espaço para a realização de debates acerca dos problemas que envolvem a agropecuária, a exemplo da reunião proposta na edição de novembro de 2007, pelo deputado federal Dilceu Sperafico, do Partido Progressista do Paraná e membro da Bancada Ruralista. A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da SRO, organizou uma mesa de debates sobre as possíveis soluções para as dificuldades enfrentadas pelo setor agropecuarista. Na mesa foi destacado o endividamento, a falta de recursos, a burocracia na liberação de créditos, e as invasões de terra como desafios a serem enfrentados, em conjunto com os Sindicatos Rurais Patronais. Em algumas edições da exposição-feira, a comissão organizadora definiu temáticas específicas

⁴³ Eduardo Sciarra tem consciência do papel pedagógico da SRO e da Expovel, pois considera o evento uma “grande festa popular”. Para os pecuaristas não basta construir seu “oráculo”, conforme aborda Bourdieu (2009), a festa para si, que já tem um conteúdo estratégico, mas também de torná-la popular, ou seja, estendê-la como projeto para os outros, pois nem todo mundo pode ou deve ser pecuarista.

⁴⁴ Obviamente que, com isto, a SRO não está fazendo apenas filantropia para os “pequenos”, mas ampliando sua organização e a direção para as demais classes sociais

⁴⁵ Certamente que estes projetos para “agregar valor” estão orientados pelo discurso do empreendedorismo, seja na agroindustrialização quanto no turismo rural que difundem a base empresarial para o campo e a incorporação das paisagens naturais e os hábitos “dos colonos no sítio” (interior) como mercadoria.

que nortearam as atividades do evento como, palestras, cursos, seminários, atividades de interação com escolas municipais, a exemplo do que ocorreu em 2008 e 2009.

Em 2008, a preservação e valorização da agrobiodiversidade e a dinamização dos setores agroalimentar e agroindustrial do país, foi a temática definida, em meio ao discurso da crise alimentar que assolaria o mundo, pela falta de investimentos na agricultura e pela conversão de áreas de produção de alimentos em produção de biodiesel, além da definição de áreas como preservação ambiental permanente. Ao defender a necessidade de introdução e difusão de novas tecnologias na produção agropecuária, apresentava o ramo da biotecnologia (produtos geneticamente modificados ou transgênicos) como solução para a fome no mundo, o que evidencia a associação da entidade às grandes empresas multinacionais do setor (especialmente a Syngenta Seeds e a Monsanto). Esta temática será retomada mais adiante.

Portanto, naquele momento, estava na pauta da SRO, a defesa dos produtos transgênicos ou organismos geneticamente modificados, aplicados à agropecuária, e sua contraposição aos movimentos ligados à agroecologia, como o MST e a Via Campesina.

Contraditoriamente, mas em seu sentido inverso na edição de 2009, a própria SRO, organizou o I Semário de Agroecologia, durante a 30ª EXPOVEL, que trazia como tema geral “Desenvolvimento Econômico e Meio-Ambiente: Alternativas de Sustentabilidade”, e propondo para discussão a temática da segurança alimentar. Como observado no início do parágrafo, o tema não representa contradição, mas, sim, vale questionar qual o projeto de “agroecologia” a SRO quer implantar e o que entende por segurança alimentar.

Na abertura do evento, em 11 de novembro, o presidente da SRO, Alessandro Meneghel afirmou que a realização do seminário era um ato de atrevimento, ousadia e coragem dos agricultores, uma vez que colocavam em discussão esta temática, num momento em que os produtores rurais estavam se sentindo ameaçados pela exigência do cumprimento do Código Florestal.

No site oficial da Expovel, os organizadores do seminário, cujo patrocínio foi realizado pela empresa Itaipu Binacional, afirmavam que,

ao homem do campo é sempre atribuída a culpa por maus tratos ao meio ambiente. Divulga-se abertamente que é o agricultor que não sabe lidar com agrotóxicos, com a conservação e preservação de nascentes de rios, etc. O 1º Seminário Nacional de Agroecologia vem mudar essa idéia pré-formada na mente da sociedade, pois vai divulgar e discutir ações de sustentabilidade já praticadas no campo e as idéias e conceitos a serem praticados. Com o seminário, a SRO busca colocar o homem do campo no seu devido lugar, como um agente propagador de sustentabilidade e essencial para o bem estar da comunidade (www.expovel.com.br/seminário, acessado em 12/11/2009).

Pelos dados publicados no mesmo site oficial da Expovel/SRO, entre os objetivos do evento estava a incitativa de envolvimento dos trabalhadores que produzem, processam, distribuem, pesquisam e desenvolvem produtos que tem origem no setor agropecuário ao projeto da SRO.

Entre os palestrantes do seminário estava o diretor e coordenador de meio ambiente da Itaipu Binacional, Nelton Friedrich, que apresentou os projetos desenvolvidos em parceria com universidades (UNIOESTE), prefeituras, cooperativas e comunidades da região, destacando o “Programa Cultivando Água Boa” e sua importância para a sustentabilidade regional e para o funcionamento adequado da Usina Hidrelétrica de Itaipu.

Outro palestrante foi José Tubino, representante da FAO no Brasil, que falou sobre a “segurança alimentar mundial em época de crise”. Salientou a necessidade de aumentar a produção mundial de alimentos, em virtude do crescimento populacional em curso e os desafios para acabar com a fome no mundo⁴⁶.

Também estiveram presentes no Seminário, o Secretário de Estado do Meio Ambiente do Paraná Rasca Rodrigues, o senador Alvaro Dias, o deputado Eduardo Sciarra e o Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento Reinhold Stephanes, que colocaram em pauta o Código Florestal Brasileiro e as políticas de governo para o setor agropecuarista. Em carta entregue ao ministro, foi solicitada a intervenção do governo no sentido de aumentar a tarifa de importação do trigo para 30% e a não aceitação, pelo ministério, dos novos índices de produtividade para a agricultura⁴⁷. A carta foi entregue ao ministro pelo presidente da SRO, Alessandro Meneghel.

O Seminário também tinha o objetivo de fomentar uma ampla discussão sobre as potencialidades da agricultura no desenvolvimento da região Oeste, além de apresentar novas possibilidades de produção agroecológica, conforme demonstra a programação proposta para o I Seminário de Agroecologia.

⁴⁶ Percebe-se que o paradigma malthusiano foi reatualizado.

⁴⁷ A definição do índice tem implicação na avaliação do desempenho da função social da terra, utilizado pelo INCRA, para os casos de desapropriação para a reforma agrária das áreas ocupadas pelo MST.

QUADRO 05: DEMONSTRATIVO DA PROGRAMAÇÃO DO I SEMINÁRIO DE AGROECOLOGIA PROMOVIDO PELA SRO – 30ª EXPOVEL/2009

PALESTRANTE/FUNÇÃO	TEMÁTICA
Nelton Friedrich - Diretor de Coordenação e Meio Ambiente da Itaipu Binacional	“Programa Cultivando Água Boa e a sustentabilidade regional”
José Tubino - Representante no Brasil da ONU para a Agricultura e a Alimentação (FAO)	"Segurança alimentar mundial em época de crise"
Ivo José Triches - Grupo Educacional Itecne	“O processo de gestão de pessoas no agronegócio: Uma reflexão a partir do conceito de práxis orgânica e existência”
Rasca Rodrigues - Secretário de Meio Ambiente do Paraná	“Programas de sustentabilidade no Paraná”
Álvaro Dias - Senador da República e ex-governador do Paraná	“Programas de sustentabilidade no Paraná”
Cícero Jaime Bley Jr. - Coordenador de Energias Renováveis de Itaipu Binacional.	"Agro energia para uma nova economia rural sustentável"
Prof. Cleber Luiz Gemelli - Grupo Educacional Itecne	“Bolsa de valores e suas implicações no agronegócio”
Alfredo Kaefler - Deputado federal e empresário do agronegócio	“Agronegócio: Políticas Públicas e Mercado”
José Roberto Borghetti - Biólogo, representante da FAO no Brasil	“O uso racional da água na produção de alimentos no Brasil e no mundo”
Equipe Friboi	"Relacionamento com agropecuaristas"
Luis Carlos Marcon - Secretário de Meio Ambiente do município de Cascavel	"Ações ambientais realizadas pela prefeitura e seus impactos na população"
Eduardo Sciarra - Deputado Federal	“Reserva Legal”

Fonte: SRO: Material de divulgação do evento (Quadro organizado pela autora).

O Seminário, apesar de apresentar uma temática bastante diversificada e contar palestrantes de renome, não atraiu o público *in loco*, talvez por não haver compatibilidade entre a programação e os interesses dos agropecuaristas e do público em geral, mais motivado em assistir aos shows e aos rodeios. Sem a plateia esperada, o Seminário transformou-se em uma tribuna de reivindicações e de “prestação de contas” das ações e dos projetos defendidos pelos representantes políticos e pelas instituições que se fizeram presentes.

Eduardo Sciarra, ao expor as discussões em pauta sobre o *Novo Código Florestal* e as dificuldades em se fazer cumprir o estabelecido sobre a “Reserva Legal”⁴⁸ nas propriedades rurais, divulgou os passos que estão sendo dados pela bancada ruralista para evitar o cumprimento da lei, bem como para viabilizar alterações nesta regulamentação, através da

⁴⁸ A Reserva Legal foi instituída pela Lei Federal nº 4.771/65 (Código Florestal), alterada pela Lei Federal nº 7.803, de 18 de julho de 1989, e pelas Medidas Provisórias 2166 e 2167, de 2001.

aprovação de um substitutivo. Destacou o empenho de todos para promover alterações quanto aos critérios que especificarão as delimitações de cada área de proteção à hidrografia e de reserva florestal. Justificando que se forem mantidas as exigências e especificações originais, “não sobraria terra para produzir alimento”, defendeu que todos deveriam se mobilizar para impedir a aprovação do projeto em tramite no Congresso Nacional (SCIARRA, em discurso durante a 3ª Expovel, 11 a 14/11/2009).

Chama atenção nesta iniciativa dos ruralistas, a construção do consenso e a ampliação do seu projeto para os demais grupos de agricultores, pois colocam-se como defensores dos pequenos proprietários rurais que não terão condições de se manterem no campo, caso a lei em vigor seja mantida e aplicada. Também difundem a idéia que é um contra-senso, agora, o Estado exigir que seja implantada a mata ciliar, depois que o Banco do Brasil e o governo federal fomentaram e financiaram o desmatamento nas décadas de 1960 e 1970. Assim, aparentemente, todos estariam em condição de igualdade diante do “problema do Novo Código Florestal e da Reserva Legal”⁴⁹.

A mobilização de diversas entidades patronais, entre elas a Confederação Nacional de Agricultura, sob a presidência da senadora Katia Abreu (DEM-TO), e dos parlamentares da bancada ruralista, pressionou o Congresso Nacional quanto as alterações propostas para o Código Florestal em andamento, bem como sobre a regulamentação das áreas de reserva florestal no país.

De acordo com o último relatório, sob a responsabilidade do deputado federal Aldo Rebelo, do Pcdob de São Paulo, apresentado no plenário da Comissão Especial da Câmara dos Deputados foram incorporadas propostas de alteração ao texto original, vindo ao encontro com o que reivindicam os setores do agronegócio e seus defensores.

Entre as principais alterações propostas no texto estão a autonomia dos Estados em definir os percentuais da *Reserva Legal* e o formato dos projetos de recomposição de áreas degradadas, ficando suspensas as multas e penalidades referentes aos casos de descumprimento da lei anterior. Não havendo consenso entre ambientalistas e ruralistas sobre as alterações propostas pelo presidente da Comissão, Moacir Micheletto (PMDB-PR), e pelo

⁴⁹ A concentração da propriedade da terra, o subsídio e o seguro agrícola diferenciado à agricultura familiar sequer entram no mérito, tampouco a possibilidade de criação de uma política agrícola conservacionista, enquanto fonte de renda aos colonos. Outra realidade ocultada, mas que fortalece a adesão dos pequenos proprietários rurais ao projeto dos ruralistas é o fato de que praticamente todas as pequenas propriedades ter em seus limites ou em sua área interna, nascentes, riachos e rios. Este cruzamento de dados entre hidrologia, micro-bacias e a cartografia da estrutura fundiária pode contribuir para evidenciar as grandes diferenças que existem entre ruralistas e pequenos proprietários rurais.

relator, Aldo Rebelo (PC do B/SP), o projeto foi à votação em 06/07/2010 na referida Comissão.

O texto aprovado no dia 06 de julho de 2010 considera as florestas, bens de interesse comum, contrariando o que propunha a primeira versão do substitutivo do deputado Aldo Rebelo. O texto final excluiu também a possibilidade de os estados definirem a redução de *áreas de preservação permanente* em até 50%. A exigência da Reserva Legal somente ficou estabelecida para imóveis acima de quatro módulos fiscais, e nos percentuais já estabelecidos pela legislação em vigor, ou seja: na Amazônia Legal, 80% em áreas de floresta e 35% em áreas de savana ou campo; nas demais regiões do país, 20%.

Ao final da votação realizada sob fortes críticas de grupos ambientalistas, os proprietários rurais presentes na Câmara festejaram o resultado da votação, gritando “Brasil” e cantando o hino nacional brasileiro. A bancada ruralista, abraçada, ovacionou a aprovação do novo *Código Florestal Brasileiro*, enquanto ambientalistas gritavam: “Retrocesso!”.

A conquista temporária⁵⁰ destas alterações é mais uma demonstração da capacidade de pressão política exercida pela bancada ruralista, que tem entre seus membros deputados federais diretamente vinculados à SRO, como é o caso de Eduardo Sciarra.

Ainda como parte da programação comemorativa dos 30 anos da Expovel, a SRO programava o lançamento da “Revista da Expovel”, que apresentaria um histórico da exposição. Porém, por razões não divulgadas oficialmente, a revista não foi lançada. Além da revista, uma cavalgada (um *habitus* dos pecuaristas) pelo centro da cidade de Cascavel e o anúncio do “Prêmio Francisco Sciarra de Agroecologia” fez parte da programação especial da 30ª Expovel. O anúncio foi realizado na página eletrônica da Expovel, conforme imagem abaixo.

IMAGEM 11: ANÚNCIO DO PRÊMIO FRANCISCO SCIARRA



Fonte: www.expovel.com.br/premio

⁵⁰ Estas alterações ainda serão votadas no Plenário da Câmara dos Deputados e os ruralistas informaram que farão novas pressões quando a matéria for para a pauta do Senado.

Com a realização do concurso, a SRO pretendia estimular a divulgação de idéias e projetos que privilegiam ações de sustentabilidade e harmonia entre produtividade e preservação ambiental.

O Prêmio Francisco Sciarra de Sustentabilidade é voltado aos acadêmicos dos cursos superiores e destina-se a incentivar a adoção de técnicas e idéias que contribuam para o equilíbrio harmônico entre produtividade e respeito ao meio ambiente. Tem por objetivo também promover a conscientização ambiental nos futuros profissionais das áreas agrícolas e afins (Material de divulgação do Prêmio, Expovel, 2009).

Com a edição do Premio Francisco Sciarra de Sustentabilidade, percebe-se uma clara contraposição da SRO ao modelo de produção agroecológica da Via Campesina e do MST. Foi também a contestação da criação do centro de pesquisa sob a coordenação do IAPAR no antigo campo experimental da empresa Syngenta Seeds, contra argumentando que ela (SRO) é também preocupada com as questões ambientais, de produção de alimentos e conservação da água, entre outros e que os “produtores rurais da região” cumprem as leis ambientais e sabem produzir sem agredir o meio ambiente.

Procurou também identificar-se como entidade preocupada e comprometida com a segurança alimentar e como o setor que produz alimentos para matar a fome no mundo. Porém não se contrapôs em nenhum momento as técnicas e tecnologias comercializadas pelas grandes empresas do agronegócio. Ao contrário, apresentou-as como a segunda revolução verde do planeta, importante e necessária para alimentar a crescente população mundial.

Ao vincular o evento ao patrocínio da Itaipu Binacional, os organizadores buscavam poder apresentar grandes projetos desenvolvidos em conjunto com cooperativas e agricultores da região Oeste, como o Programa “Água Boa”, por exemplo, desenvolvido pela Itaipu em conjunto com Cooperativas e proprietários rurais, demonstrando a responsabilidade destes quanto ao uso sustentável dos recursos naturais. Vale lembrar que o Programa água boa foi criado pela Itaipu como uma das tentativas de frear o processo de assoreamento dos rios da região e por consequência do Lago da Itaipu, o que poderia causar graves danos ao funcionamento da hidrelétrica. Assoreamento este causado pelo modelo de produção estabelecido na agricultura regional, durante as décadas de 1960, 1970 e 1980.

Argumentando que é possível conciliar preservação ambiental e aumento na produção, a partir do aumento na produtividade e na expansão das áreas destinadas a agricultura, contrapõe-se a necessidade de preservação e recuperação ambiental nos moldes propostos pela legislação, afirmando que terras tão ricas e férteis como as desta região deveriam ser aproveitadas para a produção de alimentos, com o máximo de produtividade possível.

Como exposto anteriormente, nesta edição da Exposição, A SRO também teve por objetivo homenagear um dos fundadores da entidade, do Parque de Exposições e da própria Expovel, Francisco Sciarra. Para fazer a entrega da premiação e “fazer jus”, à tradição das famílias de pecuaristas, durante o seminário de agroecologia, foi convidado o filho do homenageado, o deputado federal Eduardo Sciarra. Porém, o presidente da SRO anunciou que “por problemas técnicos”⁵¹, a premiação seria realizada em outra oportunidade.

Assim, podemos concluir que a Expovel é mais do que um balcão de negócios e uma vitrine da pecuária e do agronegócio regional. Sua organização tem por objetivo reunir e organizar a fração pecuarista em torno das suas necessidades e aspirações, na defesa e modernização da sua matriz econômica (base concreta da condição de classe dominante, a grande propriedade rural) e sua reprodução, além de possibilitar a divulgação dos seus valores sociais a outros segmentos da sociedade.

É também o espaço de articulação dos agropecuaristas com outras frações de classe organizadas na sociedade civil regional e estadual. A festa é o espaço e o momento de difusão do seu conjunto de valores e de sua visão de mundo⁵² para aqueles que visitam o parque durante as exposições ou acompanham por outros meios, constituindo-se em um importante e poderoso *aparelho privado de hegemonia* da fração agrária da classe dominante no Oeste do Paraná.

⁵¹ A organização do evento informou que em virtude de uma queda na energia do parque, os arquivos de inscrição e avaliação teriam sido apagados dos computadores. Comentou-se nos “bastidores” que não houve trabalho inscrito e por isso não pode haver a premiação.

⁵² No texto *O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte*, Marx já situava que a condição e a posição de classe dizia respeito a base material das classes e seus modos de viver, valores e projetos sociais e da nação que envolviam as lutas sociais e o interesse de estabelecer uma forma ao Estado Nacional. O caso do partido da ordem e das suas duas principais frações político-sociais (orleanistas e legitimistas) no governo de Louis Bonaparte é o exemplo mais concreto da abordagem (cf. MARX, 1987; MARX/ENGELS, 1984).

CAPITULO 3 - A SOCIEDADE RURAL DO OESTE DO PARANÁ E A LUTA DE CLASSES EM CASCAVEL

Os fundadores da SRO tinham entre seus objetivos, conforme consta no seu Estatuto Social de fundação, a realização de manifestos e reivindicações, através de visitas e por escrito, junto ao poder público e às autoridades do Estado ou do País, a fim de defender os direitos, interesses e aspirações dos agropecuaristas da região. Neste sentido sua atuação sempre foi intensa e efetiva, não apenas perante os poderes constituídos, como também em ações junto à sociedade local e regional.

Neste capítulo serão apresentadas e analisadas duas bandeiras de luta da SRO e dos grandes proprietários rurais, sinônimos da sua organização e mobilização política: a luta contra a reforma agrária e a defesa do agronegócio.

3.1 – A SRO FORTALECENDO A LUTA CONTRA A REFORMA AGRÁRIA

A luta pela democratização do acesso à terra e do direito de nela produzir e reproduzir a vida, têm marcado a história do Brasil e da região Oeste do Paraná, durante as duas últimas décadas do século XX e neste início do século XXI. O acirramento das contradições promovidas pelo processo de ocupação da terra e pela “modernização” da agricultura durante as décadas de 1960, 1970 e 1980 contribuíram para a ampliação do contingente de trabalhadores despossuídos. Enquanto as propriedades diminuían em número, aumentavam em extensão.

Segundo Regina Bruno:

A luta pela terra no Brasil desvenda os impasses e as contradições do processo de modernização agrícola e a incoerência de uma política agrícola que priorizou o crédito, o mercado e a grande empresa capitalista e secundarizou a democratização da estrutura de posse e uso da terra (BRUNO, 1997, p. XIV).

A fração agropecuarista da classe dominante do Oeste do Paraná, organizada em sua entidade de classe, a Sociedade Rural do Oeste do Paraná (SRO), tem organizado, ao longo de sua história, movimentos em defesa dos seus interesses específicos, buscando a manutenção de sua condição hegemônica. Como entidade representativa dos grandes proprietários rurais, articulou-se com outras entidades congêneres, para somar forças na luta por objetivos comuns, a exemplo da sua aliança com o Sindicato Rural Patronal de Cascavel e a União Democrática Ruralista (UDR), no período da instalação da Assembléia Nacional Constituinte, onde esteve em discussão e votação do I Plano Nacional de Reforma Agrária (IPNRA) divulgado pelo governo Sarney em 1985, a regulamentação da terra e o perfil do que vinha a ser reforma agrária⁵³.

Estas discussões que retomaram a problemática da estrutura fundiária no país, ocorreram num momento de desgaste das relações políticas e sociais e do modelo econômico que haviam dado sustentação ao regime civil militar no Brasil. A crise na agricultura, o desemprego, a inflação, o fortalecimento dos movimentos sociais urbanos e também no campo são indicativos de que uma nova correlação de forças estava sendo construída.

Um dos movimentos sociais que passaram a atuar na luta pela reforma agrária e por mudanças sociais, no contexto da abertura política à *caserna*, após a ditadura civil militar, foi o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) oficialmente criado em 1984, no município de Cascavel, no Paraná. Este movimento teve sua origem nas diversas organizações de trabalhadores rurais que o antecederam (as Ligas Camponesas, a Comissão Pastoral da Terra - CPT, os acampamentos, o Movimento pelos Atingidos por Barragens, o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste/PR-MASTRO, dentre outros).

Conforme João Pedro Stédile, em entrevista à autora, o MST “foi fundado, em 1984, numa reunião nacional aqui em Cascavel, mas como movimento social, ele é fruto de um processo amplo de massas que aconteceu em todos os estados do Brasil” (STÉDILE, 2007).

Ao explicar os fatores que contribuíram para a formação do Movimento, Stédile, um dos coordenadores nacionais, destaca a importância da conjuntura nacional, marcada pela crise econômica e pela abertura política.

Naquele nascedouro do movimento na década de 80, ele foi uma reação de vários fatores que aconteceram na sociedade brasileira. De um lado, a crise do modelo brasileiro de industrialização que freou a criação de emprego na cidade, que freou a colonização. Segundo, as mudanças políticas na sociedade, com o fim do regime militar, e isso criou condições para uma maior condição e mobilização dos trabalhadores, e terceiro, o trabalho de

⁵³Após os embates no âmbito social e na Constituinte, o texto final sobre a questão da terra foi estabelecido no Capítulo III, Da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária.

conscientização que as Igrejas cristãs faziam entre os camponeses para organizá-los, para fazer com que eles lutassem pelos seus direitos. Então, diante desses fatores, foi possível organizar as ocupações de terra, organizar lutas sociais no campo que depois vieram dar origem a essa conformação que é conhecida hoje como MST. Mas no início ninguém imaginava isso. E naquele tempo, a motivação principal que havia na luta social era a luta pela terra. Quase que *stricto sensu*, os camponeses achavam que tendo acesso a terra, tendo um pedaço de terra, seria suficiente pra ele sair da pobreza e criar sua família. E praticamente com esse ideário, é que nós nos organizamos nos últimos 20 anos (STEDILE, 2007).

Eliane Brenneisen reafirma em sua tese, que o MST surgiu da reorganização de vários movimentos regionalizados de trabalhadores rurais e também em consequência “da política de modernização agrícola adotada pelos governos militares nas décadas de 1960 e 1970 que promoveu a concentração da terra e expropriação de proprietários, arrendatários e assalariados do campo” (BRENNEISEN, 2004, p. 39).

Nas primeiras ações do movimento, trabalhadores realizaram atos públicos e entregaram documentos com suas reivindicações ao governo estadual. Suas ações mais concretas passaram a ser, inicialmente, a formação de acampamentos a beira de estradas e, posteriormente, a ocupação de terras improdutivas, a fim de denunciar o latifúndio e chamar a atenção da opinião pública para suas reivindicações. A primeira ocupação ocorreu na Fazenda Annoni, no município de Marmeleiro, localizado no Sudoeste do Paraná, em 1983, sendo seguido por várias outras no Paraná e no Brasil. Com a unificação das lutas dos trabalhadores rurais, os movimentos ligados à luta pela democratização do acesso à terra, encontraram dinamicidade no âmbito regional e nacional.

A partir do esgotamento da ditadura civil - militar e com o início do processo de redemocratização política do país, ressurgiu a esperança de que uma nova Constituição resolveria o problema da concentração fundiária do país. Porém, se a Nova República abriu a perspectiva da redemocratização política para os *setores progressistas* da sociedade brasileira, para os latifundiários, o momento significava a possibilidade de mudanças que não lhes interessavam. A reforma agrária se transformaria em uma das questões mais polêmicas da/na Assembléia Nacional Constituinte.

Com a fundação do MST, a necessidade da reforma agrária passou a ser o foco central do debate. O Movimento assumiu dimensões nacionais, em meio às disputas pela definição do I Plano Nacional de Reforma Agrária do governo Sarney e de uma postura mais efetiva contra o latifúndio e contra o Estado brasileiro onde ainda é marcante a força política das frações dele oriundas.

Os grandes proprietários rurais retomaram a defesa intransigente da propriedade privada, iniciando sua mobilização a fim de impedir alterações significativas na estrutura fundiária e no modelo de desenvolvimento rural, seja no texto da lei como nas medidas concretas de reforma agrária.

As discussões acerca da necessidade de reforma agrária no país e na região Oeste do Paraná já ocupavam espaço em diferentes meios de comunicação, no início da década de 1980, não havendo, entretanto, consenso em torno dos critérios que deveriam nortear o processo. No “Jornal Hoje” de Cascavel defendia-se a necessidade de uma reformulação na estrutura fundiária do país “para que o meio rural possa contribuir com a dupla face da questão do campo, que é a redenção social de seus trabalhadores e a ampliação da oferta de alimentos ao mercado interno” (In Jornal Hoje, 21 a 27/08/1981, p. 17).

Dionísio Bosquirolli, presidente do Núcleo Regional dos Sindicatos Rurais Patronais e membro do Conselho Consultivo da Sociedade Rural do Oeste do Paraná, responsabilizava a “política oficial divorciada da realidade” pela revolta dos produtores, pela fome, desânimo e descrédito no futuro da agricultura. Fazendo referência ao Estatuto da Terra, Bosquirolli reivindicava preços mínimos compatíveis com o custo de produção e as necessidades da agricultura, ao mesmo tempo em que protestava contra a falta de incentivos governamentais para a pecuária, e o alto custo dos alimentos para o consumidor. Destacou também a importância da produção agrícola como geradora de divisas para pagamento da dívida externa:

É difícil compreender os motivos pelos quais um país como o Brasil, necessitado de divisas para saldar suas dívidas no exterior, com uma população mal alimentada e a alta inflação, deixa de prestigiar a agropecuária, única esperança que nos resta para sacar esta nação desta crise econômica, que tem tirado o sono de milhões de famílias brasileiras (BOSQUIROLLI, In: Jornal Hoje, 8 a 14/1981, p. 9).

Apontando “problemas” e indicando os “culpados”, Bosquirolli defendeu que a saída para a forte crise da economia brasileira, estava na valorização do setor agropecuário, que, segundo ele, estaria, naquele momento, sendo “conduzido ao beco sem saída da marginalização social e econômica” (BOSQUIROLLI, In: Jornal Hoje, 8 a 14/1981, p. 9).

Assim, buscava, ele, demonstrar aos seus pares como as prioridades das políticas do governo federal e de seus “tecnocratas”, se distanciavam das reais necessidades dos agropecuaristas e da sociedade brasileira, ao mesmo tempo em que unificava as reivindicações de grandes e pequenos proprietários, conquistando destes o apoio necessário.

De fato, a situação da agricultura já não era a mesma na década de 1980. Os recursos advindos do crédito rural a juros baixos e outros incentivos abundantes na década de 1970 escasseavam-se cada vez mais. Em meio à crise que afetava a economia brasileira, a pauta de reivindicações dos agropecuaristas junto ao Estado era crescente. Uma das reivindicações era a garantia de preço mínimo para os produtos agrícolas.

Quando o governo Sarney anunciou que somente a reforma agrária poderia amenizar os problemas da agricultura e acabar com os conflitos e a violência no campo, apresentando o I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA), que retomava pontos do Estatuto da Terra, como a desapropriação como instrumento prioritário para viabilizá-la, provocou uma forte reação das elites agrárias a fim de impedir, através de seus organismos de classe, a fim de impedir que esse projeto saísse do papel.

Rapidamente, disseminou-se, nas associações e sindicatos patronais, a idéia de que, no contexto da democratização, seria possível uma profunda e radical transformação da estrutura fundiária. Ao mesmo tempo, difundia-se a certeza de inevitabilidade de uma verdadeira guerra no campo devido, sobretudo, a revitalização do movimento de ocupações de terras, à crescente importância das oposições sindicais que começaram a se articular através da Central Única dos trabalhadores (CUT) e à possível radicalização do movimento sindical dos trabalhadores rurais (BRUNO, 1997, p. 286).

O I PNRA, apresentado pelo governo federal, foi recebido pelas entidades de classe dos latifundiários como uma “declaração de guerra”. Se a Nova República abrisse a perspectiva da redemocratização política para os setores progressistas da sociedade brasileira, para os latifundiários, o momento significava a possibilidade de mudanças que não lhes interessavam.

Terezinha Depubel, vice-presidente da Câmara de Vereadores de Cascavel, eleita pelo PFL e que ingressou na vida política pelo PDS, em entrevista a revista *Nova Fase*, contribuiu para difundir a idéia de que a reforma agrária colocava em risco *toda e qualquer propriedade*, sendo este o principal argumento que os grandes proprietários utilizaram para conquistar apoio entre pequenos e médios agricultores e a população urbana na luta contra a aprovação do projeto em discussão no Congresso Nacional.

Segundo a vereadora, a reforma agrária teria que ser ordeira e voltada apenas para os latifúndios improdutivos e para as terras devolutas.

A Reforma Agrária é um imperativo, mas sua implantação não deve ser radical. Aliás, eu abomino tudo que é radical. Mudar a estrutura fundiária do País é urgente, porém é preciso preservar o direito à propriedade. Seria insensato demais simplesmente tomar a terra de uns para dar a outros. Os

extensos latifúndios improdutivos, fontes de opressão e miséria, isto sim, devem ser desapropriados e divididos aos milhares de brasileiros que, expulsos do campo, vegetam nas periferias das cidades. As terras devolutas também devem ser entregues aos que efetivamente querem cultivar. Minha visão é mais ampla ainda: A reforma agrária terá que vir acompanhada de uma política agrícola capaz de viabilizar a pequena propriedade. Caso contrário, não vingará, terá sido inútil. Uma reforma Agrária bem feita aumentaria a oferta de alimentos, tornando-os mais acessíveis, permitindo também um maior consumo de produtos industrializados. Os hoje “sem terra” se tornariam consumidores em potencial (DEPUBEL, In: Revista Nova Fase, out/1985, número 09, p. 9).

Sabino Campos, então Deputado Estadual pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), mesmo não compartilhando de um projeto radical, defendia a aprovação da reforma agrária como instrumento de desenvolvimento econômico e de justiça social. Segundo ele:

A reforma agrária é um instrumento de política econômica capaz de elevar, direta ou indiretamente e em pouco tempo, os níveis de emprego, de renda e de consumo de toda uma massa de pessoas à margem do mercado consumidor. É claro que o aumento da demanda efetiva não seria a única, nem a principal motivação para se promover a realização da reforma agrária. Trata-se, afinal, de uma questão de justiça social, de um imperativo político de redistribuição a favor dos que produzem riquezas por meio de seu trabalho e capaz de gerar efeitos que vão muito além do setor agropecuário, atingindo a economia e a sociedade como um todo... A reforma agrária merece todo nosso apoio, mesmo que cause reações contrárias em uma minoria que ainda não percebeu, ou não quer perceber, que democracia significa também uma distribuição equilibrada de nossas terras àqueles que realmente nelas queiram trabalhar para seu sustento e de sua família, e para o progresso de nossa nação (CAMPOS, In: Revista Nova Fase, jun/jul/1985, p. 35).

Naquele momento de embate foi criada a União Democrática Ruralista (UDR), que na Assembléia Nacional Constituinte de 1988, consolidaria seu papel como defensora dos interesses dos grandes proprietários rurais, que passaram a se autodenominar como ruralistas. A atuação do deputado federal Ronaldo Caiado (PSD)⁵⁴ foi fundamental na organização e difusão da entidade pelo país.

A UDR se autodenomina como sendo “uma entidade de classe que se destina a reunir ruralistas e tem como princípio fundamental a preservação do direito de propriedade e a manutenção da ordem e do respeito às leis do país”.⁵⁵

⁵⁴ Ronaldo Caiado (PSD) também foi candidato a Presidente nas Eleições de 1989, colocando-se como anti-Lula. Desde 1999 ocupa uma das vagas de deputado federal pelo Estado de Goiás. Atualmente compõe a bancada ruralista pelo Partido Democratas (DEM).

⁵⁵ A informação consta no site da entidade: www.udr.org.br acessado em 12/05/2009.

Porém, Regina Bruno afirma que:

Apesar de ter nucleado na propriedade fundiária, a UDR não se constrói como um mero reflexo de reação ao PNRA. Ela é sem dúvida uma demonstração de habilidade política surgida de dentro do setor latifundiário. O significado principal da UDR, hoje, sobretudo, é político-ideológico: é a tentativa de construção de um projeto político e de uma organização da direita no Brasil (BRUNO, 1997, p. 61).

Já a nível regional, papel significativo coube às entidades organizadas dos grandes proprietários rurais, com destaque para o Sindicato Rural Patronal de Cascavel e a Sociedade Rural do Oeste do Paraná que atuaram no sentido de construir consenso quanto à necessidade de preservação do direito de propriedade, de qualquer propriedade, enquanto os dirigentes de cooperativas pressionavam o governo por uma política agrícola favorável. Argumentavam que de nada valia uma nova política agrária sem uma melhor política agrícola.

A UDR Regional de Cascavel, presidida em 1987 por Dionísio Bosquirolli, que ocupara cargos diretivos tanto na SRO quanto no SRP, organizou eventos, jantares, atos públicos, reunindo os agropecuaristas e as suas entidades organizadas em outros municípios da região, defendendo a importância da mobilização e organização de “classe produtora” em torno da UDR. Segundo ele, a organização dos agropecuaristas seria a demonstração de que estes estariam ingressando em um novo estágio de conscientização e que:

à exemplo dos metalúrgicos e bancários que se unem em sindicatos para defender seus interesses, por que os produtores rurais não podem se organizar em torno de uma entidade na defesa do direito de continuar trabalhando e produzindo para sustentar o mercado interno e até para exportação, contribuindo desta forma para que o país supere a crise que afeta a todos? (BOSQUIROLLI, 1988. p. 5).

Atos públicos foram realizados em vários municípios da região e em Cascavel. Os representantes do setor agropecuário manifestavam-se a favor da nova entidade, a exemplo de Salazar Barreiros⁵⁶, então Presidente da COOPAVEL que também teceu críticas ao I PNRA e a política de preços e de juros do crédito agrícola do governo federal. Afirmou que o governo deveria incentivar a produção e a comercialização, “pois do contrário os agricultores só tem a

⁵⁶ Salazar Barreiros (Partido Progressista) é agropecuarista e advogado. Em 1988 concorreu às eleições municipais pelo PMDB tendo sido eleito para o mandato de 1989 a 1992. Em 1997 foi eleito novamente então pelo PPB exercendo seu mandato entre os anos de 1997 e 2000. Em 2008 concorreu para a prefeitura pelo PP, mas foi derrotado por Edgar Bueno, do PDT.

alternativa de venderem suas propriedades e procurarem os centros urbanos, eliminando a produtividade e aumentando o êxodo rural” (BARREIROS, In: Jornal Hoje, 14 a 20/02/1987, p. 4).

Salazar Barreiros, em discurso realizado na sede da COOPAVEL ao então governador do Estado, João Elísio Ferraz de Campos, que ali se encontrava, e em nome dos agricultores da região afirmou: “o produtor hoje é um vilão, pois se não produz, terá sua propriedade confiscada e desapropriada, e se alocar recursos para produzir, fica em estado de semi-insolvência” (BARREIROS, In: Jornal Hoje, 14 a 20/02/1987, p. 4).

O presidente da Sociedade Rural do Paraná, Mathias Vilhena de Andrade, que representava a UDR no evento, também teceu críticas à política agrícola do governo federal. “Nossos governantes deveriam voltar suas atenções para os que contribuem com o desenvolvimento, como os produtores, e não aos especuladores que sobrevivem do suor alheio” (VILHENA, In: Jornal Hoje, 14 a 20/02/1987, p. 4).

Os atos públicos foram organizados em todo o país e realizados, concomitantemente, nas sedes de vários municípios da região Oeste e do Estado do Paraná. Tinham como pauta principal a crítica à reforma agrária e à política agrícola do Governo federal. As lideranças reafirmavam, com insistência, de que em nada resolveria efetivar a reforma agrária, redistribuir a terra, pois os já produtores não encontravam viabilidade econômica devido aos juros altos dos financiamentos e os preços baixos para os produtos comercializados.

O vínculo da SRO com a UDR ficou evidente quando no início do mês de julho de 1987, Ronaldo Caiado, presidente nacional da entidade, esteve em Cascavel para liderar, organizar e unificar as ações das diferentes entidades patronais, convocando-as para a “Marcha à Brasília”. Reunido com agropecuaristas, Caiado discursou defendendo a livre iniciativa e principalmente, o direito à propriedade privada, que deveria ser garantido na Assembléia Constituinte pela chamada Bancada Ruralista, que em 1986 já somava 46 deputados⁵⁷. Caiado colocou-se a disposição para “acolher” e defender, através da UDR, os proprietários que tivessem suas propriedades “invadidas”. Questionado, em entrevista ao jornal Hoje de Cascavel, sobre as ações do MST na região e mais especificamente sobre a

⁵⁷ Um destes deputados foi Jacy Miguel Scanagatta, ex-prefeito e um dos sócios fundadores da SRO. Conforme publicou o DIAP – Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar – em “Quem foi quem na Constituinte” página 370, o deputado teve uma atuação conservadora, o que demonstrava sua ascendência política, pois pertenceu a ARENA. No primeiro turno, votou contra as principais propostas que garantiriam direitos aos trabalhadores. Marcante também foram suas ausências em votações importantes, principalmente no segundo turno. **Esteve ausente na votação da reforma agrária no primeiro turno, votando contra no segundo turno, conforme orientação da UDR.** (grifo meu) Sua atuação recebeu nota 1,5 no primeiro turno e zero no segundo(<http://www.diap.org.br/index.php/publicacoes?task=view.download&cid=174> , acessado em 23/07/2010).

ocupação de uma propriedade rural em Matelândia, destacou: “Nós não aceitamos esse comportamento desses agitadores, desses invasores profissionais. Não é por aí que se resolvem os problemas no campo, os problemas da reforma agrária no país” (CAIADO, In: *Jornal Hoje*, 4 a 10/07/1987, p. 7).

As ações e a organização das entidades patronais, com participação cada vez mais efetiva e com vínculos cada vez mais sólidos com a UDR, ocorreram em meio a situações de conflito de terra.

Durante as votações em segundo turno na Assembléia Nacional Constituinte, a UDR intensificou suas ações no sentido de direcionar a normatização referente à lei da Reforma Agrária. Representantes de entidades rurais patronais deslocaram-se a Brasília para fortalecer o “lobby” *do jogo da direita*⁵⁸ junto aos deputados.

Em setembro de 1988 foi criada, em Cascavel, a UDR feminina⁵⁹, sob a presidência de Anete Stefani, com o objetivo de auxiliar e fortalecer as ações da UDR na região “atuando num trabalho também de conscientização, de inclusive pequenos e médios proprietários rurais, sobre a importância da entidade, cuja imagem é incessantemente deturpada” (STEFANI, In: *Jornal Hoje*, 27/08 a 02/09/1988, p. 4).

O argumento de que o projeto de reforma agrária em discussão na Assembléia Nacional Constituinte (ANC) colocava em risco todas as propriedades, inclusive pequenas e médias, era reforçado por lideranças sindicais dos trabalhadores rurais da região e o temor de perderem seu “pequeno pedaço de terra” levou agricultores a apoiar as propostas da UDR e reforçar seu discurso e sua força política.

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Toledo, Tilo Nodari, afirmou que concordava com a decisão da ANC de não desapropriar terras produtivas para fins de Reforma Agrária “uma vez que não seria justo desapropriarem terras produtivas num país que tem tanta terra sobrando, e que isto causaria muita preocupação no meio rural” (NODARI, In: *Jornal O Paraná*, 12/05/1988, p.4).

Por outro lado, o líder do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cascavel, Ulisses Gotardo Perozzo, entendia que a aprovação do projeto Reforma Agrária na ANC representava um retrocesso e que havia sido uma vitória apenas para a UDR e os latifundiários.

O retrocesso se dá a partir do momento que se sabe que pela constituição atual as propriedades produtivas que não cumprem com a sua função social

⁵⁸ Uma das principais referências para o estudo da atuação da direita na Constituinte, tanto da bancada ruralista quanto do centrão, é a obra de René Dreifuss, *O Jogo da Direita*. Petrópolis: Vozes, 1989.

⁵⁹ Também faziam parte da UDR feminina de Cascavel Cidinha Schmitt, Marisa Cunha, Cleusa Queiroz, Dolores Ribas, Joelma Meneghel, Bernadete Almeida, Milda Stefani e Isabel Ribas.

são possíveis para a Reforma Agrária, e pelo texto aprovado para a Carta Magna, mesmo que a propriedade produtiva não cumprir com a função social não poderá ser desapropriada (PEROZZO, In: Jornal O Paraná, 12/05/1988, p. 4).

O resultado da votação na Assembléia Constituinte agradou o Sindicato Rural Patronal e a Sociedade Rural de Cascavel que retomaram o discurso em suas próprias entidades representativas. Nelson Menegatti afirmou que a aprovação do texto referente à reforma agrária atendia aos interesses dos produtores rurais. Disse também que a não aprovação do texto sobre a propriedade produtiva não causou surpresa evidenciando a vitória dos ruralistas no *jogo da direita*: “Nós estávamos trabalhando intensamente para que a propriedade produtiva do meio rural fosse preservada na reforma agrária” (MENEGATTI, In: Jornal O Paraná, 12/05/1988, p. 4).

O presidente da Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP), Paulo Carneiro, na ocasião, referiu-se ao tema dizendo que:

a Assembléia Nacional Constituinte apenas colocou a reforma agrária em bases realistas e racionais e em conformidade com a realidade do país, e que desapropriar áreas produtivas apenas porque ela não estaria atendendo a sua função social seria um contra-senso (CARNEIRO, In: Jornal O Paraná, 12/05/1988, p. 4).

A vitória dos latifundiários que viabilizaram, naquele momento, o seu projeto de reforma agrária, não ocorreu apenas pela sua capacidade de organização, articulação e de pressão política na ANC, junto ao *Centrão*. Foi também pela sua capacidade em arrecadar recursos para empreender uma campanha de opinião pública, através de atos públicos e da imprensa a fim de produzir o consenso de que toda propriedade privada deveria ser mantida intocada. Isso ocorreu, em parte, pelo fato de pequenos e médios agricultores terem sido convencidos de que também estariam “ameaçadas” as suas propriedades ou ainda pela ingênua crença de que toda propriedade estava ameaçada⁶⁰. Também conseguiram desvirtuar os conceitos de latifúndio produtivo e improdutivo, atrelando-os a incapacidade de fazer a terra produzir, por falta de incentivos do governo para investimentos em tecnologias que pudessem aumentar a produtividade do solo.

⁶⁰ Durante a Constituinte a bancada ruralista foi o carro-chefe da ação conservadora contra a reforma agrária, mas é oportuno esclarecer que ela fazia parte do “Centrão”, este, sim, era o “bloco histórico conservador”. O “Centrão” reunia, numa ampla aliança de direita, empresários ruralistas (latifundiários produtivos e improdutivo) e urbanos (industriais e comerciantes) que tinham interesses comuns em controlar os direitos sociais e as regras na relação capital-trabalho. Era nesta polaridade capital-trabalho que o tema da ameaça à propriedade geral estava enraizado.

No processo de elaboração da Constituição de 1988 ficou evidente a atuação persuasiva dos grandes proprietários rurais a fim de impedir a aprovação do projeto de reforma agrária, principalmente através das ações lideradas pela UDR, que naquele momento se constitui como sua porta voz. Vitoriosa garantiu que o regime de propriedade não fosse alterado. Porém, não conseguiu impedir a obrigatoriedade jurídica do cumprimento da “função social da terra”.

Mas, se os latifundiários comemoraram as conquistas da nova lei, não ficariam tranquilos por muito tempo. A reorganização e o fortalecimento dos movimentos sociais ligados à luta pela terra, a partir da década de 1990, engendraram na realidade regional uma nova configuração das relações de poder, onde o forte embate travado entre grupos com projetos sociais antagônicos, colocou em questão a hegemonia dos grandes proprietários rurais e do agronegócio.

Até os dias atuais, permanecem os debates sobre a necessidade e viabilidade da reforma agrária no Brasil, bem como sobre os critérios que devam norteá-la.

Francisco Graziano Neto, engenheiro agrônomo e pesquisador das questões agrárias, com reconhecida contribuição, quando na presidência do INCRA, durante o Governo de Fernando Henrique Cardoso, e já com outra posição sobre a luta pela terra, em entrevista à revista *Veja*, afirmou que “o Brasil não precisa mais de reforma agrária no sentido clássico da expressão, que significa tomar a terra de alguém para dar a outrem” (http://veja.abril.com.br/especiais/agronegocio_2004/p_066.html, acessado em 05/07/2010).

Segundo Chico Graziano, é preciso gerar emprego no campo e nos arredores das metrópoles e não distribuir terra para quem não tem vocação para fazê-la produzir.

O MST transforma como num passe de mágica, desempregados urbanos, que nunca plantaram sequer um pé de couve, em trabalhadores sem terra. Essa fábrica de sem-terra precisa ser desmascarada, sob pena de o país ficar eternamente refém dela. A lógica desse processo é equivocada, pois está alicerçada na idéia que pressupõe ser possível transformar párias em agricultores eficientes em pleno século XXI (http://veja.abril.com.br/especiais/agronegocio_2004/p_066.html, acessado em 05/07/2010).

Pode-se perceber que Graziano mudou significativamente sua visão sobre a questão agrária e já não compreende ser possível outro modelo de produção rural senão aquela inserida na lógica do agronegócio.

Guilherme Cassel, engenheiro civil e Ministro do Desenvolvimento Agrário, a partir de 2006, passou a defender assim como Chico Graziano, que é preciso diminuir o número de assentamentos para que melhore a qualidade dos mesmos.

Segundo o ministro, “desapropriar terra e colocar gente nela é só a primeira parte. É necessário depois garantir água, luz, habitação, assistência técnica e dar condições para produzir” (<http://istoevip.terra.com.br/assuntos/entrevista/detalhe/458>, acessado em 05/07/2010).

Percebe-se que a prioridade não são os assentamentos de novas famílias, mas de criar a infraestrutura necessária para garantir a viabilidade econômica dos assentamentos já efetivados. O aumento no volume dos recursos liberados pelo governo federal através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) não deixa de ser um indicativo desta situação.

A prioridade estabelecida para os assentamentos já efetivados deve-se também ao fato de que os processos de desapropriação de terra, que já tiveram um decréscimo de 60% em 2007, demandam recursos e geram conflitos sociais e embates jurídicos que, talvez, o atual Estado brasileiro não consiga conciliar ou nem queira enfrentar.

Por outro lado, o MST defende não apenas um novo modelo de reforma agrária, mas um novo modelo de relação entre a sociedade civil e o Estado. Propõe que a agricultura do país, seja baseada na pequena e média propriedade e na agricultura familiar, desvinculada do controle exercido pelas empresas multinacionais de sementes, insumos e tecnologias. Para tanto, seria necessário um conjunto de mudanças estruturais no Estado e na economia brasileira que priorizassem a distribuição de renda, a indústria nacional e a geração de trabalho, emprego e renda.

João Pedro Stédile argumentou que o primeiro passo é a democratização da propriedade da terra, através do estabelecimento de limites legais para o tamanho das propriedades rurais. Este limite poderia controlar o poder exercido pelas empresas transnacionais ligadas ao agronegócio e a exportação.

Precisamos de uma nova matriz produtiva no campo, por meio de técnicas que respeitem o meio ambiente, produzam alimentos saudáveis e não cheios de agrotóxicos, que afetam a saúde de toda a população, inclusive da cidade, que muitas vezes pensa que não tem nada a ver com isso (<http://www.mst.org.br/node/4517>, acessado em 22/07/2010).

Os discursos acerca da reforma agrária, apesar das discordâncias que enunciam, não deixam de atribuir valor fundamental para a propriedade da terra. Enquanto setores ligados ao agronegócio defendem a agricultura empresarial, de alta tecnologia que persegue padrões de produtividade e o mercado capitalista, o MST e demais setores ligados a agricultura familiar defendem a terra como um bem social que deve ter como função a produção de alimentos saudáveis. Mas, nenhum deles coloca em questão a superação da propriedade privada da terra,

o que expressa a forte cultura patrimonialista e individualista presente em sociedades capitalistas como a brasileira, até mesmo entre aqueles que não possuem propriedade alguma.

Quando o tema em questão é a reforma agrária, poucos são os que discordam que as terras que devem ser destinadas para este fim estão na região Norte do país. Afirmam que apenas ali existiriam terras com irregularidades, que ainda não foram ocupadas e/ou estão improdutivas, que poderiam ser destinadas ao assentamento de famílias de trabalhadores rurais sem terra. Todavia, esta visão também indica o interesse que há em privatizar terras localizadas naquela região. Terras devolutas da União ou dos povos indígenas e das florestas.

Na região Oeste do Paraná, fez parte do discurso proferido pelas lideranças políticas e representantes dos agropecuaristas, o argumento de que aqui não há terra para reforma agrária. Que as questões pendentes do ponto de vista jurídico, da titulação, da adequação à legislação ambiental ou dos índices de produtividade, não são pertinentes para as terras nesta região. Por essa razão, os movimentos sociais de luta pela reforma agrária, como o MST, não teriam legalidade e legitimidade em suas ações. Caberia, portanto ao Estado, agir no sentido de punir esses movimentos e preservar a propriedade.

Este argumento e posição desconsideram o processo de privatização da terra na região, reconhecidamente marcado por irregularidades e, se for analisado a fundo, inclusive marcado por ilegalidades. Desconsideram também as mudanças promovidas no campo brasileiro e da região a partir da sua integração nas relações do capitalismo internacional.

Os grandes proprietários rurais, no decorrer da história do Brasil, não mediram esforços para salvaguardar seus interesses, seja no âmbito da lei, protegendo a propriedade, seja nas ações de enfrentamento àqueles que ousaram desafiar seu domínio. Os despejos violentos em áreas ocupadas, as ações de reintegração de posse realizadas pela Polícia Militar são capítulos marcantes na história deste país e também no Oeste do Paraná, assim como as ameaças, as práticas de violência, a exemplo de assassinatos de lideranças e o desrespeito aos direitos dos trabalhadores no campo.

Porém, a partir de 2003, uma nova correlação de forças passou a ser esperada no estado do Paraná e no país. Com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), para Presidente da República e novamente de Roberto Requião (PMDB), para governador, as expectativas dos movimentos sociais brasileiros e de modo especial do MST foram ampliadas, uma vez que entendiam ser este um momento privilegiado para o fortalecimento de suas lutas. Novas pautas, como a defesa da biodiversidade e das sementes, foram somadas àquelas já existentes no campo brasileiro.

Diante disso, os dirigentes das entidades representativas dos agropecuaristas, SRO, SRP, FAEP, entre outros, assumem o discurso de que os governos Federal e Estadual estariam incentivando as ocupações de terra e o desrespeito à propriedade ao não determinarem a imediata desocupação e reintegração de posse das áreas ocupadas por trabalhadores sem terra. Assumindo uma posição de tolerância em relação à luta dos trabalhadores sem terra, o governo estaria incentivando o desrespeito ao Estado de Direito, negligenciando sua função de garantir a ordem e a segurança da propriedade, colocando em risco a produtividade das mesmas, e, em consequência, a garantia da produção de alimentos para o país e o mundo.

Para Stédile, não é verdadeiro dizer que o Estado negligencia a lei quando não cumpre as determinações judiciais de desocupação e reintegração de posse. Para ele,

o primeiro papel do Estado é cumprir a Constituição, e a Constituição garante a todos os brasileiros o direito à terra. Segundo, a Constituição garante a todos os brasileiros o direito ao trabalho. Então, esse direito se sobrepõe inclusive ao direito dos fazendeiros, pra eles entenderem que a propriedade da terra no Brasil não é um direito absoluto, onde você faz o que quer, só porque você registrou em cartório. A terra é um bem da natureza e está condicionado a um direito social. Então, a terra precisa ser utilizada de uma maneira social, e não unicamente de maneira privada. Isso é o que tá na nossa Constituição, e ao Estado, cabe cumprir isso. As ocupações são uma manifestação de um grupo massivo de pessoas que entra numa fazenda não pra praticar esbulho possessório e se apropriar de um bem para si, mas, as nossas ocupações são um ato político, pra forçar o governo a desapropriar, indenizar o proprietário e aplicar a lei, que é da reforma agrária (STÉDILE, 2007).

O discurso dos dirigentes da Sociedade Rural e do Sindicato Rural Patronal de Cascavel, de que o Governo Requião seria aliado dos Sem-Terra e por isso não estaria cumprindo as ordens de desocupação e reintegração de posse, foi contraposto pelo vice-governador Orlando Pessuti (PMDB) quando visitava Cascavel em setembro de 2006. Também o INCRA afirmava que a reforma agrária na região, estaria dentro das expectativas estabelecidas pelo Órgão. O ano de 2006 marcou o início do fortalecimento da SRO, que passou a enfrentar aberta e diretamente o MST na região Oeste do Paraná. Neste ano Alessandro Meneghel, pela chapa UNIRURAL, foi eleito como presidente da Sociedade, assumindo a Sociedade em 29 de maio daquele ano. Seu discurso de posse foi marcado pela crítica ao MST e a defesa dos interesses da sua classe, bem como pela vontade de promover a união dos agropecuaristas.

Logo após assumir a presidência da SRO, ficou evidente que não era apenas discurso. Meneghel passou a orientar e direcionar as ações de agropecuaristas no seu enfrentamento contra o MST, o que representou a base das ações da SRO durante a sua gestão, assim como as críticas ao Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião. Criticava inclusive os proprietários que não agiam para defender suas propriedades, ao votar em políticos descomprometidos com seus interesses. “Também é preciso dar ‘pauladas’ em alguns proprietários que ficam omissos e permitem a ocupação dos espaços políticos por parte de quem não tem caráter” (MENEGHEL, In: www.jhoje.com.br, 30/06/2007, p.3, acessado em 01/07/2008). Com este discurso seu nome foi cotado como um dos possíveis candidatos a Prefeito de Cascavel. Porém sua candidatura não se consolidou.

Meneghel colocou a SRO na capa dos jornais de circulação regional por diversas vezes, sempre noticiando seu embate/confronto com os trabalhadores sem terra, ficando conhecido pelo seu estilo “durão” e agressivo. Em todos os atos públicos, lá estava ele, na linha de frente, liderando os seus pares, sem medir gestos, palavras e atitudes, afirmando que não se “acovarda” diante da situação.

Em diferentes situações convocou os agropecuaristas a se posicionarem, a agirem em defesa de suas propriedades, contra as ações do MST. Para tanto liderou a criação do MPR, a fim de viabilizar recursos e contratar empresas privadas de seguranças para protegê-las.

“Defendo tolerância zero com baderneiros”. Assim Meneghel se declarava em reportagem publicada pelo jornal *O Paraná* (18/04/2008, p.12).

Uma fotografia registrava-o “a bordo” de uma colheitadeira de última geração, “vendendo” a imagem de trabalhador e/ou produtor rural que labuta e colhe os resultados de seu trabalho, merecidamente⁶¹ dentro de uma cabine climatizada e computadorizada, como demonstra a imagem abaixo

⁶¹ Segundo declarações feitas por Meneghel, o faturamento da produção de soja em sua propriedade naquele ano, estaria próxima de 1 milhão de reais.

IMAGEM 12: MENEGHEL A BORDO DE MODERNA COLHEITADEIRA

Fonte: O Paraná 18/04/2008, p. 12.

Em 2008 quando concorreu à reeleição para a presidência da SRO, houve apresentação de uma chapa de oposição liderada por Erwin Soliva⁶², da chapa Integração. Depois de muita negociação, a formação de uma chapa de consenso tendo Meneghel como Presidente e Soliva como vice foi eleita por aclamação.

Ao falar sobre a reeleição, Meneghel afirmou: “Fomos reeleitos porque a classe concorda com a nossa filosofia. Aqui para cada ação de baderna haverá uma reação” (MENEGHEL, In: O Paraná, 18/04/2008, p. 12). Nas eleições de 2010, Meneghel não participou e o eleito foi Erwin Soliva.

⁶² Para o momento não há como analisar este fato, mas este cenário pode indicar que nem todos da SRO concordavam com as estratégias de Alessandro Meneghel, estando à frente da entidade. Outra evidência desta falta de unanimidade em torno da forma de agir de Meneghel e a pequena participação de agropecuaristas na manifestação organizada, a fim de impedir a inauguração do centro de pesquisas do IAPAR, antigo campo experimental da multinacional Syngenta Seeds. Após o manifesto e a tentativa frustrada de impedir que o governador chegasse ao centro experimental, estava programado um ato público em frente a catedral no centro de Cascavel. Porém apenas Meneghel e menos de 10 pessoas se fizeram presentes e o ato foi cancelado.

Quando foi preso em 02/01/ 2009 sob a acusação de porte ilegal de armas⁶³, Meneghel conseguiu mobilizar vários segmentos da sociedade regional em seu favor, inclusive, os ruralistas e seus apoiadores fizeram um “caminhonetaço”, saindo de Cascavel e indo a Toledo a fim de pressionar as autoridades pela sua liberação, além de entrevistas ao vivo da prisão em uma rádio local, coletas de assinaturas pela sua liberação, sempre sob o argumento da legítima defesa. Meneghel, por ser líder da SRO e do MPR, e pelo seu enfrentamento com o MST, justificou o fato de estar armado como uma necessidade para proteger sua vida, fato contraditório, uma vez que, ele próprio, foi autor de sucessivas ameaças ao MST e inclusive ao governador do Estado.

Apesar de todo apoio e assistência jurídica, Meneghel permaneceu preso por mais de 70 dias e teve pedidos de liberdade provisória e o direito de responder ao processo em liberdade negados, sob a justificativa de “haver antecedentes” e pelo fato de estar portando armas de grosso calibre (um rifle e uma pistola) e munição. O porte de armas era naquele momento considerado como crime inafiançável. Alessandro Meneghel já havia sido indiciado em 2007 pelo Ministério Público por formação de quadrilha e pelo vínculo estabelecido entre o MPR, presidido por ele, e a empresa de NF Segurança, responsabilizada pela morte de Valmir Mota de Oliveira, o Keno, que será abordada no decorrer deste capítulo.

Em 2010, o nome de Meneghel consta como um dos candidatos do Partido Democratas a uma vaga na Assembléia Legislativa do Paraná. Já no mês de maio, a imagem de Meneghel aparecia estampada em *placas de publicidade* pela cidade ao lado da inscrição “Alessandro Meneghel Coragem e Determinação”. Adesivos afixados em automóveis também divulgavam seu nome. Por esta razão seu nome consta na listagem das possíveis candidaturas a serem impugnadas pela justiça eleitoral uma vez que a campanha política teria sido feita fora do prazo legal.

Durante sua atuação enquanto presidente da SRO, Meneghel se destacou pela sua ofensiva ao MST, a defesa da propriedade privada e contra a posição tomada pelo governo do Estado em relação aos movimentos sociais. Quanto às posições tomadas por Meneghel e pela Sociedade rural em relação aos governos Lula e Requião, é possível indicar que efetivamente não havia razão para as mesmas uma vez que não se efetivaram mudanças significativas quanto à questão fundiária neste período.

⁶³ Há comentários de que este fato também esteja vinculado às desavenças entre Alessandro Meneghel e Roberto Requião, pois dias antes o ruralista teria ameaçado o governador. Além disto, Meneghel não teme a lei e responde vários processos, mas tem bons advogados que cuidam destes negócios. Quando Alessandro foi preso, era voz corrente de que não ficaria mais do que um dia na Delegacia, pois na sua condição e com os advogados este problema seria resolvido com facilidade.

A Comissão Pastoral da Terra afirma, conforme seus relatórios, que desde 2003 o governo Requião já teria realizado 99 despejos, ou seja, um a cada 13 dias de governo, superando, inclusive, as desocupações efetivadas no segundo mandato do ex-governador Jaime Lerner. Conforme a CPT, os dados de 2006 demonstram uma intensificação da violência contra trabalhadores rurais, tanto pela ação dos Poderes Executivo e Judiciário, como de grupos privados “à serviço da segurança” das propriedades. Registrou também um aumento significativo no número de famílias vitimadas pela ação de “grupos armados a serviço do latifúndio”. O documento da CPT destaca que “em 2006, foram 764 famílias, um aumento de 23,22% se comparado com as 620 famílias em 2005, e de 48,92% na comparação com o ano de 2004. Estes dados fazem do Paraná o 3º Estado (atrás apenas dos Estados do Pará e da Bahia) no número de famílias vítimas das ações de milícias armadas” (<http://www.cpt.org.br/?system=news&action=read&id=404&eid=129>, acessado em 07/07/2010).

Por outro lado, o presidente da SRO Alessandro Meneghel argumentou que o relatório que apontava que o governo realizou, em média, um despejo por semana é uma fraude. Afirmava que 63% das “invasões” teriam ocorrido, a partir de 2003, durante o governo Requião e que “todas as áreas invadidas já dispõem de mandados de reintegração de posse que foram solenemente ignorados” (MENEGHEL, In: Jornal Hoje online, 30/09/2006, acessado em 05/07/2010).

Ele também fez questão de frisar que “as incertezas geradas pelo crime organizado no campo, contribuem para a crise do agronegócio no Paraná, e que deveria ser seguido o exemplo do governador anterior que promoveu inúmeras reintegrações de posse (MENEGHEL, In: Jornal Hoje online, 30/09/2006, acessado em 05/07/2010).

A Sociedade Rural do Oeste, em conjunto com várias entidades patronais da região passou a atuar no sentido de pressionar o Poder Judiciário e o Executivo do Paraná para que as áreas ocupadas pelo MST, tivessem decretadas e efetivadas as suas reintegrações de posse, além de mobilizar a opinião pública a favor das mesmas.

Com o objetivo de protestar contra as ações do MST no Oeste do Paraná, a SRO, em conjunto com o Sindicato Rural Patronal de Cascavel, a Associação Comercial e Industrial de Cascavel (ACIC), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Federação de Agricultura do Paraná (FAEP), Câmara dos Dirigentes Lojistas (CDL) e com apoio de Deputados Estaduais e Federais realizou no dia 28 de julho de 2003, a *Parada da Paz Social*.

Alegando que “a desestabilização do processo produtivo gerará o caos, o desemprego e a miséria em nossas cidades”, lideranças das entidades acima citadas, divulgaram pela

imprensa, uma convocação “à população em geral e às lideranças conscientes em especial, manifestando “sua preocupação ante o clima de ameaça à tranquilidade social e econômica da região” (www.faep.com.br/noticias/030516b.asp, acessado 05/07/2010).

Segundo a convocação divulgada pela FAEP, através da sua assessoria de imprensa, os princípios defendidos pelas entidades eram:

- ✓ O setor agropecuário é de vital importância à sustentação da economia regional. De sua estabilidade, tranquilidade e de seus investimentos dependem diretamente todos os demais segmentos econômicos. A desestabilização do processo produtivo no campo gerará o caos, o desemprego e a miséria em nossas cidades;
- ✓ A ação irresponsável de falsas lideranças, estimulando invasões, em flagrante atentado a direitos constitucionais caracteriza clara intenção de afronta ao estado de direito que se pretende numa democracia real;
- ✓ A omissão de nossos governantes, que titubeiam na execução de seu compromisso de executar e fazer cumprir determinações da Justiça também se constitui num desrespeito ao Estado de Direito. Equivale a um alvará concedido por nossas autoridades, para que novas invasões aconteçam impunemente;
- ✓ Este clima de incerteza e apreensão, que se agrava no meio rural, já começa a se transferir também para o setor urbano, na medida em que a impunidade instalada no campo estimula a generalização das invasões. Propriedades legítimas já são visadas por movimentos dos sem-teto, por exemplo, gerando uma ação em cadeia, que levará também nossas cidades ao caos e desordem;
- ✓ As entidades signatárias da presente convocação entendem que este cenário de incertezas não pode manter-se indefinidamente, sob pena de prejuízos irreversíveis à estabilidade sócio- econômica regional e à própria manutenção da ordem constitucional. É imprescindível que os homens conscientes dos legítimos direitos legados pela cidadania, manifestem seu inconformismo através de manifestações práticas e concretas (www.faep.com.br/noticias/030516b.asp, acesso em 05/07/2010).

A mobilização teve início com uma carreta pelo centro de Cascavel, acompanhada do apelo para que os comerciantes, os industriais e também as cooperativas fechassem as portas durante 15 minutos, em sinal de protesto.

Um dos objetivos do manifesto era pressionar os deputados estaduais e federais a assumirem compromisso com a defesa da propriedade contra as ações de ocupação de terra realizadas pelo MST na região.

Além disso, com o ato público, as entidades organizadoras difundiram entre os quase dois mil participantes e a opinião pública, através das matérias publicadas pelos meios de comunicação, a idéia de que o Governo do Estado não estaria cumprindo a legislação, no que diz respeito às ordens de reintegração de posse. Alertou-se também sobre “a ameaça das

invasões de sem-terra e o recrudescimento da violência no campo” (Boletim Informativo FAEP, 28/07/2003).

Segundo Nelson Menegatti, Presidente do Sindicato Rural Patronal de Cascavel, “o movimento é um alerta contra a onda de intranquilidade e de violência, decorrentes das invasões de terras” (MENEGATTI, In: Boletim Informativo FAEP, 28/07/2003).

O mesmo discurso foi retomado por Valdir Lazarini, presidente da SRO, por ocasião da abertura da 24ª Expovel, no mês de novembro daquele ano. As ações do MST foram apontadas como a principal causa da insegurança no campo e de desestímulo ao produtor rural. Ao mesmo tempo em que afirmava ser a favor da reforma agrária, ressaltava que esta deveria ser realizada de maneira séria e comprometida com a produção e com a legalidade. Por isso, “não pode concordar com o desrespeito à lei, com invasões criminosas, o ócio à espera de cestas básicas e com a demora da justiça e principalmente dos governos, em fazer cumprir as ações de reintegração de posse” (LAZARINI, In: www.jhoje.com.br, 09/11/2003, p.10, acessado em 03/10/2009).

No mês de setembro de 2006, ao mesmo tempo em que uma Comissão Especial de Investigação⁶⁴, sobre a questão fundiária no Paraná, composta por deputados estaduais, elaborava seu relatório final sobre os conflitos de terra no Estado, um grupo de cerca de 100 famílias, acamparam às margens da rodovia 277, em frente a Fazenda Mascarello⁶⁵, em Céu Azul, no Oeste do Paraná. Em resposta, a SRO convocou seus associados a reagir e fecharam a rodovia por aproximadamente duas horas, nas proximidades do acampamento, afirmando que os acampados seriam retirados do local.

Alessandro Meneghel, afirmou na ocasião que “os produtores são contra as invasões de propriedades produtivas e que se precisar farão novos protestos” (MENEGHEL, In: www.jhoje.com.br, 05/09/2006, p. 9, acessado em 19/10/2009).

Em carta ao Governo do Estado e divulgada no dia 07/09/2006, entidades ligados aos setores rurais e urbanos de Cascavel, afirmavam que as ocupações de terra estavam desmotivando os produtores e instalando um clima de insegurança no campo e na cidade, sem precedentes e que a agricultura e a pecuária passavam pelo pior momento da história, conforme pode ser observado na publicação realizada através do jornal *Hoje*, de circulação regional.

⁶⁴ Faziam parte da CEI os deputados Elio Rusch (PFL), Barbosa Neto (PDT), Duílio Genari(PP), José Maria Ferreira (PMDB), Miltinho Puppio (PSDB) e Reni Pereira (PSB).

⁶⁵ A fazenda Mascarello estava sendo negociada entre o seu proprietário eo INCRA a quase dois anos, porém sem acordo. A ocupação tinha por objetivo pressionar o Incra a tomar uma posição.

IMAGEM 13: CARTA DIVULGADA PELAS ENTIDADES PARTICIPANTES DA PARADA DA PAZ SOCIAL

O PRODUTOR QUER RESPEITO

A insegurança causada pela onda de invasões de propriedades rurais no Paraná não tem precedente. A agricultura e a pecuária passam pelo pior momento da história, com os produtores rurais buscando uma saída para não sucumbir frente à política econômica do governo federal, que causou enormes prejuízos ao setor, sem contar as adversidades climáticas que reduzem a produção e fazem do agronegócio uma atividade de alto risco.

Não bastasse tudo isso, o campo vive constante insegurança pela ação de movimentos ditos sociais, que invadem, depredam, assaltam propriedades, sob a égide da reforma agrária, desrespeitando a Constituição Brasileira, que preserva o direito à propriedade. Vivemos em uma região exemplo para o mundo em produtividade, fruto do trabalho de homens abnegados que não mediram esforços para tornar as terras do Paraná férteis, a ponto de ser consideradas entre as melhores do mundo.

A crise do campo começa afetar significativamente as cidades, pois faltam investimentos no setor do agronegócio causada pela crise econômica e pela insegurança e face à vulnerabilidade das propriedades rurais perante as invasões de terra. Obrigamo-nos a uma reflexão de qual País queremos: Um país que seja respeitado pelo cumprimento da Lei e da ordem, ou um País onde o trabalho, a dignidade e a vida dos homens que produzem na terra nada valem.

As entidades representativas da sociedade abaixo nominadas, em apoio aos produtores rurais, e face aos recentes acontecimentos de invasões de terras no Oeste do Paraná, solicitam aos Governantes que PROTEJAM OS PRODUTORES RURAIS, fazendo cumprir as Leis vigentes de direito à propriedade, da reintegração de posse, mas sobretudo promova ações de policiamento para coibir definitivamente as invasões de terra, sob pena de termos em nosso País uma guerrilha instalada.

Tejmo José Kottwitz
CPF 152.175.227-00

[Assinatura]
Associação Comercial e Industrial de Cascavel – ACIC

[Assinatura]
Associação das Micro e Pequenas Empresas – AMIC

[Assinatura]
Câmara de Dirigentes Lojistas CDL

[Assinatura]
Sindicato dos Lojistas SINDILOJISTAS

[Assinatura]
Sindicato da Indústria da Madeira e do Imobiliário do Oeste do Paraná SINDMADEIRAS

[Assinatura]
Sindicato de Contabilistas de Cascavel SINCOVEL

[Assinatura]
Ordem dos Advogados do Brasil Subseção Cascavel/PR OAB

Fonte: www.jhoje.com.br, 07/09/2006, p. 9.

Na semana seguinte foi interditada a rodovia que dá acesso ao município de Corbélia como protesto contra o MST e o MLST (Movimento de Libertação do Sem-Terra) sob a justificativa de que estavam exigindo a reintegração de posse de áreas ocupadas no Paraná. Sobre a ocupação de terras pelo MST, Meneghel afirmou: “Isso é um crime organizado. Não vamos mais suportar essas situações que trazem problemas aos produtores que querem

trabalhar e são donos dos seus imóveis, pagando seus impostos em dia” (MENEGHEL, In: www.jhoje.com.br, 14/09/2006, p. 9, acessado em 19/10/2009).

O ano de 2006 realmente foi um ano de intensa mobilização por parte da SRO. Em 30 de novembro daquele ano, com apoio do Sindicato Rural patronal de Cascavel, organizou um bloqueio na rodovia BR 277, sentido Foz do Iguaçu, com o objetivo de impedir a passagem de integrantes do MST e da Via Campesina, que após participarem da I Jornada de Educação na Reforma Agrária, estavam se deslocando de ônibus, em direção ao campo experimental da empresa Syngenta Seeds, localizada em Santa Teresa do Oeste, desapropriada pelo Governo do Estado do Paraná e ocupado pelo Movimento, naquele ano⁶⁶.

A ação de interdição da rodovia foi realizada por cerca de 50 fazendeiros, em frente ao Parque de Exposições Celso Garcia Cid e do escritório da Sociedade Rural, sendo acompanhada pela Polícia Militar do Paraná. Diante da impossibilidade de continuarem trafegando, os integrantes do Movimento e da Via Campesina desceram dos ônibus com o objetivo de concluir o caminho a pé, pela pista contrária, da rodovia.

Os integrantes do MST e da Via Campesina realizariam um ato público contra o cultivo e a comercialização de sementes transgênicas, o que marcaria o encerramento *da I Jornada de Educação na Reforma Agrária* realizada em Cascavel, onde cerca de dois mil educadores e educandos debateram experiências desenvolvidas na área da Educação, em assentamentos e acampamentos do MST.

Houve confronto direto entre sem terras e os fazendeiros. Socos, pontapés e pauladas resultaram em feridos dos dois lados. Na ocasião, o Presidente da SRO, Alessandro Meneghel, anunciou: “Não vamos mais aceitar nossas propriedades serem roubadas. Se o governo não cumprir a lei nós vamos nos defender. O roubo será respondido” (Gazeta do Povo *on line*: 30/11/2006).

E ainda:

Não vamos ficar calados diante das ameaças de invasões de terra na nossa região. Vamos cobrar as reintegrações do governo e se isso não acontecer, os ruralistas vão fazer por conta própria” (...). Não somos homens de se acovardar para um bando de ladrões de terra (MENEGHEL, In: Jornal O Paraná, 30/11/2006, p. 9).

⁶⁶ O campo experimental da empresa Syngenta Seeds e ocupado pelo MST e pela Via Campesina foi palco do confronto que será tratado no decorrer deste capítulo.

IMAGEM 14: CONFRONTO ENTRE MST E SRO NA BR 277



Fonte: Jornal O Paraná do dia 01 de dezembro de 2006, p. 1(capa). Além do uso de cavalos pelos ruralistas (que não se restringe ao hipismo) também está em evidência a bandeira da SRO, os instrumentos por eles utilizadas, bem como os policiais que se aproximam para tentar evitar o confronto.

IMAGEM 15: AGRESSÃO CONTRA SEM TERRA NA BR 277 EM 2006

Fonte: Jornal Hoje, 01/12/2006, p. 1. A sequência das cenas abaixo demonstra a violência que marcou este confronto em frente às instalações do Parque de Exposições da SRO

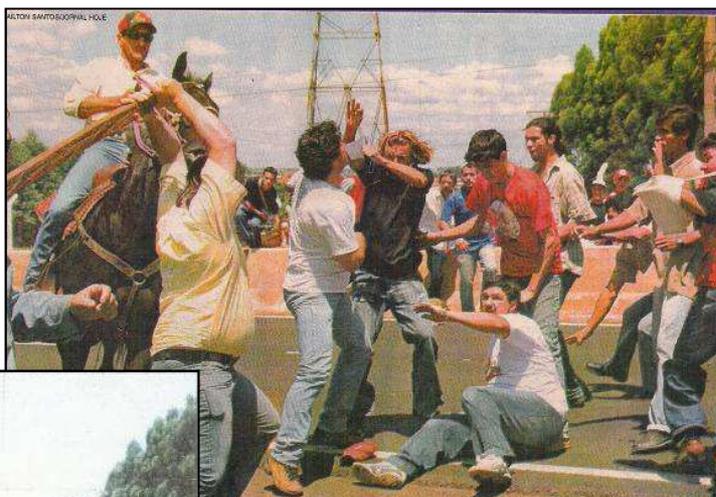


IMAGEM 16: VIOLÊNCIA CONTRA MST NA BR 277



Fonte: Jornal O Paraná, 01/12/2006, p.1. A distinção entre os lados no campo de batalha pode ser percebido pelos objetos e meios que utilizam e fazem parte da materialidade da luta de classes. Neste conflito a PM não agiu contra os sem terra e acabou tendo que fazer o papel do “deixa disto”, evitando a continuidade dos confrontos.

As imagens publicadas nos jornais *Hoje*, *O Paraná* de Cascavel, bem como no *Jornal da Ordem* - OAB Paraná, demonstram a firme posição dos ruralistas em enfrentar diretamente o Movimento, apesar de alegarem estarem apenas manifestando sua indignação, diante do anúncio pelo MST, de que haveria novas ocupações de terra na região. Munidos de barras de madeira (apropriadamente cortados e preparados, como indicam as imagens 15 e 16) aguardavam os manifestantes para o enfrentamento direto com violência. Já imagem 14 publicada no jornal *O Paraná* do dia 01 de dezembro de 2006 comprova esta organização prévia e motivação para o enfrentamento com violência. Nela é possível identificar até um “*pé de cabra*” nas mãos de um dos ruralistas e a presença da Polícia Militar do Paraná se aproximando a fim de impedir, sem sucesso, o confronto.

O presidente da SRO defendeu o uso da força, se necessário fosse, para garantir que as propriedades na região não fossem invadidas, argumentando que no Paraná não há terra para reforma agrária e que não aceitariam mais outra posição que não fosse a segurança de suas propriedades.

Além da posição firmada pela SRO de usar de todos os meios contra o MST, a tentativa de impedir a marcha dos integrantes do Movimento e da Via Campesina ao campo experimental da Syngenta Seeds, possuía um caráter político e ideológico, uma vez que, a SRO se posiciona de modo contrário ao projeto de cultivo agroecológico.

Alessandro Meneghel defende que as ações do MST têm impossibilitado a necessária segurança para que os proprietários possam trabalhar e que se não produzirem faltará alimento na cidade e que por esta razão seria instalado o caos social. Ao mesmo tempo, defende que se o governo não punir os sem terras estará demonstrando que não cumpre seu papel de defensor da propriedade privada, colocando em risco a estabilidade e a segurança social, deixando clara a sua concepção acerca do papel das instituições: manter a ordem para que haja progresso. O progresso dos grupos a quem representa.

Ao afirmar que o Estado deve atender as reivindicações do “setor produtivo”, uma vez que pagam seus impostos, o líder da SRO desvirtua tanto o papel do Estado quanto à destinação prevista para a arrecadação fiscal, dando a impressão de que só eles pagam impostos e que o governo deve estar a seu serviço.

Diante da condição de suposto abandono do Estado frente ao “setor produtivo”, afirmavam ser legal e legítimo, tomarem para si a responsabilidade de garantir a segurança de suas propriedades. O caminho escolhido pelos ruralistas foi a contratação de empresas privadas de segurança. Para justificar esta atitude, que se contrapõe abertamente aos princípios do Estado de Direito, a quem cabe legalmente, o direito exclusivo do uso da força,

Alessandro Meneghel, presidente da SRO afirmou: “O maior problema é que nós não temos proteção do próprio governo a quem nós pagamos” (MENEGHEL, In: http://novo.mnp.org.br/index.php?pag=ver_noticia&id=399062, acessado em 10/07/2010).

A ação de milícias privadas a serviço do latifúndio, a pistolagem, a violência sistematizada, foram e continuam sendo os instrumentos do latifúndio contra os que lutam pela democratização do acesso à terra no Brasil. A comissão Pastoral da Terra publica anualmente o relatório sobre os conflitos no campo. Estes relatórios nos permitem perceber que o trabalho escravo, o desrespeito à legislação trabalhista, as ameaças de morte e os assassinatos ainda fazem parte da rotina dos trabalhadores do campo.

TABELA 07: COMPARAÇÃO DOS CONFLITOS NO CAMPO BRASILEIRO (1997-2006)

Conflitos por terra no Brasil	1997	1998	1999	2000	2001
Ocorrência de Conflitos	195	152	277	174	366
Ocupações	463	599	593	390	194
Acampamentos	0	0	0	0	65
Total	658	751	879	564	625
Assassinatos	29	38	27	20	29
Pessoas envolvidas	477.105	662.590	536.220	439.805	419.165
Hectares em disputa	3.034.706	4.060.181	3.683.020	1.864.002	2.214.930

Conflitos por terra no Brasil	2002	2003	2004	2005	2006
Ocorrência de Conflitos	495	659	752	777	761
Ocupações	184	391	496	437	384
Acampamentos	64	285	150	90	67
Total	743	1.335	1.398	1.304	1.212
Assassinatos	43	71	37	38	35
Pessoas envolvidas	425.780	1.127.205	965.710	803.850	703.250
Hectares em disputa	3.066.436	3.831.405	5.069.399	11.487.072	5.051.348

Fonte: CPT- Conflitos no Campo, 2006, p. 14.

Os Estados do Pará e do Maranhão estão entre aqueles que apresentam os piores índices de violência no campo. Porém, o Estado do Paraná também se destaca neste lamentável cenário.

Os oito anos do governo de Jaime Lerner no Paraná, segundo a Comissão Pastoral da terra – Regional do Paraná, foram marcados pela repressão, despejos, atentados, assassinatos e outras formas de violência, que deixaram, entre 1998 e 2003:

16 pessoas assassinadas, 31 vítimas de atentados, 47 ameaçadas de morte, 7 vítimas de tortura, 324 feridas, 488 presas, em 134 ações violentas de despejo que espalharam terror por todo o Paraná, ações estas resultantes do pacto anti-reforma agrária firmado entre o governo Lerner e os latifundiários paranaenses, associados à União Democrática Ruralista e suas afiliadas” (<http://www.cpt.org.br/?system=news&action=read&id=136&eid=128>, acessado em 07/07/2010).

Por sua vez, durante os governos de Roberto Requião (2003-2010) passou-se a adotar uma postura de negociação e de mediação nos conflitos agrários no Paraná, afirmando que estes eram um problema social e não um caso de polícia. Isso não significou, contudo, que o Estado deixou de atuar em ações de reintegração de posse. Estas continuaram a ser feitas, porém de modo negociado e pacífico.

Por outro lado, os grandes proprietários rurais esperavam o enfrentamento direto, através Polícia Militar, em despejos e reintegrações de posse.

Como não foi esta a postura adotada pela Secretaria de Segurança Pública do Paraná, os grandes produtores rurais da região Oeste do Estado criaram o Movimento dos Produtores Rurais (MPR), em abril de 2007, sob a liderança do presidente da SRO, Alessandro Meneghel. Por não possuir identidade jurídica, o Movimento poderia agir com maior autonomia e liberdade, defendendo os interesses de grandes proprietários da região e de modo específico no combate ao MST.

Darci Frigo, da ONG Terra de Direitos⁶⁷ explica que:

Esse movimento dos produtores rurais é uma expressão meio atravessada dessas organizações patronais que não querem se mostrar publicamente, daí criam essas fantasias, mas na verdade, são as organizações tradicionais, como a Sociedade Rural, FAEP, essas são as verdadeiras organizações que sustentam e que mantém inclusive essa posição contrária aos movimentos sociais e que legitimam a ação desses grupos (FRIGO, 2007).

A criação do movimento (MPR) foi divulgada pela imprensa escrita regional e nacional, e em emissoras de rádio e televisão regionais, bem como os jornais *Globo on line*, *O Estado de São Paulo on line*, *o Jornal da Tarde*, entre outros.

⁶⁷ Terra de Direitos é uma Organização Não Governamental criada em 2002 com o objetivo de atuar na assessoria, defesa jurídica e promoção dos direitos humanos, principalmente dos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais respondendo por casos encaminhados por movimentos sociais e organizações da sociedade civil envolvendo situações de violação aos direitos humanos, tendo se apresentado como interlocutora com os poderes públicos, na formulação e apresentação de denúncias em âmbitos nacional e internacional. A Terra de Direitos desenvolve pareceres, pesquisas e relatórios para analisar políticas públicas, legislações, ações judiciais e outros documentos relacionados aos direitos humanos. Também integra espaços de articulação da sociedade civil, além de promover ações para formação em direitos humanos e incidência. (<http://terradedireitos.org.br/sobre/>).

A justificativa do então presidente da Sociedade Rural do Oeste, Alessandro Meneghel para a reintrodução das milícias armadas nos conflitos fundiários, seria a necessidade de aumentar a segurança e a paz no campo.

Porém, as ocupações de terra não podem ser consideradas como saque, assalto ou roubo, uma vez tem por objetivo denunciar irregularidades, pressionar os órgãos competentes pela realização da Reforma Agrária, além de tentar redefinir as prioridades das políticas agrárias e agrícolas, ao contrário do que afirmam os grandes proprietários.

Não temos garantia que o governo cumpra as reintegrações de posse. Temos 90 fazendas invadidas no Paraná e muito poucas reintegrações. Por ser uma propriedade privada, os donos das fazendas têm o direito de garantir a segurança de suas terras, pois o governo não está fazendo a parte dele (MENEGHEL, In: Agência do Estado On line, 2007).

Segundo Meneghel, o objetivo fundamental do MPR seria a organização dos proprietários rurais e a arrecadação de recursos para financiar a contratação de empresas privadas de segurança, que tomariam para si o papel de garantir que nenhuma propriedade rural fosse alvo do MST e caso isso ocorresse, estas empresas seriam responsáveis por realizar a sua desocupação.

A primeira ação do MPR ocorreu na Fazenda Gasparetto, no município de Lindoeste, onde seguranças contratados realizaram o despejo violento de 60 integrantes do Movimento de Libertação dos Trabalhadores Sem Terra (MLST) que resultou em 5 sem-terras feridos. Sobre a ação, Meneghel afirmou: “A cada ação dos sem-terra haverá uma reação dos ruralistas” (MENEGHEL, In: <http://www.mst.org.br/node/4065>, acessado em 09/06/2010).

E em julho de 2007, outra situação ocorreu. Um tiroteio foi efetuado contra o Assentamento Olga Benário, nas proximidades da Empresa Syngenta Seeds.

Porém, a ação mais violenta foi realizada em 21 de outubro de 2007, no município de Santa Tereza do Oeste, no acampamento Terra Livre. Um grupo de seguranças da empresa privada NF Segurança, atacou o acampamento da Via Campesina e do MST instalado na área da empresa Syngenta Seeds, o que resultou no assassinato do líder sem terra Valmir Mota de Oliveira, conhecido como Keno.

A empresa NF Segurança havia sido contratada pelo MPR e também teve um de seus seguranças morto. Vários membros do acampamento ficaram feridos.

Também em abril de 2008 na página policial do jornal “*O Paraná*” foi divulgado que “bando armado ataca acampamento”, referindo-se ao ocorrido no acampamento Dorcelina Folador, no Complexo Cajati, no distrito de Rio do Salto.

Na madrugada de 04 de abril houve disparos, destruição de barracos e agressões a sem terras.

Novamente na madrugada de 8 de maio de 2008, uma milícia privada atacou o acampamento do MLST, com mais de 150 famílias acampadas, localizado na BR 369, entre os municípios de Cascavel e Corbélia. O ataque começou às 4h da manhã, quando homens fortemente armados invadiram o acampamento “Primeiros Passos”, na fazenda Bom Sucesso, com tratores, retro-escavadeiras, destruindo, com auxílio do “caveirão do agronegócio”⁶⁸, toda a plantação e as estruturas do acampamento, inclusive uma escola e uma igreja.

O conjunto destes eventos resultou na vinda à Cascavel, de uma Comissão de Deputados Estaduais e Federais, relatores da Plataforma Dhesca Brasil e do próprio Governador do Estado, com o objetivo de levantar informações e acompanhar as investigações a respeito das mortes ocorridas na Empresa Syngenta e dos acontecimentos no acampamento “Primeiros Passos”.

Pela retórica produzida pelas lideranças dos grandes proprietários rurais da região Oeste do Paraná percebe-se que estes buscavam legitimar o uso da violência sistematizada contra os trabalhadores sem terra, justificando-a como necessária para defender a propriedade privada, por sua vez entendida, como algo natural e inquestionável, uma vez que seria resultado do trabalho dos produtores rurais. Também afirmavam que estas ações tinham legitimidade, tendo em vista a ausência do Estado no seu papel de garantir a ordem e o respeito à propriedade privada.

Portanto, na região de Cascavel, assim como em todo território brasileiro, são recorrentes os registros de violência contra os trabalhadores do campo praticada por vezes pelo Estado, através dos seus aparatos e aparelhos de controle e coerção, e por milícias privadas, em parte pela certeza da impunidade, já demonstrada em muitos casos, e também pela naturalização do uso da violência como recurso dos grandes proprietários para frear a ação de movimentos sociais.

Regina Bruno, analisando as classes dominantes no campo brasileiro, afirmou que seu perfil pode ser marcado por dois traços principais: “a defesa da propriedade como direito absoluto incontestável, algo naturalmente herdado ou adquirido pelo trabalho e a violência como prática de classe” (BRUNO, 2003, p. 284-310).

⁶⁸ Denominação dada ao caminhão adaptado e usado por fazendeiros (MPR) em situações de despejo e ou atos públicos contra o MST. O caminhão possui uma grade de ferro conhecida como quebra-mato e foi utilizado para destruir os barracões, a Igreja e a Escola no acampamento “Primeiros Passos” do MLST. Possui uma carroceria blindada com pequenas janelas. Recebeu esta denominação em analogia aos carros blindados usados pela polícia em ações nas favelas do Rio de Janeiro. Ver imagem em: http://www.direitos.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=4545&Itemid=1.

Segundo a autora:

a violência das classes e grupos patronais do campo é estruturante e expõe os componentes de velhos e novos padrões de conduta. Não se trata de um ato individual e esporádico, é uma violência ritualizada e institucionalizada, que implica a formação de milícias, a contratação de capangas, a lista dos marcados para morrer e os massacres (BRUNO, 2003, p. 284-310).

Deste modo, as ameaças e ações se tornam cada vez mais ousadas e planejadas, inclusive com o uso de instrumentos mais sofisticados para destruição de acampamentos, a exemplo do assim chamado “*caveirão do agronegócio*”, utilizado em desocupação de áreas rurais pelo Movimento dos Produtores Rurais, e através de “Empresas Privadas de Segurança” contratadas para este fim.

Outra manifestação de violência contra os trabalhadores rurais sem terra e contra suas lideranças é a sistemática desqualificação dos mesmos, promovida pelos grandes proprietários rurais e seus interlocutores na imprensa, de forma direta ou camuflada. Expressões como *bando de vagabundos, desordeiros, terroristas e baderneiros* são comuns em suas falas na imprensa local e regional. Darci Frigo afirma que esta desqualificação é manifestação de uma herança cultural patriarcal e escravista, fundada na desigualdade e exclusão que ainda impera na sociedade brasileira.

A desqualificação vem desse processo que tem raízes profundas na nossa sociedade, que não consideraram os trabalhadores, os indígenas, os sem-terra, os negros como sujeitos dentro da sociedade, como possibilidade de eles também serem sujeitos de direito e o processo de desqualificar as pessoas, ou desqualificar os movimentos sociais é exatamente pra evitar que eles possam finalmente colocar a nu, essa estrutura desigual em que vivemos, na nossa sociedade (FRIGO, 2007).

A violência simbólica é a relação social que tem por objetivo anular os sujeitos sociais por ela vitimados, através de diferentes mecanismos de coerção e desqualificação. Esta violência tem no discurso massificador, um dos seus instrumentos de poder e de reificação, na medida em que difunde valores e constrói consenso. Desqualificando os que lutam, busca-se desqualificar a própria luta. Trazendo as questões agrárias para o campo da moral, os latifundiários tentam desviar o foco do problema central, relativizando a concentração da propriedade da terra, colocando em dúvida a legitimidade daqueles que lutam pela terra e a própria luta.

Por outro lado, a violência sistemática contra os trabalhadores do campo fez surgir organizações, Movimentos e ações do Estado e da sociedade civil no sentido de denunciá-la e combatê-la. Ao mesmo tempo, assessoram juridicamente as vítimas, na busca pela reparação do seu direito a exemplo da Comissão Pastoral da Terra e da organização não-governamental “Terra de Direitos”, entre outros.

Também a ambigüidade existente em torno de conceitos como ocupação e invasão, terra produtiva e improdutiva, reivindicados por um lado pelos movimentos sociais e por outro pelos latifundiários e seus representantes, evidencia muito mais que uma simples disputa de significados ou de interpretação da lei. De acordo com Medeiros “por trás dessa disputa semântica há um esforço de recobrir práticas violentas, sempre em nome do direito de propriedade” (MEDEIROS, 1996, p.10).

Porém, a violência contra os trabalhadores do campo não pode ser compreendida na mesma dimensão daquela que se manifesta em crimes comuns, de motivações variadas. O elemento motivador tem sido principalmente, o desrespeito à legislação trabalhista e as disputas em torno da conquista ou manutenção do direito de propriedade da terra.

Como diz Medeiros “A violência como forma de tratamento dos trabalhadores do campo é parte integrante do chamado padrão tradicional de dominação na história brasileira” (MEDEIROS, 1999, p. 126).

Para exemplificar, a autora cita os massacres indígenas, a escravidão negra, a subordinação dos homens “livres pobres”, as formas de controle impostas aos colonos europeus que vinham trabalhar nas lavouras de café. Mas teria se manifestado mais fortemente “em situações de resistência coletiva, como as de Canudos e do Contestado, nas quais o Exército foi chamado a intervir” (MEDEIROS, 1999, p. 126-141).

Ainda segundo a Medeiros:

A violência tem “uma natureza estrutural e se inscreve como uma das faces da cultura política brasileira, em especial, mas não exclusivamente, no meio rural. Dessa forma, é possível afirmar que ela persiste, reproduz-se e, em algumas situações particulares, intensifica-se, alimentada por interesses ligados à propriedade da terra” (MEDEIROS, 1999, p.126-141).

Considerando as ações de enfrentamento com os trabalhadores sem terra, a condição em muito se assemelha. Ao mesmo tempo em que os grandes proprietários rurais inserem suas propriedades nas dinâmicas da mecanização, da financeirização, do avanço tecnológico da biotecnologia que marcam as relações de produção a partir da década de 1980, ainda mantém formas de controle e confronto sociais, supostamente superadas pelo Estado de Direito formal.

No Oeste do Paraná, a dita ausência do Estado legitimaria a ação das entidades representativas dos agropecuaristas, principalmente a Sociedade Rural do Oeste em “agir por conta própria”. As ocupações de terra seriam contidas pela ação de um grupo de segurança privada contratado pelo MPR e mantido através de doações mensais de 100 a 200 reais pelos associados. Estes seguranças à serviço, além de impedir novas ocupações, ficariam responsáveis pela retirada de sem terra de áreas já ocupadas. Segundo Meneghel:

É um fundo para quando houver alguma invasão e tivermos que contratar segurança ou advogado, o que for preciso para defender o direito de propriedade. Não estamos contratando pessoas para machucar ninguém, não tem nada de pistoleiro, são profissionais de empresas de segurança legalmente constituídas
(<http://www.agroredenoticias.com.br/textos.aspx?u3ymhc4xCZ8ErQEu69T52A>, acessado em 08/06/2010).

Naquele momento acirraram-se os confrontos com os movimentos sociais de luta pela terra no Oeste paranaense e a Sociedade Rural manteve o papel de organizadora e interlocutora dos grandes proprietários rurais, passando a enfrentar abertamente os movimentos dos trabalhadores sem terra, sobretudo do MST, através da criação do Movimento dos Produtores Rurais (MPR), em 25 de abril de 2007, sob a coordenação do então presidente da SRO, Alessandro Meneghel.

No início do século XXI, a região Oeste vivia um período de tensão que havia se intensificado ainda mais a partir dos últimos meses de 2007, quando houve o confronto que resultou na morte de um líder do MST e um segurança, na área da empresa Syngenta Seeds, ocupada pelo MST e pela Via Campesina.

Naquele ano, várias situações de confronto, envolvendo trabalhadores sem terra e fazendeiros aconteceram na região, a exemplo do ataque e a destruição do acampamento do MLST, as margens da rodovia 369 em Cascavel, a invasão ao acampamento do MST Dorçalina Folador, no distrito de Rio do Salto. A imprensa regional noticiou amplamente o que seria a eminência de um confronto aberto entre fazendeiros e trabalhadores sem terra.

- ✓ “Fazenda Bom Sucesso - MLST fecha rodovia e pede solução ao Inca. Integrantes querem a desapropriação urgente da área” (In Jornal O Paraná, Caderno cidades, 29/03/2008, p.11).
- ✓ “Ruralista quer tolerância zero ao MST” (In Jornal O Paraná, Ano 32, Nº 9.616, 18/04/2008, p. 12).
- ✓ “Campo minado: Bando armado ataca acampamento” (In Jornal O Paraná, 05/04/2008, p.14).
- ✓ “Confronto: integrantes do movimento acusam milícia armada” (In Jornal Hoje, 05/04/2008, p. 16).
- ✓ “Complexo Cajati - Sem-terra sofrem atentado. Grupo de homens vestidos de preto e encapuzados agrediram os acampados no local” (In Gazeta do Paraná, Caderno dia a dia, 05/04/2008, p.4).
- ✓ “A guerra está declarada” (In Jornal O Paraná, Ano 32, Nº 9.632, 09/05/2008, capa).
- ✓ “Fazenda Bom Sucesso: novo confronto deflagra ‘guerra’ no Oeste” (In Jornal O Paraná, Ano 32, Nº 9.632, 09/05/2008, p.10).
- ✓ “MST é caso de polícia e não de política, diz FAEP” In Jornal O Paraná, Ano 34, Nº 10.176, 02/11/2009, Capa).
- ✓ “Intervenção Federal é alternativa para fazer cumprir a lei” (In: Jornal O Paraná, 06/04/2010, Ano 34, Nº 10.319, p. A4-A5).

Para os grandes proprietários rurais, parece ser conveniente, em diferentes momentos da história regional, fazer uso do discurso de que se o Estado não faz, cabe a sociedade (eles) fazê-lo. Isto ocorre sempre que sua condição se mostra ameaçada ou confrontada. Justificam, desta maneira, por um lado, o uso da força e por outro, explicitam sua concepção acerca do papel do Estado: O defensor da propriedade e o aplacador dos conflitos sociais.

A ausência do governo do Estado, ou a sua suposta aliança com o MST é apontada pelos fazendeiros com a razão central de todos os conflitos. Segundo eles, uma vez que o Poder Executivo não cumpre as decisões de reintegração de posse expedidas pelo Judiciário, estaria incentivando novas ações do Movimento, promovendo a desrespeito a Lei e assumindo uma condição de parcialidade a favor do MST.

No dia anterior ao manifesto, estiveram na cidade dois pesquisadores da Anistia Internacional para o Brasil, a fim de avaliar informações recebidas sobre os constantes conflitos de terra na região e sobre a presença ativa de empresas como a NF Segurança, apesar de ter sido diretamente envolvida no conflito na Syngenta, e sob investigação da Polícia Federal.

Diante disso, em maio daquele ano (2008), foi organizado um *tratoração* pela SRO, com apoio do MPR e de diversas entidades locais, prefeitos e deputados estaduais e federais com o objetivo de manifestar seu repúdio a esta posição que o governador Requião teria tomado, para pressionar os representantes políticos a assumirem posição a favor dos ruralistas, contra a reforma agrária.

Além disso, ficou evidente a condição de rejeição à presença das Comitivas de Deputados e de Defesa dos Direitos Humanos, que tinham por objetivo investigar as mortes ocorridas na Syngenta e denúncias de que os grandes proprietários rurais estariam constituindo milícias rurais particulares para enfrentar os sem-terra.

Para tanto, novamente são assumidos os mesmos discursos: A defesa da Lei, o respeito à propriedade, a importância do setor agropecuarista para alimentar a população do país e do mundo, a busca da paz no campo e as críticas ao governador Requião.

Em marcha pela Avenida Brasil, no centro de Cascavel, com tratores, colheitadeiras, caminhonetas, caminhões e *montados a cavalo*, levando as bandeiras do Brasil, do Paraná, de Cascavel, da SRO e das demais entidades que apoiaram o manifesto, ao som do Hino Nacional Brasileiro, os organizadores solicitavam apoio aos comerciantes, que em sinal de protesto, deveriam amarrar faixas pretas nas portas dos seus estabelecimentos.

IMAGEM 17: TRATORAÇÃO NA AVENIDA BRASIL EM CASCAVEL



Fonte: Jornal Hoje, 17/05/2008

Faixas afixadas em tratores e caminhões expressavam a posição dos ruralistas:

- ✓ “Não somos contra a reforma agrária, desde que seja feita nos termos da lei”. (SRP)
- ✓ “Hoje a corrupção. Amanhã morto por um ladrão”. (MPR)
- ✓ “Governador, queremos produzir alimentos. Cumpra os mandados de reintegração”. (SRO)
- ✓ “Menos invasão. Mais produção”. (MPR)
- ✓ “Reforma Agrária não se faz com injustiça”. (Sindilologista)
- ✓ “Você se alimentou hoje? Quem produziu não foi um sem-terra”. (SRO)
- ✓ “Produção sim, violência não”. (ACIC)
- ✓ “Governador: descumprir ordem judicial de reintegração é violar a lei duas vezes”. (SRO)

Além da carreata ou tratoração, um ato público foi organizado em frente a catedral Nossa Senhora Aparecida, no centro de Cascavel, no qual estiveram presentes, além dos dirigentes das entidades que organizaram e apoiaram a manifestação, os deputados estaduais Edgar Bueno (PDT, Cascavel), Elio Rusch (DEM, Marechal Candido Rondon), e Duílio Genari (PP, Toledo), e os deputados federais Eduardo Sciarra (DEM, Cascavel), Dilceu Sperafico (PP, Toledo) e Alfredo Kaefffer (PSDB, Cascavel), conforme demonstra a imagem abaixo:

FOTO 6: ATO PÚBLICO DOS RURALISTAS EM CASCAVEL/2008



Fonte: ADAMY, Irene Spies. 16/05/2008. (Arquivo da autora).

Pela fotografia é possível visualizar a participação de deputados federais como Eduardo Sciarra, Alfredo Kaefer e Dilceu Sperafico e de deputados estaduais Elio Rusch e Edgar Bueno além de representantes das entidades que apóiam o ato público. Em evidencia está, neste registro, Alessandro Meneghel que discursa aos presentes.

Os objetivos da manifestação foram oficialmente apresentados após o desfile realizado pela Avenida Brasil. Destacavam os ruralistas, que através daquela movimentação, desejavam demonstrar a sua indignação diante dos seguintes fatos:

- ✓ Invasões de terra em desrespeito à Constituição;
- ✓ Desrespeito às ordens de reintegração de posse por parte do Governador Roberto Requião;
- ✓ Repúdio as declarações injuriosas por parte do Governador Roberto Requião em face dos agricultores paranaenses;
- ✓ Repúdio à visita dos deputados que ouviram e relataram fatos unilateralmente, ou seja, não abriram diálogo com os produtores, fato que demonstra que não estão preocupados em solucionar os conflitos agrários nem tampouco discutir a reforma agrária, com o único intuito de angariar votos dos ditos movimentos sociais.

Em seu pronunciamento, Alfredo Kaeffer deixou evidente a pauta do movimento e o consenso existente nos discursos proferidos. Disse: “a tecla realmente é a mesma. É o Estado de Direito, é o direito da propriedade que não está sendo respeitado” (KAEFFER. Discurso proferido no Tratoração e gravado pela autora).

O presidente do Sindicato Rural, Nelson Menegatti, em seu discurso agradeceu aos “amigos agricultores” por produzirem os alimentos que o Brasil precisa para manter a sua balança comercial favorável.

Vejam meu povo, estamos aqui clamando pelos nossos direitos, queremos ser respeitados como agricultores. Sem nós o Brasil não se alimenta. Imagine meu povo, nossa terra lotada de bandeiras vermelhas, o que comeríamos? Queremos nossa terra com as bandeiras verdes da soja e amarela do milho e branca do trigo e da paz (MENEGATTI. Discurso proferido no Tratoração e gravado pela autora).

O presidente da SRO, recebido com gritos e aplausos, leu um discurso (transcrito na íntegra, abaixo) em que destacava que aquele era, sem dúvida, um dia histórico na luta dos agropecuaristas, pois estavam mostrando a sua capacidade de organização e de manifestar indignação:

Obrigado, obrigado minha gente. Bom, boa tarde a todos, boa tarde meus amigos que estão aqui. Quero agradecer as autoridades presentes: o senhor

Helio Rusch, Edgar Bueno, senhor Eduardo Sciarra, Duílio Genari, Alfredo Kaeffer e Dilceu Sperafico. Quero também agradecer aos presidentes das entidades que estão nos apoiando. Eu fico honrado de tê-los como companheiros por essa luta, que eu acho que é uma luta de todos nós. É um direito e o Estado de Direito. Não tenho dúvida de que hoje estamos vivendo um dia histórico. Estamos mostrando que o setor produtivo, as pessoas que geram emprego e oportunidades também sabem se mobilizar e manifestar indignidade. [indignação?] Um dia histórico também, *por aqui termos as lideranças empresariais e políticas, irmanados com as entidades rurais*. É uma demonstração de maturidade e de reconhecimento da importância do campo para os negócios da cidade. E vejam bem, aqui não tem ninguém armado, nossa arma é a nossa indignação com a invasão da terra, nossa arma é o grito pelo direito da propriedade, nossos blindados são esses tratores e máquinas que estão aqui. Lamento que a Anistia Internacional e a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados não estejam aqui para olhar na cara das pessoas que estão aqui, para apertarem na mão calejada desses homens do campo, para olhar no olho inquieto e intranquilo de quem acorda cedo para trabalhar e a primeira coisa que faz é olhar para sua terra para ver se ainda não foi invadida. Não somos bandidos, governador, somos produtores do alimento que é servido para o senhor, na sua mesa farta do Palácio do Iguazu. Exigimos respeito. (Aplausos) Muito obrigado minha gente, e parabéns pra todos aí (MENEGHEL. Discurso proferido no *Tratoração* e gravado pela autora, grifo meu).

O deputado federal, Eduardo Sciarra, presente no “Tratoração, teceu críticas contra a falta de ação do Governo do Estado que pela sua ausência estaria possibilitando o desrespeito ao Estado de Direito, e classificou as ações do MST como terrorismo.

É importante que a gente possa mostrar pra sociedade da nossa região do Paraná e do Brasil, esses fatos que estão acontecendo com a leniência do Governo do Estado do Paraná e do Governo Federal. Os atos que estão acontecendo, de invasão de propriedades privadas, invasão de prédios públicos, fechamento de ferrovias, fechamento de rodovias, invasões de praças de pedágio, no meu modo de entender são atos de terrorismo e é como tal, que eles deveriam ser classificados. Não é possível que a gente assista quieto o desrespeito à lei, o desrespeito ao Estado de Direito da forma como vem acontecendo no Paraná e no Brasil (SCIARRA. Discurso proferido no *Tratoração* e gravado pela autora).

O deputado estadual Elio Rusch afirmou que todos, de sã consciência no Brasil, sabem da necessidade da reforma agrária, mas apenas para aqueles que precisam da terra e que dela vivem e que para tanto devem ser seguidos os parâmetros da legalidade.

Nós sim queremos respeito à Lei, a ordem e a paz no campo. Se nós olharmos para o nosso pavilhão nacional, [estende a mão em direção a bandeira do Brasil] estão escritas duas palavras: Ordem e Progresso. Aonde existe ordem existe progresso. E não dá pra desassociar as duas. E o que nós defendemos é exatamente a ordem. O cumprimento da Lei. Nós vivemos num país de Estado de direito democrático, aonde a legislação tem que ser

respeitada. Vamos fazer reforma agrária sim, comprando as propriedade e assentar as famílias. Mas, terra invadida, não pode ser objeto de desapropriação para a reforma agrária. Caso contrário, o governo estará incentivando para que outras propriedades sejam também invadidas. Este é o nosso pensamento. Vamos continuar defendendo o direito à liberdade, à ordem, à justiça, mas, acima de tudo, defender aquilo que é nosso (RUSCH. Discurso proferido no *Tratoração* e gravado pela autora).

O deputado federal Dilceu Sperafico manifestou seu apoio aos agropecuaristas também buscando amparo na lei para justificar a defesa ao direito de propriedade.

Nós apoiamos esse movimento porque somos radicalmente contra a invasão de terra. A invasão de terra é contra a Lei. Está na Constituição Brasileira que nós temos o direito da propriedade e ela deve ser respeitada. E, por outro lado, quando existe que a lei é violada, como numa invasão, a Justiça está aí pra determinar. E nós temos visto que a Justiça aqui no Paraná tem determinado a reintegração de posse, porém ela nunca é respeitada. Mais de 70 propriedades do Paraná com direito à reintegração de posse e sem ser cumprida. Isso é o que nós queremos protestar. Isso que nós queremos dizer, que essas pessoas investidas do poder, não respeitam a Lei. Essas pessoas que deveriam ser as primeiras a respeitar a lei, respeitar o cidadão, não o estão fazendo. Por isso que eu me solidarizo com vocês e com todas as entidades que estão aqui (SPERAFICO. Discurso proferido no *Tratoração* e gravado pela autora).

O então deputado estadual e atual prefeito de Cascavel, Edgar Bueno responsabilizou o Governador do Estado pelos conflitos que estavam ocorrendo na região, pelo seu desrespeito à lei e aos proprietários rurais.

Nós podemos credenciar agora o chefe da baderna. Não tem outro homem senão o Governador Roberto Requião, que não respeita a Lei, que não respeita quem trabalha, que não respeita o homem de mão calejada, que lutou, que desbravou, que transformou a nossa região, pagou a sua propriedade e hoje se vê impedido de entrar na sua própria casa. Eu sou pela ordem, sou pela Lei, sou pela paz. Eu estou aqui nesse momento, convocando todas as forças políticas, como estão dando demonstração, convocando todas as entidades, pra que a gente possa buscar um entendimento. E se não é possível através da evocação da Lei, convencer o Governador que seja através desse protesto de rua que nós estamos fazendo hoje (BUENO. Discurso proferido no *Tratoração* e gravado pela autora).

A organização de atos públicos a exemplo do *Tratoração* vai além da pura manifestação de indignação e reivindicação da classe agropecuarista, uma vez que o discurso realizado é unificador, em torno de questões que atingem a sociedade como um todo. Produção de alimentos, segurança, paz no campo e na cidade, defesa da propriedade são apresentados como problemas de todos. Portanto a SRO, apresenta-se como a defensora dos direitos de todos e, por isso, merece o apoio de todos, inclusive dos parlamentares que em tese representariam aos anseios e às necessidades de toda região.

Este discurso unificador e massificador impede que as contradições de classe sejam facilmente perceptíveis.

Outra ação organizada pela SRO, na defesa da propriedade privada da terra foi a edificação do “*Monumento da Resistência dos Produtores*”, a exemplo do que já ocorreu em outros momentos da história local, quando se percebe a intenção, via de regra, do poder público municipal, de estabelecer um marco do que deveria ser registrado e lembrado.

Praças, estátuas, obeliscos, memoriais e painéis são representações da intencionalidade de determinados grupos sociais, a fim de firmarem seu registro e lugar na história, buscando legitimar sua condição de sujeitos.

A definição e preservação de determinados lugares do patrimônio material e imaterial, como espaços de memória, expressa a intencionalidade e o poder que determinados grupos sociais possuem para definir e promover lembranças ou esquecimentos, mudanças ou permanências, valores, convenções e verdades históricas.

Com a construção de monumentos, busca-se evidenciar referenciais específicos sobre o passado no presente de diferentes grupos sociais, a fim de criar uma memória coletiva entre seus pares e para com os demais grupos sociais.

Entende-se que os lugares de memória são definidos como campos de disputa política, onde determinados grupos buscam a legitimação de idéias, valores e atitudes, buscando construir ou manter sua hegemonia, através da definição do que a sociedade deve lembrar e o que deve ser esquecido. Pierre Bourdieu nos lembra que a construção ou manutenção da hegemonia, é também a construção de poder simbólico ou de valores culturais.

Neste sentido podemos compreender o *Monumento da Resistência dos Produtores*, construído em frente ao parque de exposições da SRO, em Cascavel, onde ocorreu a confronto em 2006 entre ruralistas, integrantes do MST, da Via Campesina e participantes da Jornada de Agroecologia.

Produzido em 2007, pelo artista cascavelense, Dirceu Rosa⁶⁹ (conforme consta ao lado da assinatura do artista) mas oficialmente inaugurado pela SRO, em ato público, no dia 28 de agosto de 2008, com o objetivo de demonstrar a unidade dos agropecuaristas em torno da defesa da propriedade privada da terra. O monumento foi apresentado como uma homenagem àqueles produtores rurais que têm resistido às invasões e ao MST.

FOTO 07: MONUMENTO DA SRO PELA RESISTÊNCIA DOS PRODUTORES EM DEFESA DO DIREITO À PROPRIEDADE



Fonte: ADAMY, Irene Spies. 19/06/2010. (Arquivo da autora). As fotografias são o registro do monumento edificado pela SRO para homenagear “àqueles que resistem e lutam contra o MST”. Em destaque, a representação dos sujeitos e a placa explicativa da motivação em se edificar o Monumento.

⁶⁹ Dirceu Rosa é escultor. Nasceu em Apucarana/PR em 1952. Possui várias de suas obras expostas em locais públicos de Cascavel, bem como em sua casa/oficina, que consta no roteiro turístico da cidade. A marca de suas obras é a presença dos dedos e da mão humana.

Dirceu Rosa, o artista criador, explicou que o monumento busca reverenciar a paz no campo e é um pedido pelo fim da violência já gerada. “Eu já tive problemas na questão agrária, terras minhas foram desapropriadas e basta de violência, o campo precisa de paz” (ROSA, In: Jornal Hoje Edição nº 5096, 24 de agosto de 2008).

A escultura é obra do artista, cuja marca de originalidade é expressa pela presença marcante dos dedos e da mão humana em suas produções artístico-culturais que podem ser vistas em vários locais públicos na cidade de Cascavel. Neste monumento a mesma situação se faz presente.

Para Alessandro Meneghel, a idéia de criar o monumento surgiu

para homenagear os ruralistas resistentes do confronto em novembro de 2006, quando integrantes do MST marchavam para a área experimental da Syngenta já invadida na época e houve conflito naquele local. Este monumento é a idéia de basta. Chega de impunidade, de comodismo e omissão do governo na questão agrária em nossa região. É um marco sólido que evidencia que a Sociedade Rural está agindo para que nossos direitos sejam atendidos e os deveres do governo cumpridos (MENEGBEL. In: Jornal Hoje Edição nº 5096, 24/08/2008).

Estrategicamente instalado as margens da rodovia BR 277, o monumento traz ao fundo uma enorme mão direita aberta, em posição de PARE. Os três homens posicionados a sua frente repetem o mesmo gesto com as duas mãos, evidenciando sua postura e posição ativa, em marcha, em ação consciente, uma vez que um dos pés de cada homem/ produtor (na visão da SRO) se posiciona a frente do outro. Para além de uma indicação de “trânsito”, de movimento, a quem, em tese, vem em sentido contrário, para que pare, a posição do corpo dos três homens (não há mulheres) representa um contra-movimento, pois mãos (primeira barreira) e pés de alavanca (2 homens têm o pé esquerdo a frente e 1 o direito, mas este está na lateral direita do monumento e a estética artística pode ter orientado este detalhe na cena) estão em posição que concentra força para *um ato de contenção*, que para a SRO representa sua forma e conteúdo de resistência, apropriando-se do sentido popular e crítico acerca do que se entende por resistir e/ou fazer resistência..

Fica evidente que Dirceu Rosa teve a intenção de desenhar, simbolicamente, três fazendeiros em frente à propriedade que querem defender, diante da ameaça de “invasão”. Coerentemente com a posição da SRO, os três defendem, não apenas pelo discurso, mas com as próprias mãos, o direito à propriedade.

Com relação aos homens, destaca-se que um possui um chapéu característico de fazendeiro, já suas roupas, mais sutis, pretendem igualar todos os trabalhadores do campo, ou seja, todas as propriedades, independentemente da condição de classe, o que universaliza a defesa da propriedade no campo e na cidade. Todavia, o elemento com maior força simbólica é a mão direita, aberta e estendida no alto (alto lá, aqui tem dono).

Certamente que esta mão não é a dos trabalhadores que trabalham e produzem alimento e riqueza, mas a dos fazendeiros que querem usar a força se julgarem necessário para defenderem suas propriedades e se autodenominarem produtores. Entretanto, a mão combina convencimento (aspecto ontológico do fazer humano) e coerção. Assim, ao utilizar uma mão aberta e limpa, o monumento esconde os instrumentos e meios de força que a SRO tem ao seu dispor e não se melindra em utilizar.

Edificado ao lado do portal de entrada da Expovel e da sede da SRO e de frente para a BR-277, onde ocorreu o enfrentamento direto entre sem terras e fazendeiros, o monumento é um guardião da própria SRO, como pode ser percebido na imagem anterior, pois o monumento da mão está na frente do símbolo da SRO.

Evidentemente, no momento de escolher qual mão deveria ser utilizada e representada, não haveria como edificar uma mão esquerda, uma vez que esta simboliza a contra-ordem ou quem está errado ou é a exceção, seja no trânsito (contra-mão) ou nas habilidades psicomotoras (mãos e pés), mas também pelo sentido político-social (ordem e propriedade). Assim, o artista plástico reproduziu simbolicamente aqueles que organizaram e participaram da “resistência”, das ações contra o MST. Enfim, todas as entidades, dirigentes e representantes políticos, os ruralistas e sua bancada parlamentar que têm assumido e defendido a propriedade em seu nome.

Segundo Meneghel, “o monumento lembra o começo da luta, quando ocorreu um confronto entre aproximadamente 70⁷⁰ produtores contra mais de mil sem terra. Uma homenagem aos que estiveram lá e enfrentaram” (MENEGHEL. In: Jornal Hoje, data23/08/2008, nº5095, p. 10).

O Monumento, a retórica, os discursos produzidos e publicizados pelas lideranças dos grandes proprietários rurais da região Oeste do Paraná buscam legitimar o uso da violência sistematizada contra os trabalhadores sem terra, justificada pela defesa de toda propriedade privada como sendo algo inquestionável, uma vez que seria resultado do seu trabalho. Faz-se referência aqui, tanto à violência que desqualifica, através do discurso, a legitimidade da luta

⁷⁰ Não há números oficiais sobre os participantes no confronto. As estimativas vão de 50 a 150 ruralistas e aproximadamente 1000 sem terras.

pela reforma agrária, quanto à contratação de “milícias armadas” agora chamadas de “Empresas Privadas de Segurança”. Percebe-se que, além do ato de fazer “justiça com as próprias mãos, a força da ordem também está presente pela superioridade que a iniciativa privada tem para os proprietários, pois se trata de garantir a propriedade pela força do mercado, ou seja, através de um contrato de prestação de serviço empresarial que, na realidade, vem a ser uma atualização das práticas de contratação de jagunços, agora sob a proteção da legalidade, onde busca legitimar suas ações, justificadas no que seria a ausência do Estado no seu papel de garantir a ordem e o respeito à propriedade privada, responsabilizando pessoalmente o governador do Estado pelos conflitos, por desrespeitar a lei e aliar-se ao MST.

Por outro lado, as ações do MST são apresentadas como baderna ou terrorismo e os trabalhadores sem terra, integrados ao Movimento, como vagabundos e massa de manobra política de seus líderes. A sistemática manifestação e divulgação deste discurso pela imprensa, em atos públicos e em Carta Aberta têm a clara intenção de tornar hegemônica sua visão de mundo, além de unificar o discurso entre os ruralistas e as demais frações das classes dominantes, e até mesmo entre pequenos e médios proprietários e no meio urbano.

A criação do MPR e suas ações simbolizam a institucionalização da violência como mecanismo para o enfrentamento e a solução de conflitos em favor dos fazendeiros, e coloca em questão um dos pilares da sociedade moderna: a legitimidade e legalidade do uso exclusivo da violência pelo Estado, além de reintroduzir velhos padrões de uso da força já recorrentes na história rural do Brasil e na região.

Ao mesmo tempo em que os latifundiários têm assumido uma nova retórica vinculada a modernização e ao desenvolvimento da agroindústria e integrado práticas cada vez mais ligadas aos avanços da tecnologia no processo produtivo, politicamente, continuam defendendo e respaldando práticas que “supostamente” estariam superadas.

3.2 – A SRO E O AGRONEGÓCIO

O novo modelo de produção da agropecuária capitalista denominado como agronegócio ou *agrobusiness*, surgiu na década de 1990 e a partir de então encontrou defensores e porta-vozes em várias entidades patronais. No Brasil podemos perceber a forte atuação da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), a Associação Brasileira de Agribusiness (ABAG) e da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), neste sentido.

A Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) foi criada em 1969 e constitui-se como o órgão máximo de representação das cooperativas no país.

Porém, durante a década de 1980, em meio às discussões acerca do I Plano Nacional de Reforma Agrária, estabeleceu-se uma disputa entre as diferentes entidades patronais no sentido do direcionamento a ser dado na agricultura a partir de então. É neste contexto que emerge e se consolida a OCB. Este processo foi analisado por Sonia Regina de Mendonça que considera

que foi ela (OCB) quem, ao fim desse processo, (de disputa pela hegemonia dos segmentos patronais na década de 1980) afirmou-se como a nova força dirigente dos grupos patronais rurais brasileiros após 1985, após superados os embates em torno ao PNRA e cujo coroamento consistiu na indicação de Roberto Rodrigues para o Ministério da Agricultura (MENDONÇA, In http://www.fee.tche.br/sitefee/download/j_ornadas/2/h10-06.pdf, acessado em 16/07/2010).

A ABAG, por sua vez, foi criada em maio de 1993 com o objetivo de representar especificamente o setor do *agribusiness*, tornando-se um novo espaço de representação e direção para os setores envolvidos com a produção agrícola e/ou agroindustrial brasileira, conferindo-lhe um caráter amplo e integrado a diversos segmentos da economia, a saber: a produção agrícola, as agroindústrias, sistema financeiro, transportadoras, centros de pesquisa, indústrias de máquinas, equipamentos, de armazenamento, biocombustíveis e grandes exportadores, dentre outros, reordenando as relações de poder e de representatividade política, ao romper com a idéia de que a agricultura se organizava como um setor isolado, e apresentando-a como um setor moderno, dinâmico e produtivo.

O agronegócio ou agribusiness se refere a um modelo específico de produção agropecuária realizado preferencialmente em larga escala e em grandes propriedades.

Compreendem também os segmentos ligados a pesquisa, a produção de insumos, maquinários e tecnologias, a industrialização, à comercialização e financiamento, com volumes crescentes de recursos sendo aplicados tanto para custeio, investimentos como a comercialização da produção.

Conforme informações publicadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN), a agricultura e a pecuária do município de Cascavel, o que, via de regra, tem ocorrido em todas as regiões do Brasil, tem passado por um processo de financeirização crescente, conforme dados do crédito agrícola demonstrados na tabela abaixo:

TABELA 8: ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO CRÉDITO AGRÍCOLA (2002 – 2009)

ANO	AGRICULTURA Valores em Real	PECUÁRIA Valores em Real	TOTAL Valores em Real
2002	118.970.059,36	12.037.510,81	131.007.570,17
2003	143.647.050,70	13.517.188,77	157.164.239,47
2004	199.176.306,11	28.692.836,25	227.869.142,36
2005	184.508.535,75	47.053.247,47	231.561.783,22
2006	176.175.009,53	67.614.066,40	243.789.165,93
2007	259.103.087,33	75.380.956,16	334.484.043,49
2008	395.230.222,84	95.383.491,80	490.613.714,64
2009	416.826.589,59	69.448.642,06	486.275.231,65

Fonte: BACEN - Anuários Estatísticos do crédito Rural (2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008 e 2009) disponível em <http://www.bcb.gov.br/?RELRURAL>, acessado em 25/07/2010

Há que se considerar também que a maior parte destes recursos, é investida no custeio da atividade agrícola e da pecuária, seguida pelos custos com a comercialização e por fim, o volume menor dos recursos se destina a investimentos. Porém, os investimentos realizados na pecuária tiveram índices maiores de crescimento, ou seja, são proporcionalmente maiores aos da agricultura, evidenciando uma ampliação daquela atividade.

Este modelo de produção tem acentuado o processo de concentração e expropriação fundiária na medida em que exige do produtor investimentos cada vez maiores em tecnologia de alto custo, para atingir níveis de produtividade viáveis e competitivos, incompatíveis com a agricultura familiar.

Insistentemente, a ABAG tem procurado demonstrar a importância do agronegócio para a sociedade e para a economia brasileira, através da sua colaboração nos índices positivos da balança comercial e no volume de negócios gerados pelo setor, na bolsa de valores.

Este discurso, assumido pelas lideranças patronais caminha no sentido de legitimar o latifúndio tecnificado e dito produtivo, de reivindicar a legalidade como mediação para os conflitos rurais, apresentar o agronegócio como gerador de emprego, renda e divisas para o país, além de configurar-lhe o caráter de modernidade e produtividade, que estariam ameaçados diante das ocupações de terra realizadas pelo MST e do não respeito à propriedade privada. Este discurso busca afastar o agronegócio da imagem negativa de latifúndio improdutivo, passível de desapropriação para fins de reforma agrária.

Juntamente com a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), as ações da ABAG evidenciam o forte compromisso com a manutenção da atual estrutura fundiária brasileira, além de exigir recursos públicos para o fortalecimento do agronegócio.

Segundo matéria publicada na revista “Dinheiro Rural”, a CNA é formada por 27 federações agrícolas que por sua vez abrigam 2.151 sindicatos. (Dinheiro Rural, 2010, p.24). À época, a entidade tinha como sua principal porta voz, a presidente da entidade e senadora pelo estado do Tocantins, Kátia Abreu, do Partido Democratas (DEM), que tem se mostrado intransigente na defesa do agronegócio, quando de seus discursos, no plenário do Senado, em atos públicos, ou ainda em reuniões realizadas com proprietários rurais, em diversas cidades brasileiras, por ela organizados, com apoio das federações estaduais. Conforme apresentado na revista Dinheiro Rural, a pauta principal de reivindicações da CNA contempla:

- ✓ Garantir a segurança jurídica do País, com a proteção do direito de propriedade;
- ✓ Respeito às decisões técnicas em relação ao uso de biotecnologia;
- ✓ Auxílio do estado em regiões produtoras carentes de infraestrutura e transporte;
- ✓ Avanço do crédito agrícola e incremento das fórmulas de securitização;
- ✓ Ter o meio ambiente como prioridade, mas sem viés ideológico;
- ✓ Manter uma agenda de discussão definitiva sobre o agronegócio.

Entre as federações vinculadas à CNA está a FAEP do Paraná, que por sua vez abriga o sindicato Rural Patronal de Cascavel, que tem apoiado e atuado em ações conjuntas com a SRO na região Oeste do Paraná.

A SRO, por sua vez, tem assumido uma posição em favor do agronegócio ao defender que apenas os altos investimentos em biotecnologia e a produção em larga escala tornam viável a produção no campo.

Segundo Regina Bruno, o campo brasileiro vem passando, nas duas últimas décadas por um novo ciclo de conflituosidades entre os grandes proprietários rurais do agronegócio e seus defensores e os trabalhadores sem terra, a agricultura familiar e seus mediadores. Este processo se manifestaria, segundo a autora,

no debate em torno dos transgênicos , a questão do trabalho escravo no campo e a tentativa de polarização por parte dos porta-vozes patronais entre uma agricultura empresarial -, símbolo da modernidade *versus* uma agricultura familiar considerada a expressão da incapacidade e do atraso (BRUNO, 2008, p. 83).

Contraopondo-se ao agronegócio, o MST, a Via Campesina⁷¹ e outras organizações a nível mundial têm apresentado a agroecologia como possível alternativa ao domínio do capital transnacional na produção da agricultura. *As Jornadas de Agroecologia* têm se apresentado como espaço para o estudo, a pesquisa, a reflexão e socialização de conhecimentos entre os integrantes do MST (acampados e assentados) e da agricultura familiar.

Organizadas pelo MST, o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), pela Escola Latino-Americana de Agroecologia, pela Comissão pastoral da Terra (CPT), pela ONG Terra de Direitos, pela Via Campesina, entre outros, as Jornadas são um evento periódico onde ocorre o debate, o estudo, o intercâmbio de conhecimentos sobre este modelo de produção, além da partilha de sementes “crioulas” e alimentos saudáveis, a marcha pela agroecologia, pela reforma agrária e por uma terra livre de transgênicos e sem agrotóxicos.

As Jornadas de Agroecologia surgiram a partir de 2001, como resultado do diálogo entre movimentos sociais do campo e organizações não governamentais que há décadas atuam e promovem a luta pela terra e pela reforma agrária e defendem a agroecologia no Paraná.

Ao contrário do que afirmam os defensores do agronegócio, os dados divulgados pelo censo agropecuário de 2006, demonstraram a importância da agricultura familiar para a produção de alimentos e para a produção da vida de milhões de famílias.

Conforme dados do IBGE (2006), agricultura familiar era responsável, naquele momento, por 87% da produção nacional de mandioca; 70% da produção de feijão; 46% do milho; 38% do café; 34% do arroz e 21% do trigo. Na pecuária, é possível também perceber a importância deste segmento da economia brasileira, que é responsável por 58% da produção leiteira; 59% do plantel de suínos; 50% das aves e 30% dos bovinos (http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_impressao.php?id_noticia=1466, acessado em 22/07/2010).

⁷¹ Entre as primeiras ações de resistência organizadas pela Via Campesina no Brasil está a destruição de uma plantação de soja transgênica clandestina e ilegal, no município de Não Me Toque, no Rio Grande do Sul, cuja semente era produzida pela multinacional Monsanto. Em 2001, a empresa realizava pesquisas com variedades de soja transgênica. O plantio comercial assim como a comercialização de transgênicos ainda era vetado pela legislação brasileira, produtores adquiriam sementes contrabandeadas da Argentina.

Com o Censo Agropecuário de 2006 foram identificados no Brasil, 4.367.902 estabelecimentos de agricultura familiar que representavam 84,4% do total, mas ocupavam apenas 24,3% (ou 80,25 milhões de hectares) da área dos estabelecimentos agropecuários brasileiros. Por outro lado, aqueles estabelecimentos classificados como não familiares ocupavam 75,7% da área total e representavam apenas 15,6% do total dos estabelecimentos rurais (http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_impressao.php?id_noticia=1466, acessado em 22/07/2010)

A postura de combate ao modelo agrícola baseado na agricultura familiar e também na agroecologia, trás consigo a valorização do agronegócio e o combate ao MST como movimento social e a sua luta pela democratização do acesso à terra. Isso ficou evidente quando, em 2008, um grupo de proprietários rurais, liderados pela SRO e pelo Movimento dos Produtores Rurais (MPR) tentou impedir o acesso aos participantes da 7ª Jornada de Agroecologia, organizada pelo MST e pela Via Campesina no *campus* da Unioeste em Cascavel.

A jornada apresentava como lema central “Cuidando da Terra, Cultivando Biodiversidade, Colhendo Soberania Alimentar”. O tema que norteou todas as discussões foi a defesa de uma terra livre de transgênicos e sem agrotóxicos e a construção do projeto popular e soberano para a agricultura.

Alessandro Meneghel ao falar sobre a organização do protesto e do bloqueio da Avenida Carlos Gomes definiu-o como “uma forma de dar continuidade à organização dos ruralistas contra a invasão de terras e em defesa do direito à propriedade” (MENEGHEL, In: jornal O Paraná, 15/07/2008, p. B1).

Na ocasião da organização para o bloqueio, o presidente da SRO procurou depositar a força do seu discurso no argumento de que apenas as inovações tecnológicas têm a possibilidade de resolver o problema da fome no mundo e, portanto, caberiam a eles, os grandes proprietários, ao agronegócio, este papel tão nobre e salvacionista, e que outro modelo alternativo significaria retrocesso, redução na produção e na produtividade.

Vamos impedir este evento e protestar contra a mentira e a politicagem barata que prega esse movimento de agrovagabundagem. Eles pregam o retrocesso, com o fim da tecnologia. Temos que mostrar o que há por trás disso, pois o governo apóia o atraso de um movimento que prega invasões. Plantar com semente crioula e sem tecnologia é incentivar a redução da produção em 50%. Se isso vigorar, o povo vai passar ainda mais fome. Nós queremos o direito de produzir mais e melhor, sempre (MENEGHEL, In: jornal O Paraná, 15/07/2008, p. B1).

Este antagonismo evidencia a disputa em torno de funções atribuídas ao uso da terra que se contrapõem em seus meios e seus objetivos. Por um lado o agronegócio, de outro a agricultura familiar e a agroecologia.

A ocupação do campo experimental da Syngenta Seeds⁷² pela Via campesina e o MST, em março de 2006, no município de Santa Teresa representou um ato político de enfrentamento e contraposição do Movimento ao agronegócio, controlado por empresas multinacionais. Representou também a busca pela realização de pesquisas e a difusão de técnicas voltadas à agricultura familiar e à preservação do patrimônio genético de sementes.

O objetivo da Via Campesina era desenvolver ali, pesquisas a partir de sementes crioulas, ou seja, sem modificação genética, em contraposição as pesquisas que vinham sendo realizadas, pela referida empresa, com sementes transgênicas.

A reação por parte dos proprietários rurais da região foi imediata com protestos, atos públicos, fechamento de rodovias e pressão sobre o Governo de Estado para que executasse a reintegração de posse da área.

A desocupação, ordenada pela Justiça, foi realizada em julho de 2007. Então o Governador Roberto Requião decretou a desapropriação da área, a fim de transformá-la num centro de pesquisa voltado para a agroecologia. Mas o decreto foi considerado ilegal e a empresa retomou as atividades, apesar de ter sido multada em mais de 1 milhão de reais, por realizar pesquisas em área próxima ao Parque Nacional do Iguaçu⁷³, sob protesto de movimentos sociais e entidades ambientalistas internacionais e brasileiras. Houve também, manifestações de apoio a ação da Justiça. A SRO e entidades ruralistas, por sua vez, defenderam a empresa, o cultivo de sementes transgênicas, bem como, mudanças na legislação ambiental, que permitissem a sua livre produção e comercialização.

Porém, em outubro de 2007, após denúncias de que a empresa estaria reiniciando as pesquisas com sementes transgênicas, sem conformidade com a lei em vigor no Paraná, a área foi novamente ocupada por aproximadamente 150 trabalhadores sem terra, transformando-se no cenário de um confronto que resultou na morte do líder sem terra Valmir Mota de Oliveira, o Keno⁷⁴, e de um agente da NF Segurança, contratada para fazer a segurança da empresa Syngenta Seeds.

⁷² Após a ocupação, o campo experimental passou a ser identificado como “Acampamento Terra Livre”.

⁷³ Esta área experimental da Syngenta tem pouco menos de 150 hectares, mas localiza-se dentro da área da zona de amortecimento ambiental (faixa de 10 Km) do Parque Nacional do Iguaçu onde, pela legislação ambiental, não é permitido a realização de pesquisas e o cultivo de sementes transgênicas.

⁷⁴ Valmir Mota de Oliveira, um dos líderes do acampamento “Terra Livre, antigo campo experimental da empresa Transnacional Syngenta Seeds, localizado no município de Santa Teresa do Oeste, foi executado em 21 de outubro de 2007, por uma milícia armada quando o MST e a Via Campesina ocupavam o referido campo a

Valmir Mota não foi apenas mais uma vítima da violência no campo brasileiro. Sua morte não aconteceu por acaso. Conforme relatório publicado pela Plataforma Brasileira de Direitos Humanos, Sociais, Culturais e Ambientais (DHESCA), ele estava marcado para morrer desde março de 2007. Um boletim de ocorrência teria sido registrado na Subdivisão de Polícia de Cascavel, versando sobre um telefonema anônimo contra Keno e mais dois membros do MST, onde se teria alertado que “três trabalhadores tomassem cuidado, pois a UDR estava preparando uma armadilha para eles” (Relatoria Nacional ao Direito Humano à Alimentação Adequada e Terra Rural, p.08).

A audiência Pública realizada pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM), na cidade de Curitiba, em 18 de outubro de 2007⁷⁵, a fim de averiguar denúncias de formação e atuação de milícias armadas no Estado do Paraná, também faz referência a ameaça sofrida pelos integrantes do MST. Segundo o relatório publicado pelo MST, pela ONG Terra de Direitos e pela CPT:

no dia 27 de março de 2007, uma pessoa não identificada ligou, de um telefone público, localizado no centro da cidade de Cascavel, para a Secretaria do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em Cascavel e disse que avisasse Celso Ribeiro Barbosa, Célia Lourenço⁷⁶ e Valmir Mota de Oliveira tomarem cuidado porque a UDR estava preparando uma armadilha para eles” (Relatório da audiência Pública da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, Curitiba, 2007, arquivo obtido pela autora).

Por outro lado, deputados da Comissão de Agricultura do Congresso Nacional realizaram no dia 15 de novembro de 2007, no Parque de Exposições Celso Garcia Cid, (Expovel), uma audiência especial com os proprietários rurais da região Oeste. Durante três horas os deputados Abelardo Lupion (DEM), Alfredo Kaefer (PSDB), Cezar Silvestre (PPS), Dilceu Sperafico (PP), Eduardo Sciarra (DEM), Celso Maldaner (PSDB) e Edgar Bueno (PDT) onde ouviram as reclamações dos representantes de diversas entidades (SRP, ACIC, COOPAVEL) sobre os problemas que estariam enfrentando e solicitaram o apoio da Bancada ruralista em defesa da empresa Syngenta Seeds, uma vez que esta estaria disposta a investir 300 milhões de dólares no país em 2008. Os deputados, em especial Eduardo Sciarra, prestaram apoio e manifestaram solidariedade à diretoria da SRO, pela coragem em defender suas propriedades das invasões promovidas pelo MST.

Mas até que ponto todas estas afirmações e críticas da SRO ao governo e ao governador Roberto Requião tem fundamento de verdade?

fim de denunciar e impedir a realização de pesquisas com sementes de milho transgênicas, de modo irregular, em razão da proximidade com o Parque Nacional do Iguaçu.

⁷⁵ A audiência se realizou três dias antes do atentado que vitimou o líder sem terra Valmir Mota.

⁷⁶ Célia também foi ferida no ataque. Perdeu os movimentos no braço esquerdo e ficou cega de um dos olhos.

A identidade principal de Requião com o MST é a luta contra a liberação de transgênicos e o combate às grandes empresas do agronegócio. Praticamente todas as grandes empresas multinacionais ligadas ao setor possuem representação no PR. (Bunge, Cargil, Syngenta, Bayer...)

O governo do Estado encampou uma das bandeiras do MST, a agroecologia, que representa muito bem essa nova configuração de luta do Movimento que defende que não basta distribuir a terra. É preciso construir relações de produção que permitam a sobrevivência dos assentados neste contexto onde a agricultura brasileira é controlada por grandes empresas do agronegócio.

O governo Requião não atuou no sentido de dinamizar nem de dificultar a reforma agrária no Paraná. Mas procurou atender algumas necessidades dos assentados, favorecendo condições para que um novo modelo de produção agrícola fosse possível, auxiliando inclusive na instalação de infraestrutura básica nos assentamentos, como água potável e incentivando projetos alternativos de escolarização aos acampados. Sua atuação mais efetiva porém, foi a intencional morosidade em determinar o cumprimento de ações judiciais de reintegração de posse. E quando estas eram cumpridas, buscou-se a negociação e a ação pacífica.

Portanto, não se pode negar que a postura adotada pelo governo Requião, quanto aos processos de desocupação, divergem de outros momentos da história do Paraná, inclusive do primeiro governo Requião. Se antes, a tônica era a violência e a truculência da polícia militar nas ações de despejo contra os sem terra, hoje esse processo é negociado e mediado, tendo a Secretaria de Segurança Pública, a determinação de não agir com violência.

Requião e MST tiveram outra bandeira de luta em comum: tentativa de “acabar” com a cobrança do pedágio nas rodovias do PR. Seus insistentes recursos na justiça foram potencializados pelo fechamento de praças de pedágio pelo movimento.

Fazer a reforma agrária, assentar famílias é de competência do governo federal, através do INCRA. O governo do Estado não tem essa prerrogativa.

Os acampamentos crescem no Brasil e no PR também. Isso é indicativo da organização dos trabalhadores. Mas também explicita que esse modelo de produção que predomina no campo brasileiro, aliado a um modelo de crescimento econômico que prioriza a concentração da riqueza, continuam produzindo a expulsão dos trabalhadores do campo e a exclusão social.

Porém, nem mesmo o MST tinha a pretensão ou a crença de que o governador resolvesse os problemas da estrutura fundiária e dos sem terra no Paraná. O Movimento tem consciência da importância em apoiar governos que assumem políticas em seu favor. Mas

continua defendendo sua autonomia. Da mesma forma, Roberto Requião, mesmo que fosse essa sua pretensão, não poderia atender a todas as demandas do MST, pois elas estão para além de sua competência institucional.

O embate político e jurídico em torno das pesquisas com transgênicos foi resolvido com a doação da área ao Governo do Estado em 5 dezembro de 2009. Ali foi criado o Centro de Ensino e Pesquisa em Agroecologia, que recebeu o nome do líder sem terra Valmir Mota de Oliveira. Apesar das manifestações em contrário dos ruralistas da região, que realizaram ato público, tentando fechar a BR 277 e impedir que o governador Roberto Requião tivesse acesso ao local da inauguração. Tendo chegado até o local de helicóptero e sob forte esquema de segurança montado pela Polícia Militar, o governador participou do evento, o que frustrou os ruralistas que estavam mobilizados e intencionavam impedir que o mesmo acontecesse, tentando fechar a rodovia entre Cascavel e Lindoeste.

**IMAGEM 18: MENEGHEL X REQUIÃO: A DISPUTA EM TORNO DO CAMPO
EXPPERIMENTAL DA SYNGENTA SEEDS/ 2009 –**



A disputa entre a SRO e o Governador Roberto Requião sobre a liberação de transgênicos e a Empresa Syngenta, fundamento principal do embate entre os dois personagens.

Fonte: Jornal O Paraná, 05/12/2009.

Ervin Soliva⁷⁷, então vice-presidente da SRO, criticando a ação da polícia afirmou: “Quando precisamos de polícia para desapropriação [desocupação] não existe possibilidade, mas para prestar homenagens eles conseguem” (www.jhoje.com.br, 06/12/2009, p. 7, acessado em 01/07/2010).

⁷⁷ Ervin Soliva foi eleito presidente da SRO em 2010.

Meneghel, também manifestou seu repúdio diante da decisão de o governo do Estado homenagear o líder sem terra morto: “É uma vergonha o governo homenagear um sem-terra. É um desrespeito com os produtores rurais e com os cidadãos. Estão contra os paranaenses e a favor de bandidos. O justo seria homenagear os trabalhadores” (www.jhoje.com.br, 06/12/2009, p. 7, acessado em 01/07/2010).

A direção do SRO ainda pretendia organizar uma carreata até o centro da cidade de Cascavel, em oposição à participação do Governador no evento de criação do Centro de Pesquisa. Porém, não mais de dez pessoas responderam positivamente à convocação de seu presidente. Em frente ao Centro de Pesquisas, agora coordenado pelo Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR), foi erguido um monumento em homenagem a Valmir Mota de Oliveira, o “Keno”.

FOTO 8: MONUMENTO EM HOMENAGEM AO KENO EM FRENTE AO CENTRO DE PESQUISAS DO IAPAR NO MUNICÍPIO DE SANTA TERESA DO OESTE/PR



FOTO9: INSCRIÇÃO DO MONUMENTO EM HOMENAGEM A KENO



Fonte: ADAMY, Irene Spies. 19/06/2010. (Arquivo da autora). A fotografia é o registro do monumento “Keno Vive”, edificado pela Via Campesina e pelo MST, no município de Santa Tereza do Oeste/PR.

O monumento “Keno Vive” foi projetado pelo artista Marcus Cartum. A peça é uma chapa de aço maciça (na cor de sangue) com 10 metros de altura, que surge do solo como se dele estivesse brotando, inclinada em direção ao alto, “como um objeto que estava tombando, mas voltou a erguer-se verticalmente”, de acordo com a explicação do artista. (http://www.mmcbrasil.com.br/noticias/091209_syngenta_pr.html, acessado em 01/07/2010).

Simbolicamente, o monumento representa a força da vida, da germinação na natureza, de um novo crescimento de uma árvore que sofreu um ato de poda drástica. Tratando-se do material utilizado, o aço é um dos metais mais resistentes e por isto seus artífices querem marcar por um longo tempo as lutas, as perdas e as vitórias.

A homenagem ao líder Valmir Mota de Oliveira representa para os trabalhadores que lutam por terra, a resistência ao latifúndio e a violência que ele produz no campo. Representa também a luta contra o poder das empresas transnacionais (Syngenta, Monsanto...) e ao modelo agrícola baseado no agronegócio, demonstrando que, a partir de outros conhecimentos e novas vontades políticas, outro modelo de agricultura e de produção de alimentos, “livre de transgênicos e de agrotóxicos”, é possível.

Em seus protestos, os ruralistas, em nenhum momento questionaram a criação do centro de pesquisas, mas o fato de o mesmo estar vinculado à proposta de agricultura do MST e da Via Campesina que busca encontrar alternativas para combater o poder das empresas transnacionais que controlam o setor.

A defesa do agronegócio⁷⁸ e dos novos ramos da biotecnologia transgênica aplicada à produção agropecuária foi assumida pela Sociedade Rural do Oeste a partir do final do século XX. Sua relação com o agronegócio pode ser analisada a partir das posições tomadas em defesa da Empresa Syngenta Seeds, bem como pelo seu discurso ideológico por ela assumido, em defesa do avanço tecnológico, como caminho para a “*segurança alimentar*”.

A reorganização dos processos produtivos que se acentuaram a partir da década de 1990, na agricultura brasileira, demonstra uma crescente aliança e/ou subordinação dos produtores rurais aos padrões estabelecidos pelas empresas transnacionais ligadas ao agrobusiness. Por sua vez, de modo intenso e acelerado, estas mega empresas multinacionais vêm realizando fusões e aquisições entre os grupos concorrentes, passando a controlar toda a cadeia produtiva e também a comercialização, não apenas nacional, mas mundial, colocando em risco a soberania alimentar e a condição das sementes serem patrimônio da humanidade.

Enquanto o agronegócio defende a necessidade do aumento (escala e produtividade) da produção de alimentos para atender, com “segurança”, as crescentes demandas da população mundial, sendo para isso fundamental o investimento em tecnologias transgênicas

⁷⁸O agronegócio é aqui compreendido como o conjunto das atividades de financiamento, pesquisa, produção e comercialização do setor pecuarista, agroindustrial e agrícola, desenvolvido fundamentalmente em grandes propriedades destinadas à monocultura de exportação. Altos investimentos em biotecnologia, escassa mão-de-obra mal remunerada e uso de uma nova geração de agrotóxicos (venenos), são características deste modelo de produção cada vez mais sob influência de grandes empresas multinacionais que patenteiam a sua C&TI e produtos (propriedade das sementes e monopólio da ciência), produzem e comercializam insumos agroquímicos e sementes transgênicas, determinando direta ou indiretamente os processos produtivos da agricultura e da pecuária.

e a abertura de novas frentes de agricultura, a *soberania alimentar*, defendida por diversos movimentos populares ligados à agricultura familiar na América Latina, entre eles o MST e a Via Campesina, pode ser compreendida como a condição e o direito de os povos dominarem o conhecimento e viabilizarem a produção alimentar conforme suas necessidades e saberes. Esta condição é colocada em risco na medida em que se ampliam os processos de privatização deste conhecimento, do processo de produção e comercialização de sementes e insumos⁷⁹.

A preocupação com a preservação ambiental passou a fazer parte das discussões e projetos do MST, a partir do seu IV Congresso Nacional, realizado em agosto de 2000, em Brasília, vindo na mesma esteira da luta contra os transgênicos. Ao mesmo tempo em que se propôs o combate ao “modelo das elites, que defende os produtos transgênicos, as importações de alimentos, os monopólios e as multinacionais, reafirmava como uma de suas linhas políticas o desenvolvimento de ações concretas na construção de um novo modelo tecnológico, que fosse sustentável do ponto de vista ambiental, que garantisse a produtividade, a viabilidade econômica e o bem estar social (<http://www.mst.org.br/node/7692>, acessado em 25/07/2010).

A construção de experiências de produção agroecológica, ultrapassa a simples produção de alimentos mais saudáveis “livres de agrotóxicos e de transgenia”, e a preservação do meio ambiente e de seus recursos naturais. É a tentativa de estabelecer relações de produção que viabilizem o enfrentamento ao modelo agrícola capitalista, submetido e controlado pelas grandes empresas transnacionais que expropriam gradativamente o produtor do resultado de seu trabalho, do seu saber fazer, tirando-lhe a autonomia sobre o que produzir, como, onde e quando produzir.

Assim, as práticas e a defesa da produção agroecológica é um ato político de resistência, ao mesmo tempo em que se constrói como tentativa de viabilizar a sobrevivência econômica de assentamentos e da agricultura familiar, adequando-se inclusive a legislação ambiental em vigor.

Conforme afirma Marcelo Schlachta, os assentamentos, na medida em que possam tornar-se espaços economicamente viáveis na produção de alimentos saudáveis, em conformidade com a legislação ambiental, por certo receberiam apoio de grande parcela da população, o que poderia tornar-se inclusive, um elemento legitimador para as ocupações e até para incentivar a reforma agrária (SCHLACHTA, 2008, p. 74)

⁷⁹ Neste novo patamar da produção primária amplia-se o sistema integrado agroindustrial (a jusante e a montante) e a dependência dos trabalhadores do campo. Concretamente os agricultores cultivam apenas plantas que produzem grãos, e no setor vegetal já existem as florestas mortas ou desertos verdes.

Ao propor a produção de alimentos com base na agroecologia, o MST e a Via Campesina apresentam uma possível alternativa viável de manutenção da agricultura familiar, buscando contrapor-se a monocultura de exportação, ao monopólio estabelecido por empresas do agronegócio que gradativamente tem controlado todos os segmentos da produção.

Portanto, as contraposições entre agronegócio e agroecologia vão muito além de serem matrizes tecnológicas opostas. Além de enfrentar o poder das empresas que controlam o agronegócio, a agroecologia pretende ser um projeto alternativo, que possibilite a sobrevivência da agricultura familiar e de pequenos proprietários.

A defesa do agronegócio é fundamental para os grandes proprietários rurais na medida em que “é o seu negócio”. Concretamente, Francisco de Oliveira (1987) já produziu uma crítica consistente ao afirmar que os investimentos que os empresários fazem não têm a finalidade de atender uma demanda reprimida ou de satisfazer os consumidores, mas, sim, de acumular capital. Neste caso, os ruralistas defendem seus novos investimentos e têm consciência de que a grande propriedade da terra é a base material da sua condição de classe.

Por fim, não restam dúvidas de que o argumento tão presente no discurso do agronegócio de que estão preocupados com a produção de alimentos para evitar a propagação da fome ou mesmo para eliminá-la, não expressa uma bondade humanitária, nem mesmo uma nova forma de filantropia ou de caridade salvacionista. Da mesma forma, cada estabelecimento do agronegócio não está realizando uma cooperação involuntária que, “pela mão invisível do mercado”, ao fim, resultaria num bem comum para cada um de todos. O agronegócio é a maneira pela qual se promove a acumulação do capital, ligado a atividade rural, neste momento da história.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho realizou uma nova abordagem sobre a história da região Oeste do Paraná, mais especificamente, sobre o município de Cascavel, a partir da relação entre terra e poder, buscando compreender a formação e a organização de uma fração agrária da classe dominante organizada em sua entidade de classe, a Sociedade Rural do Oeste do Paraná.

Os estudos realizados sobre a ocupação, (re)ocupação, posse e propriedade da terra, nesta região, até o momento, haviam se preocupado em descrever o que se convencionou chamar de “frentes de colonização”, organizadas e implantadas pela iniciativa privada, ou seja, por empresas de colonização. Por vezes destacavam também os conflitos empreendidos neste processo, apresentando-os como resultado da ação de jagunços e da inoperância do Estado enquanto agente fiscalizador e regulador.

Os resultados da pesquisa demonstram que o Estado não esteve ausente neste processo. Muito pelo contrário. Os sujeitos sociais que ocupavam espaços no Estado restrito ou, os que a estes se vinculavam, coordenaram o processo de ocupação da terra de modo a favorecerem-se economicamente, a ponto de originar-se a partir daí uma fração agrária rica e poderosa politicamente.

É possível afirmar que os grandes proprietários rurais, apesar de disputas internas e questões pessoais mal resolvidas, possuem consciência de sua condição e posição de classe, na medida em que se unem em torno de um projeto social claro. A base material sob a qual se assenta este projeto de classe é a propriedade e o domínio privado da terra e por extensão, das atividades econômicas e políticas desencadeadas a partir da sua condição de proprietários.

Esta fração agrária interferiu e interfere diretamente na condução do processo histórico local e regional, bem como no registro feito sobre esta história, colaborando na elaboração de uma “história oficial” memorialista e fundamentada na idéia de progresso e modernidade, tendo em Alceu Sperança o seu principal difusor.

O estudo desta entidade possibilitou um conjunto de análises e interpretações sobre a história do Oeste do Paraná, mais especificamente sobre o município de Cascavel, sob uma perspectiva nova e desafiadora, pelo fato de abordar a história em curso, com sujeitos

presentes e atuantes, por vezes envolvidos em situações de violência “espontânea” ou organizada.

A Sociedade Rural do Oeste do Paraná, constituída a partir dos estreitos vínculos existentes entre os seus membros com a sociedade política local, regional e estadual, tem sido a partir de sua criação, a entidade que organiza e dá direção às ações da fração agropecuarista da classe dominante na região Oeste do Paraná, constituindo-se no que Gramsci definiu como *Partido*, ou seja, aquele que organiza a vontade da classe ou fração de classe através de seus intelectuais orgânicos. Organiza ações para construir um projeto de classe para si e para as demais classes.

O estudo acerca da formação e da organização política desta fração de classe, através da Sociedade Rural do Oeste do Paraná, possibilitou perceber que as relações de poder não se expressam apenas na sociedade política ou no Estado restrito, mas também na sociedade civil, tanto pela força quanto pelo consenso.

A hegemonia de uma classe ou fração de classe, neste caso era e é constantemente afrontada e desafiada por projetos contra-hegemônicos que se traduzem e se manifestam no embate social. As ocupações de terra denunciam o latifúndio e a exclusão e representam um grave problema para os grandes proprietários, principalmente por serem ações coletivas e organizadas e não atos de protesto localizados e individuais.

As relações de poder estabelecidas entre os homens e os grupos sociais são amplas e se reconfiguram a partir das relações sociais de produção que estes efetivam entre si. A disputa pelo poder tem como palco fundamental o cotidiano da produção da existência humana e a classe ou fração de classe que, a partir de sua condição e organização, conseguir impor sua pauta ou dar direcionamento ao seu projeto social, encontra-se num espaço ampliado do poder.

Portanto, ocupar o aparato estatal ou ser governo pode ser fundamental para a efetivação de um projeto social, mas não representa o fim em si mesmo, pois os projetos políticos, econômicos e sociais que se materializam no Estado são também resultado dos embates ocorridos na sociedade.

Assim, o poder não se localiza apenas nas ações do Estado, ou nas ações de quem ocupa cargos políticos. O poder está nas relações que homens e grupos sociais estabelecem entre si. Estas relações tencionam-se no embate de projetos sociais antagônicos que promovem as transformações na história. Transformações que podem voltar-se, inclusive, para conservar privilégios e ampliar a exclusão.

A SRO foi fundada na década de 1980, período de reorganização das relações de poder, que evidenciavam as contradições produzidas por políticas agrícolas que haviam se preocupado apenas, em ampliar o crédito e a produção para o mercado, negligenciando a realização de mudanças que democratizassem a posse e o uso terra, com condições de fazê-la produzir. Neste contexto ocorreu também o fortalecimento da organização dos trabalhadores rurais na luta pela terra, através da formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Estes dois sujeitos coletivos enfrentaram-se, em momentos decisivos, por vezes, em verdadeiros campos de batalha, na defesa de seus projetos sociais.

A Sociedade Rural do Oeste do Paraná transformou-se, a partir da década de 1980, num importante espaço de organização e ação política desta fração, mais especificamente do setor pecuarista de corte, historicamente marcado pelo seu conservadorismo político.

Ao fundarem a SRO, pecuaristas da região tinham clareza sobre a necessidade de sua organização em torno de objetivos comuns como a diversificação das atividades produtivas, a melhoria genética, a adequação aos padrões de sanidade e manejo exigidos, além de viabilizar espaços para a comercialização do rebanho. Mas estavam conscientes, também, do papel fundamentalmente político que a entidade passaria a desenvolver, tornando-se o espaço de reunião, organização e mobilização dos mesmos em torno dos seus interesses e necessidades.

A confirmação de sua condição dominante é buscada fundamentalmente através de um discurso que legitima a propriedade e sobrevaloriza a produção agropecuária como base da economia local, em torno da qual gravitam as demais atividades como a indústria e os serviços. Porém, a riqueza produzida pela agropecuária de Cascavel não possui a importância econômica propagada insistentemente pelos seus representantes. Os dados sobre o Produto Interno Bruto (PIB) do município apresentados neste trabalho, confirmam esta afirmação.

Como, então, explicar a força econômica e política dos agropecuaristas de Cascavel? Faz-se necessário considerar duas situações que permitem compreender a questão, quais sejam: a concentração da riqueza e da propriedade da terra nas mãos de poucas famílias, que direcionam a vida política no município e na região e também a capacidade de organização de classe e articulação política em nível regional, estadual e nacional.

Da mesma maneira, é conveniente, porém contestável, o argumento de que o Oeste do Paraná já realizou a sua reforma agrária e de que aqui não há questões pendentes quanto a titulação e legalidade das propriedades. Contestação esta, empreendida com regularidade pelas ações do MST. Os conflitos registrados expressam as contradições entre os proprietários e o MST na região e são indicativos de que há, sim, questões que ainda precisam ser mediadas e resolvidas. No início da colonização os conflitos eram justificados como resultado da ação

de jagunços, grileiros e pela “inoperância do Estado”. Agora a justificativa é a necessidade de defender a terra através da contratação de empresas privadas de segurança a serviço dos fazendeiros que argumentam, novamente, não poder contar com o Estado e seus instrumentos de coerção e controle.

Portanto, as ações de negação acerca da existência de uma questão agrária não resolvida expressa a consciência que os latifundiários têm da posição de classe e da existência da lutas de classes.

A grande propriedade rural, o domínio da terra, a atuação em diversos setores da economia, a organização e as ações políticas foram e continuam sendo as condições fundamentais para que a classe dominante agropecuarista consolidasse e mantivesse sua condição hegemônica na região Oeste e mais especificamente no município de Cascavel.

A edificação do monumento contra as invasões, os canais regionais de televisão, os jornais, livros e revistas publicados, bem como o evento da Exposição Feira Agropecuária, Comercial e Industrial de Cascavel (Expovel) constituem-se, para a classe proprietária rural, como aparelhos privados de hegemonia que, no âmbito da sociedade civil, atuam para a formação de consenso para si e para os outros.

O discurso e as ações que buscam posicionar, nas mesmas condições, todos os proprietários rurais, estão entre as estratégias usadas pelos grandes proprietários rurais do Oeste do Paraná, através de suas entidades representativas e pelos meios de imprensa, no sentido de garantir apoio e respaldo à manutenção da sua condição hegemônica, diante do efetivo questionamento imposto pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, cuja reorganização e fortalecimento, a partir da década de 1990, engendraram na realidade regional, uma nova configuração das relações de poder. Este forte embate travado entre estes grupos com projetos sociais antagônicos tem provocado o questionamento da hegemonia dos grandes proprietários rurais e o modelo de uso do solo e de agricultura por eles defendidos, ou seja, o agronegócio, ao mesmo tempo em que tem exigido novas posturas de enfrentamento e acomodação.

Este trabalho possui a pretensão de ser apenas um dos estudos que já foram e que ainda serão elaborados sobre esta história. A temática felizmente não se esgota aqui, uma vez que muitas questões ainda não foram respondidas e/ou compreendidas.

Acredita-se que seria de fundamental importância a ampliação do leque de pesquisas nesta linha, considerando como possibilidades o estudo sobre a reorganização das relações de propriedade e de produção que estão provocando um vazio populacional no campo regional; a integração dos proprietários com empresas do agronegócio em suas diferentes dinâmicas e

meios de difusão, a exemplo do *Show Rural Coopavel*; e a importância econômica e social das pequenas e médias propriedades e as formas de produção e a organização dos sujeitos que nela produzem sua vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARENDDT, Hannah. *Sobre a violência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. 12ª ed; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- _____. *A economia das trocas simbólicas*. 6ª Ed; São Paulo: Editora Perspectiva S.A, 2007.
- BRENNEISEN, Eliane. *Da luta pela terra à luta pela vida: entre os fragmentos do presente e as perspectivas do futuro*. São Paulo: Annablume Editora, 2004.
- BRUNO, Angela Regina. *Senhores da terra, senhores da guerra: a nova face política das elites agroindustriais no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
- _____. “Agronegócio e novos modos de conflituosidade” In FERNANDES, Bernardo Mançano (org). *Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (org). *Domínios da História: Ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus Ltda, 1997.
- CHESNEAUX, J. *Devemos fazer tabula rasa do passado? Sobre a História e os historiadores*. São Paulo: Ática, 1995.
- CORDEIRO, Anselmo. *Ninho de Cobras*. Cascavel: Editora Independente, 1980.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *Conflitos no Campo*. Goiania: 2006, p.14.
- DIAS, Edmundo Fernandes. *Política brasileira: embate de projetos hegemônicos*. São Paulo: Instituto José Lins e Rosa Sundermann, 2006.
- FALCON, Francisco. História e poder. In. CARDOSO, Ciro Flamarion, & VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- FONTANA, Joseph. *História: análise do passado e projeto social*. Bauru-SP: EDUSC, 1998.
- _____. *A história dos homens*. Bauru-SP: EDUSC, 2004.
- FORSTER, Germano de Rezende. *A privatização das terras públicas*. Barueri: Manole, 2003.
- GRACIANO, Osvaldo e LÁZZARO, Silvia. *La Argentina rural Del siglo XX: fuentes, problemas y métodos*. Buenos Aires: La Colmena, 2007.
- GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- _____. *Cadernos do cárcere: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo*. V.2. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- _____. *Cadernos do Cárcer*. Volume 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- GREGORY, Valdir. *Os eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no Oeste do Paraná*. Cascavel: Edunioeste, 2002.
- GRUPPI, Luciano. *Tudo começou com Maquiavel*. Porto Alegre: L&PM Editores, 1980.

- LAZIER, Hermógenes. *Paraná: Terra de todas as gentes e de muita história*. Francisco Beltrão: Grafit gráfica e editora Ltda, 2003.
- LOPES, Sérgio. *O Território do Iguçu no contexto da “Marcha para Oeste”*. Cascavel: Edunioeste, 2002.
- MAGALHÃES, Marion Brepohl de. *Paraná: política e governo*. Curitiba: Seed, 2001.
- MARIÁTEGUI, José Carlos. *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*. São Paulo: Expressão popular/Clacso, 2008.
- MARTINS, José de Souza. *Reforma agrária: o impossível diálogo*. São Paulo: Edusp, 2004.
- MARX, K. e ENGELS F.: *História*. São Paulo: Ática, 1984.
- MARX, Karl. *O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte*. São Paulo: Editora Moraes,
- MENDONÇA, Sonia Regina de. *Estado e economia no Brasil*. Rio de Janeiro; Graal, 1986.
- _____. *A classe dominante agrária: natureza e comportamento – 1964 – 1990*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- _____. “Estado e políticas públicas no Brasil: uma questão conceitual” In: _____. *Estado e Educação Rural no Brasil: alguns escritos*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura/FAPERJ, 2007, p. 11 – 20.
- _____. “Estado e sociedade” In MATTOS, M. Badaró *História: Pensar e fazer*. Rio de Janeiro: UFF, 1998. p. 13-32.
- MÉSZÁROS, István. *Para Além do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- OLIVEIRA, Ricardo Costa de. *O silêncio dos vencedores. Genealogia, classe dominante e estado no Paraná*. Curitiba: 2001.
- _____. *A construção do Paraná Moderno: políticos e política no governo do Paraná de 1930 a 1980*. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado, 2004.
- POLLAK, Michel. “Memória, Esquecimento e Silêncio” In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: FVG, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.
- PORTELLI, A. “O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum” In FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (org.) *Usos & Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 113-130.
- POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 2000.
- STECA, Lucinéia C. e FLORES, Mariléia D. *História do Paraná: do século XVI à década de 1950*. Londrina: Editora UEL, 2002.
- STÉDILE, João Pedro. *Programas de reforma agrária: 1946 – 2003*. São Paulo: expressão Popular, 2005.
- SPERANÇA, Alceu. *Cascavel 50 – Livro Ouro*. Cascavel: Gráfica Tuicial, 2002.
- _____. *Cascavel: A História*. Curitiba: Lagarto Editores, 1992.
- SPERANÇA, Alceu e SPERANÇA, Carlos. *Pequena História de Cascavel*. Cascavel: J.S.Impressora Ltda, 1980.
- WACHOWICZ, Ruy. *História do Paraná*. 10ª ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2000.

_____. *História do Paraná*. Curitiba: Vicentina, 1995.

_____. *Obrageiros, mensus e colonos*. 2 ed., Curitiba: Editora Vicentina, 1987.

_____. *Paraná, Sudoeste: ocupação e colonização*. Curitiba: Lítero-Técnica, 1985.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

ARTIGOS

ADAMY, Irene Spies. “Entidades rurais patronais e o I Plano Nacional de Reforma Agrária” In: Anais do XXV Simpósio Nacional de História: História e ética. Fortaleza: ANPUH, jul/2009.

ADAMY, Irene Spies. “Terra e Poder: diferentes olhares na luta pela terra no Oeste do Paraná” In: Anais do I Simpósio de Pesquisa Estado e Poder/Unioeste. Cascavel: Edunioeste, 2007, p. 167 – 176.

BRUNO, Angela Regina. “Nova República; a violência patronal rural como prática de classe” In: Sociologias, Porto Alegre, ano 5, nº10, jul/dez 2003, p.284 – 310.

FERREIRA, Marieta de Moraes. “História, tempo presente e história oral” In: *Topoi*, Rio de Janeiro, dezembro 2002, pp. 314-332.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. “Dimensões da violência no campo” In: *Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 1, 1996, p. 126 – 141.

MENDONÇA, Sonia Regina. “A nova hegemonia patronal agrário brasileiro: da organização das cooperativas brasileiras à Associação brasileira de agribusiness” In: *Antítese – marxismo e cultura socialista*, nº2, maio de 2006, p. 11 - 29

_____. “Mundo rural, intelectuais e organização da cultura no Brasil: o caso da Sociedade Nacional de Agricultura” In: *Estudios rurales*, nº1, 2000.

_____. “Estado, violência simbólica e metaforização da cidadania” In: *Tempo*, Rio de Janeiro, vol.1, 1996, p. 94 – 125.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. “Famílias, poder e riqueza: redes políticas no Paraná em 2007” In: *Sociologias*, Porto Alegre, Ano 9, no 18.jun/dez, 2007, p. 150-169.

REOLON, Cleverson Alexsander. “Colonização e urbanização da mesorregião Oeste do Paraná (1940 – 2000)” In: *R. RA'E GA*, Curitiba, nº13, p.49 – 57.

SPERANÇA, Alceu. “Galafassi, líder da transformação da vila em cidade” In: *Jornal O Paraná*, seção dominical Máquina do Tempo, 2007.

TESES/DISSERTAÇÕES/TRABALHOS ACADÊMICOS

MYSKIW, Antonio Marcos. *Colonos, posseiros e grileiros: conflitos de terra no Oeste paranaense (1961-1966)*. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2002.

WESTPHALEN, Cecília Maria, MACHADO, Brasil Pinheiro e BALHANA, Altiva Pilatti. *Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno*. In: Boletim da Universidade Federal do Paraná. Departamento de História, n.º 7, 1968.

MYSKIW, Antonio Marcos. *Titulação de terras no Oeste Paranaense: Uma análise documental. Marechal Cândido Rondon*. TCC em História – UNIOESTE. Marechal Cândido Rondon, 2000.

PIAIA, Vander. *A ocupação do Oeste Paranaense e a formação de Cascavel: as singularidades de uma cidade comum*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2004.

SCHLACHTA, Marcelo Hansen. *O MST e a questão ambiental: uma cultura política em movimento*. Dissertação de Mestrado – UNIOESTE.

SCHREINER, Davi Félix. *Entre a Exclusão e a Utopia: um estudo sobre os processos de organização da vida cotidiana nos assentamentos rurais (Região Sudoeste/Oeste do Paraná)*. São Paulo: USP/Programa de Pós-Graduação em História Social, 2002. (Tese de Doutorado em História).

ENTREVISTAS:

ALVES, José Geraldo. Entrevista concedida a Irene Spies Adamy por meio eletrônico. Texto impresso em arquivo próprio. Cascavel: 2009.

BRESOLIN, Hylo. Entrevista concedida a Irene Spies Adamy. Cascavel: 2009. Em DVD e texto impresso em arquivo próprio.

FORMIGHIERI, Euclides. Entrevista concedida a Irene Spies Adamy. Cascavel, 2009. Em DVD e texto impresso em arquivo próprio.

FRIGO, Darci. Entrevista concedida a Irene Spies Adamy. Cascavel: 2007. Em DVD e texto impresso em arquivo pessoal.

GIOVANELLI, Olímpio. Entrevista concedida a Irene Spies Adamy. Cascavel: 2009. Em meio eletrônico e impresso em arquivo pessoal.

MENEGATTI, Nelson. Entrevista concedida a Irene Spies Adamy. Cascavel: 2009. Em DVD e texto impresso em arquivo pessoal.

POMPEU, Alberto Rodrigues. Entrevista concedida ao projeto Intervenções na relação Universidade/Educação Básica: Tempo Passado, Desafio do Presente (Unioeste/MCR), Cascavel, 28/02/2009

SCIARRA, Eduardo. Entrevista concedida a Irene Spies Adamy. Cascavel: 2009. Em CR-Rom e impresso em arquivo pessoal.

STÉDILE, João Pedro. Entrevista concedida a Irene Spies Adamy. Cascavel: 2007. Em DVD e texto impresso em arquivo pessoal.

FONTES DE IMPRENSA

ANUÁRIO EXAME, São Paulo: Abril, junho/2007 - anual

DINHEIRO RURAL, Três, ano 6, nº66, abril/2010 - mensal
NOVA FASE, Cascavel: nº 9, out/1985, p.09
NOVA FASE, Cascavel: jun/jul/1985, p.35
OESTE, Cascavel: nº2, set/1985, Ano I, p. 23
OESTE, Cascavel: nº 2, set/1985, ano I, p. 25
OESTE, Cascavel: nº. 21, set/1987, ano III p. 36-37
GAZETA DO PARANÁ, Caderno dia a dia, 05/04/2008, p.4
GAZETA DO PARANÁ, 22/11/2009, caderno dia a dia, p.6
BOLETIM INFORMATIVO/FAEP, 28/07/2003
JORNAL DA ORDEM,/OAB – Cascavel, 2007, capa.
JORNAL HOJE, 09 a 15/08/1980, p.18
JORNAL HOJE, 09 a 15/08/1980, p.1
JORNAL HOJE. 4 a 10 /10/1980, p.13
JORNAL HOJE, 8 a 14/1981, p. 9
JORNAL HOJE, 14 a 20/02/1987, p. 4
JORNAL HOJE, 4 a 10/07/1987, p.7
JORNAL HOJE, 27/08 a 02/09/1988, p. 4
JORNAL HOJE, 21 a 27/08/1981, p. 17
JORNAL HOJE, 05/04/2008, p. 16
JORNAL HOJE, nº 5096, 24/08/2008
JORNAL HOJE, nº 5096, 24/08 2008
JORNAL O PARANÁ, exemplar de lançamento, 16/05/1976, sem página
JORNAL O PARANÁ, nº 153,10/08/1980, p.17
JORNAL O PARANÁ, nº 1262, 09/08/1980, p.10
JORNAL O PARANÁ, nº. 1264, 12/08/1980, p. 02
JORNAL O PARANÁ, 12/05/1988, p.4
JORNAL O PARANÁ, 2006, p.9
JORNAL O PARANÁ, 15/07/2008, p. B1
JORNAL O PARANÁ, Caderno cidades, 29/03/2008, p.11
JORNAL O PARANÁ, Ano 32, Nº 9.616, 18/04/2008, p. 12
JORNAL O PARANÁ, 05/04/2008, p.14
JORNAL O PARANÁ, Ano 32, Nº 9.632, 09/05/2008, capa
JORNAL O PARANÁ, Ano 32, Nº 9.632, 09/05/2008, p.10
JORNAL O PARANÁ, Ano 34, Nº 10.176, 02/11/2009, Capa

JORNAL O PARANÁ, Ano 34, Nº 10.319, 06/04/2010, p. A4-A5

FONTES EM MEIO ELETRÔNICO

<http://www.bcb.gov.br/?CREDRURAL>, acessado em 25/07/2010.

<http://www.diap.org.br/index.php/publicacoes?task=view.download&cid=174>, acessado em 23/07/2010

http://www.paranaeleitoral.gov.br/jurisprudencia.php?cod_jurisprudencia=284

<http://www.vigilantesdademocracia.com.br/alfredokaefer/News5854content74518.shtml>

www.expovel.com.br/seminário, acessado em 12/11/2009

http://veja.abril.com.br/especiais/agronegocio_2004/p_066.html, acessado em 05/07/2010

<http://istoevip.terra.com.br/assuntos/entrevista/detalhe/458>, acessado em 05/07/2010

<http://www.cpt.org.br/?system=news&action=read&id=404&eid=129>, acessado em 07/07/2010

www.faep.com.br/noticias/030516b.asp, acessado 05/07/2010

www.jhoje.com.br, 09/11/2003, p.10, acessado em 03/10/2009

www.jhoje.com.br, 05/09/2006, p.09, acessado em 19/10/2009

www.jhoje.com.br, acessado em 07/09/2006

www.jhoje.com.br, 14/09/2006, p.09, acessado em 19/10/2009

www.gazetadopovo.com.br, 2006

http://novo.mnp.org.br/index.php?pag=ver_noticia&id=399062, acessado em 10/07/2010

www.jhoje.com.br, 06/12/2009, p. 7, acessado em 01/07/2010.

<http://www.mst.org.br/node/7692>, acessado em 25/07/2010.

http://www.mmcbrasil.com.br/noticias/091209_syngenta_pr.html, acessado em 01/07/2010.

www.jhoje.com.br, 30/09/2006, acessado em 05/07/2010

http://www.unioeste.br/projetos/oraculus/PMOP/capitulos/Capitulo_03.pdf acessado em 26/04/2010.

<http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/File/RelacaoGovernantesDITER2.pdf> acessado em outubro de 2009.

http://www.eca.usp.br/pjbr/arquivos/monografia7_c.htmml acessado em 26/04/2010.

<http://www.cpt.org.br/?system=news&action=read&id=136&eid=128>, acessado em 07/07/2010.

<http://terradedireitos.org.br/sobre/>

<http://www.fee.tche.br/sitefee/download/jornadas/2/h10-06.pdf>, acessado em 16/07/2010.

<http://www.mst.org.br/node/4065>, acessado em 09/06/2010.

<http://www.agrodenoticias.com.br/textos.aspx?u3ymhc4xCZ8ErQEu69T52A>, acessado em 08/06/2010

http://www.direitos.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=4545&Itemid=1, acessado em 08/10/2010.

OUTRAS FONTES

Ata de fundação da SRO, 1980, folha 08

Estatuto Social da SRO 1980, folha 01

Ata da Assembléia de fundação da SRO, 1980

Ata de fundação e eleição da primeira diretoria da SRO, 1980, folha 10

Discursos proferidos durante o Tratoração em Cascavel, 16/05/2008. Em DVD e texto impresso em arquivo pessoal.

Material de divulgação do Prêmio, Expovel, 2009

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA/ censos agropecuários a partir de 1960.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, 1973.

Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais: Relatório Nacional ao Direito Humano à Alimentação Adequada e Terra Rural.

Relatório da audiência Pública da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, Curitiba, 2007.